

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 683  
29 de Janeiro de 1987  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## O PCP toma posição: Nomeação de Soares Carneiro

**1.** Ao longo dos anos, o PCP não se tem pronunciado sobre nomeações de chefes militares. Entretanto, a nomeação, que acaba de ser feita, do General Soares Carneiro como Vice-CEMGFA reveste aspectos e objectivos políticos para os quais não se pode deixar de chamar a atenção.

**2.** O General nomeado teve ainda recentemente uma destacada intervenção política na vida nacional, como candidato à Presidência da República apoiado pelo partido agora no Governo e abertamente contestado por forças que as eleições confirmaram ser maioritárias. A nomeação assume, assim, não um carácter militar, mas um carácter político e partidário.

**3.** Segundo notícias fidedignas, o General nomeado deveria passar à reserva dentro de poucos dias, concretamente no dia 25 de Janeiro próximo. Este facto e outros factos relativos ao processo e condicionamentos da proposta, de que órgãos de comunicação social têm dado notícias não desmentidas, confirmam ainda mais o carácter

político da nomeação, completamente estranho a razões militares conformes com o carácter rigorosamente apertado das Forças Armadas.

**4.** Não pode deixar de considerar-se esta escolha e proposta do Governo para Vice-CEMGFA como mais um passo na escalada de afrontamento das instituições democráticas e da vontade do povo português.

**5.** Nestas condições, a nomeação pelo Presidente da República (facultativa em termos constitucionais) do General proposto pelo Governo para Vice-CEMGFA não é conforme com os interesses e a defesa do regime democrático e do funcionamento normal das instituições indispensável para a solução dos gravíssimos problemas políticos, sociais e económicos que Portugal defronta.

Lisboa, 22 de Janeiro de 1987

A Comissão Política  
do Comité Central do  
Partido Comunista Português

## Veto à lei da rádio

Relativamente à comunicação hoje feita pelo Presidente da República anunciando o seu veto à Lei-Quadro do Licenciamento das Estações de Radiodifusão, a Comissão Política do CC do PCP considera indispensável salientar:

- 1.** A Lei agora vetada pelo Presidente da República é uma lei justa e democrática que procura assegurar correctamente o respeito pelos princípios constitucionais do pluralismo e da liberdade de informação.
- 2.** Bem ao contrário, a concessão pelo Governo PS/PSD por via administrativa de duas frequências em FM, independentemente das entidades às quais foi feita, constitui um procedimento não só substancialmente ofensivo dos princípios constitucionais como manifestamente arbitrário e inspirado por critérios de favor, em tudo alheios a elementares regras de isenção na gestão dos assuntos do Estado.
- 3.** No momento do veto presidencial, é oportuno relembrar que a Lei de Licenciamento das Estações Emissoras de Radiodifusão suscitou um largo consenso democrático, envolvendo os partidos democráticos da oposição (maioritários na A.R.) bem

como numerosas organizações profissionais do sector da comunicação social e outras instituições representativas.

- 4.** Ao aprovar esta Lei, bem como em geral em todos os aspectos da sua acção política, o PCP não põe em causa os legítimos direitos da Igreja Católica, que sempre tem respeitado e continua respeitando.
- 5.** A rectificação de decisões injustas e consagradoras de privilégios e discriminações, longe de poder constituir um pretexto motivo de descrédito do regime democrático, constitui mais exactamente uma atitude que reforça o seu prestígio e autoridade.
- 6.** O PCP anuncia que, no reexame da Lei pela A.R., continuará a defender os princípios da equidade, isenção e pluralismo na comunicação social como elementos essenciais da vida democrática do País.

Lisboa, 22 de Janeiro de 1987

A Comissão Política do  
Comité Central do  
Partido Comunista Português

# NOVA POLÍTICA . NOVO GOVERNO MANIFESTAÇÃO SÁBADO

Distrito	Localidade	Acção	Local Concentração	Hora
Aveiro	Aveiro	Manifestação	Lg. Estação	15H00
Beja	Beja	Concent./Manif.	Lg. Rainha D. Leonor	15H00
Braga	Braga	Concent./Manif.	Av. Central	16H30
C. Branco	Covilhã Tortosendo	Concentração Manifestação	Jardim Publico P. Liberdade	16H00 17H30
Coimbra	Coimbra Figueira Foz	Concent./Manif.	Praça 8 Maio Largo do Carvão	14H30 10H00
Evora	Evora	Concent./Manif.	Praça Giraldo	15H00
Leiria	Leiria	Concent./Manif.	Lg. Republica	16H30
Lisboa/Setúbal	Lisboa	Manifestação	Marquês Pombal	15H00
Portalegre	Campo Maior Avis	Concilio Manifestação	Lg. da Camera	21H00 15H00
Santarém	Coruche Tramagal	Concent./Manif.	Lg. do Rossio Cruzamento Barca	11H00 12H00

V. Castelo	Viana Castelo	Jornada esclarecimento e luta	P. Republica	10H00
Viseu	Viseu	Manifestação	Auditorio Feira S. Mateus	15H00
Guarda	Guarda	Plenário de Acti- vis das c/desloc. ao G. Civil		15H00
Vila Real	Plenário nas Minas da Borralha com desfile para Montalegre dia 29 - Acções diversas na TABOPAN, SOGRAPE, POLO, etc. dia 30			
Porto	Porto	Manifestação		15H00
Faro	Faro	Manifestação		15H00

## Lisboa . Marquês de Pombal 14 h 30 m



## A falar é que a gente se entende

Reportagem na região da Covilhã — Págs. 1, 2 e 3/Semana



Romesh Chandra usando da palavra na reunião do Conselho Mundial da Paz realizada em Lisboa

## Bureau do Conselho Mundial da Paz reúne em Lisboa

«A tarefa mais imediata e urgente é a de travar os planos da "guerra das estrelas" e cessar todos os ensaios nucleares», foi sublinhado por Romesh Chandra, na sessão pública de abertura, em Lisboa, presidida pelo marechal Costa Gomes, e em que igualmente intervieram os vice-presidentes do Conselho Mundial da Paz, Carlos Candal, Silas Cerqueira e James Lamond.

## Jornada nacional de luta e alternativa

**A** jornada nacional de luta convocada para o próximo dia 31 (depois de amanhã) pela CGTP-IN contra o desemprego, os salários em atraso e o trabalho precário e infantil; contra a imposição de tectos salariais injustos e a injusta repartição dos rendimentos de trabalho; contra a degradação da segurança social e de serviços públicos tão sensíveis como os da saúde e da habitação; contra a alteração, de sentido antioperário, das leis laborais, e, simultaneamente, por uma verdadeira estratégia de desenvolvimento e modernização da economia nacional, vai constituir sem dúvida uma concludente resposta de massas à política social antipopular do Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD.

Em 19 localidades (12 capitais de distrito) — no dia 30 na Guarda e Vila Real (já amanhã) e no dia 21 de Fevereiro em Faro e no Porto (aqui por motivo das comemorações locais do 31 de Janeiro) — manifestações, concentrações, comícios, acções de esclarecimento, plenários e desfiles irão expressar nas ruas o profundo descontentamento popular contra uma política objectivamente apontada para o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, para a destruição do regime democrático, para a restauração do poder dos monopólios.

É uma jornada nacional de luta de iniciativa do órgão unitário de classe mais representativo e qualificado do nosso movimento operário que não deixará certamente de reflectir na sua expressão de massas o vivo sentimento radicado nas mais vastas classes, camadas e sectores sociais da população portuguesa da necessidade de um outro governo e de uma outra política que dê realização e resposta aos profundos anseios do povo.

**A** jornada nacional de luta de 31 de Janeiro, na sua expressão política mais larga insere-se abertamente na luta por uma alternativa democrática ao Governo actual e à sua política antipopular, antidemocrática e antinacional e tem lugar numa conjuntura caracterizada pela reactivação do plano contra-revolucionário em todas as esferas da actividade governativa (no plano económico, social, político, institucional) e no momento em que condições novas e mais favoráveis para uma mudança democrática na vida dos portugueses e na situação política do País se produziram.

Esta realidade impõe-se ao nosso movimento operário, popular e democrático, principalmente aos partidos da oposição democrática maioritária em termos parlamentares que têm nas suas mãos a singular possibilidade institucional de viabilizar e concretizar essa necessária alternativa ao Governo Cavaco/PSD e à sua nefasta política.

A crise política agudiza-se num clima de agravamen-

to da luta de classes em resultado da reactivação do plano contra-revolucionário.

Acontecimentos recentes vêm colocar com força os partidos da oposição democrática maioritária e as forças democráticas no seu conjunto diante de responsabilidades indeclináveis.

A controvérsia pública gerada pela aprovação da Lei da Rádio e o veto presidencial; a votação final a efectuar-se dentro de alguns dias da lei relativa à entrega de terras na Reforma Agrária, que o Governo continua a fazer ilegalmente, as ameaças às empresas que aumentem os salários acima da taxa oficial da inflação; a nomeação do general Soares Carneiro para vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas; o assalto em massa à gestão das empresas do sector público e nacionalizado pela clientela do PSD e da direita; o agravamento dos conflitos nos sectores da saúde e do ensino devido à intransigência e reaccionarismo das medidas do Governo; a inqualificável prisão e julgamento de um dirigente nacional do MDM pelo «crime» de querer entregar ao Governo, uma petição reclamando a aplicação da lei da supressão voluntária da gravidez aprovada pelo Parlamento há 3 anos; a imposição do nome de um político tão desacreditado como Rui Amaral, do PSD, para a vice-presidência do Parlamento Europeu, e, por outro lado, as diligências e conluios visando a revisão da lei eleitoral e da Constituição num sentido reaccionário, são questões que reclamam respostas e atitudes imediatas e claras dos partidos da oposição democrática.

**O** veto do Presidente da República à Lei da Rádio não serve manifestamente o regime democrático e foi naturalmente saudado com efusão pelos partidos da direita e pelos sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa.

Da mesma forma a nomeação do general Soares Carneiro para vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas não serve a democracia, é uma nomeação que obedece a determinantes políticas e não a critérios militares em relação aos quais o PCP sempre recusou ingerir-se desde que não colidam com a ordem democrática e a independência nacional.

O povo português, os partidos e as forças democráticas no seu conjunto não podem deixar de registar que o Presidente da República agiu nestes dois casos em oposição à maioria expressa dos portugueses.

Relativamente às leis aprovadas na Assembleia da República sobre o roubo de terras à Reforma Agrária, na forma de reservas e majorações, desencadeiam-se de novo pressões de toda a ordem no plano político e mesmo institucional sobre o Presidente da República para que as veto no caso de aprovação pela AR. Seria lamentável que tais pressões resultassem.

No plano político os democratas e o povo português não podem deixar de estar vigilantes a novos conluios que objectivamente atentam contra o regime democrático, tendentes à revisão da Constituição, nomeadamente da parte económica e das leis eleitorais visando a supressão do princípio democrático da proporcionalidade do voto.

**É** evidente que o diálogo e a convergência entre os partidos da oposição democrática maioritária, visando uma alternativa ao Governo Cavaco/PSD e à sua política, não implicam o apagamento de naturais divergências e diferenças de opinião sobre as questões diversas da conjuntura nacional actual.

Mas no momento em que na direita se dão passos inequívocos para a ressurreição da «AD» tendentes à obtenção das velhas condições para a efectivação sem entraves institucionais do plano contra-revolucionário (um governo, uma maioria, um presidente), o diálogo e a convergência entre os partidos da oposição democrática devem desenvolver-se não sobre o terreno do agravamento das divergências e diferenças secundárias mas sobre os objectivos prioritários de defesa do regime democrático, de recuperação da economia, de elevação do bem-estar social, de salvaguarda da Paz e da Independência Nacional que concitam à convergência e à unidade de acção.

Consciente da sua fragilidade a direita governante recorre ao estafado argumento anticomunista, intenta travar a convergência e a acção comum das forças democráticas para o objectivo da demissão do Governo minoritário Cavaco/PSD agitando o espantinho da «obediência à estratégia do PCP», atribuindo aos comunistas, com intento claro de dividir a oposição, o «controlo» da iniciativa dos outros partidos.

Não fazemos a injustiça de admitir que esta velha tática divisionista da direita mais reaccionária não está a ser detectada e compreendida pelos dirigentes do PS e do PRD mas seria uma lamentável imprevisão usar tais argumentos para justificar a recusa a uma alternativa democrática e a fuga à busca de uma plataforma minimamente aceitável para uma necessária viragem democrática na política nacional.

Seria lamentável o esquecimento das lições do passado recente, da experiência de erros cometidos que acarretaram pesadas consequências e custos a quem os cometeu e que está ainda viva na memória do povo português.

**O**s partidos e as forças democráticas no seu conjunto dariam provas de uma inadmissível falta de visão política se fechassem os olhos aos reais

# Resumo

21

Quarta-feira

PCP anuncia interpelação ao Governo sobre política laboral ■ A CGTP-IN divulga um estudo em que conclui que a luta dos trabalhadores já está a derrotar o tecto salarial do Conselho Permanente de Concertação Social ■ A Comissão Parlamentar de Saúde recebe Leonor Beleza, o director-geral dos hospitais e o secretário de Estado para discutir os problemas do sector ■ Plenário de membros de Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Setúbal analisa situação social «preocupante» no distrito ■ Mário Soares recebe em audiência o enviado do presidente Reagan para assuntos da América Central, Philip Habib ■ Em entrevista ao «Die Welt» referida pela Lusa, o PR português oferece a mediação de Portugal para integrar Angola e Moçambique no bloco ocidental e afirma que a eventual redução da presença militar dos EUA não corresponde aos interesses do País ■ É dissolvido o Parlamento irlandês ■ A oposição equatoriana, em maioria no Congresso, aprova uma moção exigindo a demissão do presidente Febes Cordero «para que se verifique uma mudança de fundo na condução do Estado, deixando de lado autoritarismos, abusos e atropelos» ■ A «Comissão dos Dez» termina missão de paz na América Central ■ O Bureau Político da Frelimo afirma que «no interesse de se apurar toda a verdade» a investigação das causas do acidente em que morreu Samora Machel deve prosseguir; as «conclusões» ontem divulgadas, segundo a AIM, eram apenas afirmações de um membro da comissão internacional de inquérito.

22

Quinta-feira

A Comissão Política do CC do PCP considera em comunicado que a nomeação de Soares Carneiro para vice-Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas tem carácter político «completamente estranho a razões militares» ■ Em comunicação ao país o PR explica por que motivos vetou a lei da rádio ■ Uma lista afecta à JS vence as eleições na Associação Académica de Coimbra ■ Chega a Lisboa em visita oficial o primeiro-ministro da ditadura sul-coreana, Lho Shing-Yong ■ Durante uma manifestação de camponeses em Manila são mortas 18 pessoas e feridas mais de cem ■ Cerca de 100 mil trabalhadores agrícolas, bancários, professores e funcionários públicos da Estremadura espanhola paralisam duas horas contra restrições ao subsídio de desemprego ■ O ministro moçambicano dos Transportes afirma que o avião presidencial de Samora Machel «seguiu indicações de uma rádio-ajuda que não era a de Maputo».

23

Sexta-feira

Inicia-se em Lisboa a primeira reunião anual do Bureau da Presidência do Conselho Mundial da Paz, com uma cerimónia pública no Teatro Alvalade ■ Soares Carneiro é empossado no cargo de vice-CEMGFA ■ PCP, PS, PRD e MDP confirmam na AR os motivos por que aprovaram a lei da rádio ■ A CGTP-IN decide exigir uma indemnização de 5 mil contos à RTP por esta se ter recusado há 3 anos a

transmitir a resposta da central a afirmações do secretário de Estado Anselmo Rodrigues ■ A Assembleia Geral do Secretariado das Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora propõe a criação da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção e de uma empresa para o apoio à gestão ■ 600 trabalhadores da Centrel recebem cartas da administração: «o posto de trabalho que V. Ex.ª ocupa foi considerado redundante, pelo que o mesmo virá a ser desactivado» e os destinatários são «convidados» a rescindir o contrato ■ Estudantes de Letras de Lisboa decidem aderir à greve marcada para dia 28 pelos colegas de Coimbra e Porto contra a reestruturação das faculdades ■ Chegam a Lisboa 13 pescadores portugueses tripulantes de um pesqueiro que, sob bandeira marroquina, operava em águas reclamadas pela República Árabe Saauri Democrática e foi atacado pela Frente Polisário na terça-feira ■ O «Pravda» publica os números das armas nucleares estratégicas e as propostas soviéticas da sua redução, para «divulgação da verdade sobre o que sucedeu em Reykjavik» ■ Registam-se confrontos em Madrid entre a polícia e estudantes que se integravam numa manifestação contra a política de elitização do ensino ■ O júri da Associação Portuguesa de Críticos atribui a Eunice Muñoz o prémio da melhor interpretação feminina do ano, pelo seu papel na peça «Mãe Coragem».

24

Sábado



Álvaro Cunhal visita hoje e domingo o concelho da Covilhã ■ Conceição Morais, do CC do PCP, participa num debate no Montijo sobre a emancipação da mulher no Portugal de Abril, tema a que é dedicada uma exposição na Galeria Municipal ■ Apesar da «aproximação» referida no comunicado final, as negociações CEE/EUA não permitiram um acordo que evite a aplicação de taxas alfandegárias de 200% a produtos do Mercado Comum e posteriores contrapartidas ■ O Ministério da Defesa angolano denuncia o aumento da concentração de tropas sul-africanas na província do Cunene e alerta para «uma eventual agressão de consequências imprevisíveis» ■ O Movimento Camponês Filipino anuncia uma greve geral de protesto contra o «massacre de Mendiola» e pela aplicação da reforma agrária ■ Uma manifestação de gráficos assinala com protestos o 1.º aniversário dos 5500 despedimentos efectuados por Rupert Murdoch após a informatização do parque gráfico.

25

Domingo

As dívidas do patronato à Segurança Social agravaram-se com a acção do Governo PSD/Cavaco, sendo de 140 milhões de contos no final de 1986, afirma um estudo da CGTP-IN ■ Realiza-se o 1.º



encontro de mulheres trabalhadoras do distrito de Viana do Castelo ■ O PRD declara que a comunicação do PR anunciando o veto à lei da rádio «não trouxe nada de novo que, só por si, possa conduzir à mudança de posição» deste partido ■ A Comissão Unitária de Mulheres do Porto decide lançar uma petição por «medidas concretas para a baixa do custo de vida e a concretização de uma política que conduza à criação de novos postos de trabalho» ■ Enfermeiros do Sul e Açores suspendem a paralisação marcada para dia 28 ■ A polícia sul-africana prende Winnie Mandela, mulher do dirigente do ANC Nelson Mandela, e sua filha Zinzi, durante sete horas ■ O Irão ataca dez cidades iraquianas como represália por ataques do Iraque a seis cidades iranianas, segundo um comunicado militar de Teerão ■ Realizam-se eleições na RFA: CDU/CSU - 44,3%, SPD - 37%, FDP - 9,1%, Verdes - 8,3%.

26

Segunda-feira

Demitem-se oito membros da Comissão Política do MDP/CDE por discordarem da estratégia de ruptura da coligação APU ■ Fernanda Mateus é presa quando uma delegação do MDM pretende entregar no Ministério da Saúde um dossier sobre o não cumprimento de legislação, nomeadamente das leis sobre educação sexual, protecção da maternidade e aborto ■ A AIM revela que os corpos de seis das vítimas do acidente com o avião presidencial moçambicano apresentam incisões, aparentemente feitas antes de os corpos serem retirados do local e para «injectar outras substâncias» no sangue ■ 15 mil pessoas manifestam-se em Manila, exigindo justiça para as vítimas do massacre de Mendiola.

27

Terça-feira

Trabalhadores da UCP «Margem Esquerda» protestam em Beja contra mais uma entrega de terra, afirmando que «é preciso fazer parar a acção vingativa do ministro Álvaro Barreto» ■ A dirigente do MDM ontem detida é absolvida em Tribunal de Polícia e a actuação da PSP é considerada ilegítima pelo juiz ■ A Federação Distrital de Setúbal do PS critica o «sim» do Presidente da República à nomeação de Soares Carneiro e o veto à lei da rádio ■ Corazón Aquino afirma ter dado ordens aos chefes militares para aplicarem «toda a força da lei» contra as tropas, aparentemente fiéis ao ditador deposto, que tentaram derrubar o seu governo ■ Iraque e Irão suspendem bombardeamentos a cidades ■ Paralisam os professores e estudantes do ensino secundário de Espanha, em luta contra a política educacional do governo de Felipe Gonzalez ■ Reúne-se o CC do PCUS para analisar o «processo de mudança» na URSS e a «política de quadros» do partido ■ É anunciada a morte na segunda-feira de Norman McLaren, figura de grande relevo no cinema de animação ■ Alunos e professores do Conservatório Nacional de Teatro Almeida Garrett levam ao Bairro Alto a comemoração dos 150 anos da escola.

**Avante!**  
Proletários de todos os países - UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1899 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcoba de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Novembro: 30 825

intentos da direita restauracionista para levar avante o seu projecto contra-revolucionário.

O Governo Cavaco Silva/PSD manobra desesperadamente para se agarrar ao Poder e para se assegurar da base eleitoral essencial que lhe permita, através da desestabilização institucional e política, provocar eleições antecipadas quando o momento lhe fosse mais favorável.

A «alternância» para o PSD e para a direita revanchista... é «alternar» com o PSD! Que os candidatos e «filósofos» da «alternância» não tenham ilusões!

O Governo minoritário da direita organiza e intensifica neste momento o assalto às posições-chave do aparelho de Estado, do Sector Público e Empresarial do Estado, da Comunicação Social estatizada. Uma fornada de «gestores» da confiança da direita e dos monopólios está prestes a ser instalada nas empresas nacionalizadas e na Administração Pública de maneira a realizar os objectivos de sabotagem e subversão das conquistas democráticas de Abril e assegurar a eficiência e concretização das manobras demagógicas do Governo.

O PCP tem manifestado toda a sua abertura e disponibilidade para debater com os restantes partidos e forças da oposição democrática as questões conducentes a uma alternativa ao Governo Cavaco/PSD e à sua política.

É um pobre argumento sem conteúdo dizer-se que o PCP está atacado de «imobilismo», que está «fora das realidades da hora actual», que só tem a «cassete», etc. É uma «mercadoria» cada vez mais difícil de passar.

O diálogo entre os partidos da oposição democrática não pode degenerar na «toçala».

Deve cada vez mais incidir para a busca de soluções políticas aceitáveis e possíveis, sem preconceitos hegemónicos e irrealizáveis ambições.

Não se pode pôr no «ghetto» nem segregar do vasto campo democrático uma força tão combativa e enraizada no povo como o PCP, com uma tão provada clarividência política como o PCP.

Com todo o seu dinamismo, os comunistas, ao mesmo tempo que se empenham no combate pelo reforço da democracia, pela continuação de Abril, por uma alternativa democrática, lançam-se com entusiasmo e ardor na batalha do reforço do movimento popular de massas e, internamente, do reforço do seu Partido, numa campanha organizativa cujos objectivos estão a ser alcançados, num trabalho político e ideológico que os coloque como sempre nas exigentes tarefas do nosso processo democrático à altura das exigentes tarefas da hora actual.

Estes objectivos serão atingidos.

# Semana

Avante!

Ano 56 — Série VII  
N.º 683

29 de Janeiro de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Por terras da APU na Beira Interior

# Acolhimento caloroso a Álvaro Cunhal comprova

# aproximação às posições do PCP

«A política do Governo Cavaco Silva atinge fortemente todas as camadas de trabalhadores. A actual correlação de forças permite institucionalmente uma alternativa a este Governo. Há que prosseguir as lutas do povo em áreas sociais diversas e o diálogo entre os partidos democráticos por forma a conseguir uma convergência. A hora é para que todos se entendam e unam por uma alternativa democrática.» Proferidas de improviso, no último domingo, perante uma numerosa e interessada assistência que enchia por completo o amplo salão do «Unidos» do Tortosendo, as palavras são do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.



S. Jorge da Beira. Das freguesias visitadas a única que não tem presidência APU. Situada no extremo noroeste do concelho da Covilhã — «no fim do mundo», como lhe chama o povo — paira sobre os seus habitantes o espectro do desemprego. Coração de toda a vida económica, se as minas encerrassem seria o colapso total deste centro mineiro



Cortes do Meio. «Há 12 anos colar um cartaz do PCP era crime, hoje somos um barómetro da verdade», palavras do presidente da Junta APU

Estava-se numa sessão de esclarecimento promovida pela organização local do Partido, acto público que assinalava naquela freguesia de grandes tradições e forte influência operária — berço de tantas e gloriosas lutas — a derradeira etapa de uma visita iniciada na véspera por terras da Beira Interior.

Uma deslocação do dirigente comunista, no decorrer da qual foi sempre acompanhado por responsáveis locais do Partido, entre os quais José Soeiro, membro da Comissão Política, centrada sobretudo em duas vertentes: contactar de perto e conhecer melhor a realidade económica e social da região e os problemas das suas gentes (nomeadamente a situação nas freguesias onde os comunistas e seus aliados detêm responsabilidades na administração local), por um lado; e, por outro, contribuir para levar ao conhecimento das populações serranas as posições e opiniões do Partido sobre matérias candentes da nossa vida colectiva.

### Trabalho notável

E, em boa verdade, o mínimo que desde já se pode afirmar — cumprido que foi um sobrecarregadíssimo programa que o levou no curto espaço de dois dias a visitar seis freguesias do concelho da Covilhã (cinco das quais de maioria APU) — é que a visita constituiu um assinalável êxito, revelador da crescente influência e prestígio do Partido, do seu maior conhecimento dos problemas e da sua crescente intervenção política em todas as áreas da vida regional.

O resultado destes progressos, como a visita demonstrou, estão à vista: maior aproximação das populações ao Partido, receptividade à nossa mensagem, manifestações de apoio efectivo às nossas propostas e posições.

O trabalho desenvolvido pelas Juntas APU (três das quais ganhadas nas últimas eleições) e pelos dois vereadores comunistas na Câmara da Covilhã — acção caracterizada pela detecção dos problemas, definição de prioridades e resposta pronta e cabal às necessidades — são, aliás, uma expressiva afirmação desta realidade, hoje reconhecida e consagrada pelas populações.

Que o digam, por exemplo, os habitantes de S. Francisco de Assis, freguesia mineira situada no noroeste do concelho e desde sempre uma das mais carenciadas, onde um ano de gestão APU introduziu uma nova dinâmica popular, base de obras e melhoramentos que vão da limpeza de ruas ou abertura de estradas até à construção de um chafariz, de arranjos no cemitério

local ou de um projecto para levar a água ao domicílio.

Como lembrava Luís Garra, um dos oradores da sessão realizada no Cine-Teatro da Covilhã, «enquanto nas nossas juntas falta dinheiro mas não faltam obras; noutras juntas faltam obras e sobra dinheiro».

Ora foi justamente este contraste que nos foi dado observar em qualquer das freguesias visitadas — possível de aferir pelas diferenças de gestão entretanto operadas depois da vitória eleitoral da APU — um contraste tanto mais forte quanto ressalta à vista a obra a todos os títulos notável desde então empreendida pelos eleitos do Povo Unido em benefício das populações.

### Incompetência da Câmara

Resultado de uma acção atenta e interveniente pautada por critérios orientados para a defesa dos interesses da comunidade, este magnífico trabalho dos comunistas e outros democratas seus aliados nas freguesias serranas do concelho da Covilhã é tanto mais evidente e merecedor de apreço se atendermos a que é desenvolvido contra os variados obstáculos impostos pela política incompetente, irresponsável e discriminatória da Câmara PSD.

Com efeito, da parte do executivo camarário — excepção feita naturalmente aos vereadores da APU — assiste-se a um completo desrespeito pelas pessoas, pelas suas carências e sêrias, problemas situados sobretudo ao nível das necessida-

des mais elementares como sejam a falta ou o mau estado de infra-estruturas, caminhos, esgotos, redes de saneamento básico, etc.

Como nos dizia Teles André, vereador comunista que também acompanhou o secretário-geral do Partido durante toda a visita, à medida que se caminha para a periferia do concelho agudizam-se os problemas e aumentam as situações de discriminação.

Responsabilizando a Câmara pela situação existente, recordou-nos numa breve troca de impressões a sua «acção pontual e não integrada», a ausência de políticas definidas nos domínios da rede viária, da cultura, do ensino, do urbanismo e habitação e do saneamento básico, uma situação que deriva da própria «incapacidade para definir tais políticas», e que existe para servir, no fundo, «interesses particulares», designadamente no campo especulativo.

### Reforço do Partido

Contra este estado de coisas, conforme tivemos oportunidade de constatar, está um número cada vez maior de pessoas a quem não escapa o exemplo proveniente do trabalho desenvolvido pelos comunistas em todas as esferas da vida regional, nomeadamente nos órgãos de poder local e nas estruturas unitárias, onde se assiste a um alargamento da unidade em torno da resolução dos problemas concretos das populações.

Sinal de que os ventos de mudança sopram fortes nesta re-



Barroca Grande. Lugar pertencente à freguesia de S. Francisco de Assis. Um jovem mineiro, um dos muitos presentes, ofereceu a Álvaro Cunhal duas peças de minério extraído das Minas de Moncorvo. Uma riqueza que o Governo tratou já de entregar a interesses estrangeiros

# VIII SONETOS de ARY DOS SANTOS

um texto de  
Manuel Gusmão  
e um desenho de  
Rogério Ribeiro



PCP

## Por terras da APU na Beira Interior

gião, desde sempre votada ao abandono pelo Poder Central — atraso que se tem acentuado com a acção ruinosa do Governo Cavaco Silva —, são os resultados das últimas eleições autárquicas, os quais só por escassas centenas de votos (e não fosse a coligação PSD com o CDS) separaram a APU da presidência da Câmara.

### Acolhimento caloroso

Mas retomando alguns dos aspectos mais significativos que caracterizaram esta deslocação do secretário-geral do Partido a terras da Beira Interior, importa ainda salientar o acolhimento caloroso e fraterno — na maior parte dos casos entusiástico — dispensado pelas gentes da serra, presentes em elevado número em qualquer das freguesias visitadas.

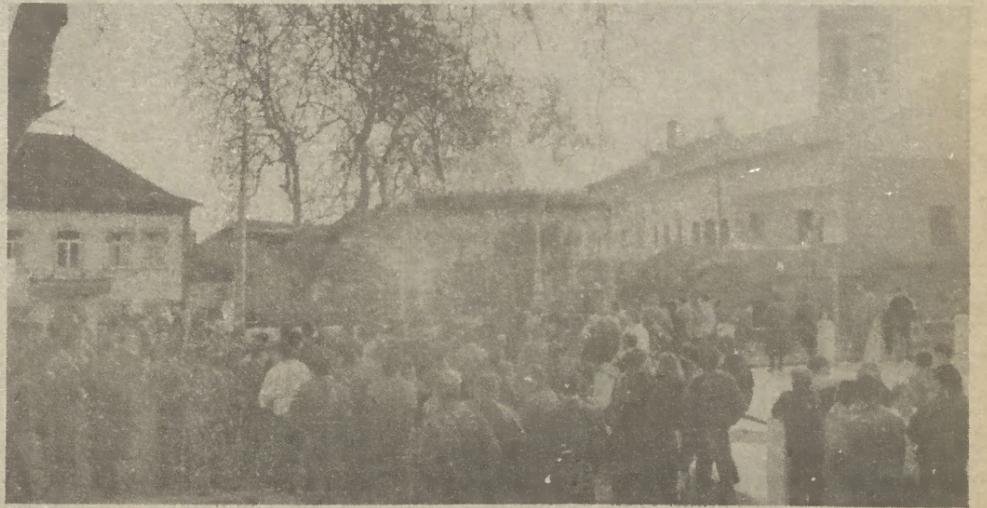
Rodeado de permanentes manifestações de apoio, o dirigente comunista teve ensejo, entretanto, em todos os lugares por onde passou, de estabelecer conversa com as populações, de conhecer alguns dos seus problemas e anseios, ouvir as suas opiniões, as suas queixas e reclamações.

Dizemos conversa e dizemos bem, já que em qualquer dos locais onde se realizaram os encontros (recintos fechados ou ao ar livre) mais do que uma sessão formal centrada num único orador o que acabou por prevalecer sempre foi a troca ampla e franca de opiniões sobre as mais variadíssimas questões, convívio que só um apertado horário, a que era difícil fugir, obrigava a interromper.

### Juventude presente

Este diálogo aberto e fraterno, num permanente convite à participação dos presentes, marcado por momentos de humor e boa disposição, traduziu-se ainda em momentos de grande combatividade e convergência de opiniões, aspecto a merecer tanto mais realce quanto são conhecidas as diferentes opções políticas e ideológicas de muitos dos participantes.

Uma nota final ainda para o



Unhais da Serra. Detendo a maioria absoluta há vários mandatos a APU consagrou o apoio e a confiança da sua população

## Estudantes do Fundão metem ministro na linha

Instado por uma jovem, na sessão da Covilhã, a pronunciar-se sobre as recentes movimentações estudantis levadas a efeito em vários países, o camarada Álvaro Cunhal aproveitou a oportunidade para dar a conhecer aos presentes, no contexto da sua resposta, a luta desencadeada pelos estudantes da Escola Secundária do Fundão.

Realizada faz hoje oito dias, essa luta, segundo informou, mobilizou praticamente a totalidade dos 1500 alunos (só três não aderiram à greve) por melhores condições de aquecimento na sua escola — nestes dias de Inverno mais rigoroso chegaram a registar-se temperaturas negativas dentro das salas de aula — e pela aquisição de equipamento para a nova cantina.

Resistindo às manobras encetadas à última da

hora pelo presidente da Câmara PSD no sentido de os desmobilizar — chegou a pôr à disposição do Conselho Directivo da Escola uma verba de 600 contos para compra do combustível necessário para o aquecimento —, os estudantes não só cumpriram a greve como saíram à rua, percorrendo as principais artérias até ao edifício do Município onde exigiram a demissão do seu presidente e do Governo de Cavaco Silva.

Pelo caminho, entretanto, ficaram palavras de ordem onde se garantia que «é canja, é canja de galinha, os estudantes do Fundão metem o ministro na linha», ao mesmo tempo que recordavam que «nós também somos gente, queremos comida decente».

## Um caso de justiça

O chefe Agostinho não gosta de fotografias, ou para sermos mais ponderados, não gosta de certas fotografias. Talvez porque, para além das ordens que tão empenhadamente cumpre, ainda conserve a noção do ridículo de se encontrar na via pública a comandar duas secções de intervenção contra 13 (treze) mulheres, presumivelmente imbuídas dos mais violentos desígnios, como seja tomar de assalto o Ministério da Saúde, quiçá sequestrar a ministra, liquidar o contínuo, aterrorizar secretários e secretárias, numa palavra, subverter a ordem.

Se não for este o caso, não nos apressemos a apresentar — como é da praxe — humildes desculpas ou a admitir que errar é humano, dispense-se o latim da fórmula para os doutos tribunos em histórias mais edificantes do que esta. Porque, se a questão não é, como acreditamos que não seja, fotográfica, o problema que se coloca é o de abuso de autoridade, de desrespeito pela legalidade democrática, o que é bem mais grave sob todos os pontos de vista.

Se todos os cidadãos devem conhecer e respeitar a lei, parece elementar que com maioria de razões o devem fazer os que têm por missão específica velar por ela. No caso vertente, os polícias. Ora não se entende que um chefe da polícia, seja ela qual for, autue uma cidadã sem qualquer base legal, como sucedeu esta semana com uma dirigente do MDM, em Lisboa.

O juiz que julgou o caso no Tribunal de Polícia não podia ter sido mais claro, simples, preciso e esclarecedor. Em primeiro lugar, a polícia abusou da sua autoridade ao impor que um acto perfeitamente legal, como uma conferência de imprensa, se realizasse a 100 metros do Ministério da Saúde, uma vez que segundo a lei em vigor tal determinação só se aplica aos órgãos de soberania, o que uma sede de ministério obviamente não é. Em segundo lugar, nenhum dos casos previstos por lei em que pode haver condicionantes à liberdade de reunião ou manifestação se registou, pelo que não havia legitimidade para serem levantados obstáculos à utilização de um direito constitucionalmente consagrado. Em terceiro lugar, as ordens das autoridades policiais têm de ter legitimidade ou os cidadãos não são obrigados a acatá-las, sendo que no caso essa legitimidade não existia, pelo que nada justificava a atuação do elemento do MDM que se recusou a abandonar um local da via pública em que nenhuma razão particulares de segurança se impunham.

Seria ingenuidade acreditar que tudo isto se deve a um mal-entendido, excesso de zelo ou o que se quiser chamar, por parte de um chefe de polícia. Como de resto foi sublinhado pelo próprio no Tribunal, a PSP tinha ordens para impedir o estacionamento junto do Ministério da Saúde, segundo um despacho do Comandante da Polícia.

Como é sabido, a polícia depende do Ministério da Administração Interna, que por seu turno é parte integrante do Governo, tal como o Ministério mais badalado dos últimos tempos — o da Saúde — onde a ministra Beleza não tem mãos a medir com as críticas e contestações de que tem vindo muito justamente a ser alvo pela sua política de liquidação da saúde pública.

Não duvidamos que o Governo gostaria de poder designar a seu bel-prazer o que são órgãos de soberania, fórmula que nas actuais circunstâncias, funcionaria como um «abrete Sésamo» para a intervenção policial contra os direitos dos cidadãos.

Não duvidamos tão pouco que o Governo, de que a polícia depende, conhece os seus limites, ultrapassando-os deliberadamente com o objectivo de amedrontar e intimidar os cidadãos no uso dos seus direitos.

Não duvidamos ainda que os verdadeiros democratas, como fizeram as mulheres do MDM, saberão bater-se pela legalidade e pela justiça, denunciando quem assim se serve do poder para atingir fins que nada têm a ver com a vivência democrática e tudo têm a ver com a prepotência e o autoritarismo. Exigindo na justiça que se faça Justiça. Como sucedeu na terça-feira no Tribunal da Polícia.

De lamentar é que a autoridade se desgaste em cenas degradantes como estas, onde os justos se sentam no banco dos réus e os pecadores brincam aos polícias nos seus governamentais gabinetes a expensas do erário público.

■ A.F.



Covilhã. Uma sala cheia de gente interessada em conhecer de perto as opiniões do PCP

## A «loba» à espreita

Em Unhais da Serra, no último sábado, já depois de terminada a sessão, um pequeno grupo acercou-se de Álvaro Cunhal para lhe transmitir as razões pelas quais, sendo simpatizantes do Partido, não haviam participado no encontro que tivera lugar momentos antes.

O receio de que os vissem ali e que tal facto constituísse objecto de denúncia dentro da empresa onde trabalham — a fábrica têxtil «Penteadora», única existente na freguesia —, segundo disseram, terá estado na origem da sua atitude.

«Não fui lá porque está ali em baixo «a loba» — diria um dos intervenientes, referindo-se à «Penteadora» — e para o ajuntamento o patrão envia gente cuja missão é andar com um bloco a registar as pessoas que lá estavam.»

Se o episódio ajuda certamente a explicar o ambiente que se vive na empresa — onde todos os pretextos são válidos para justificar a mais feroz repressão — o mais curioso de tudo é que o referido patrão, conhecido pelas suas posições despóticas relativamente aos trabalhadores, tem uma postura completamente diferente em relação à UGT, agremiação que, tudo indica, merece a sua simpatia e máxima confiança.

Porquê? A inscrição imediata na UGT é condição indispensável para a admissão de qualquer trabalhador na sua empresa...



Aldeia de Carvalho. Aldeia de grande influência e tradições operárias tinha a aguardar o dirigente do PCP a Banda Filarmónica Carvalhense



Canhoso. Antecipada meia hora para permitir a ida dos interessados à missa, a sessão acabou por se realizar no largo principal

## Respeito pela Igreja

A existência de milhares de católicos nas fileiras do Partido bem como o total respeito deste pela Igreja, constituem realidades conhecidas que a própria vida e prática partidária, nos mais diversos momentos e circunstâncias, tratam de comprovar.

No último fim-de-semana, na região da Covilhã, assim aconteceu. E de tal modo que se chegaram a alterar horários por forma a que o programa da visita a algumas localidades não colidisse com a missa.

Foi o caso, por exemplo, do lugar de Canhoso, na freguesia de Aldeia de Carvalho, que acolheu meia hora mais cedo do que o inicialmente previsto o dirigente comunista de modo a viabilizar a ida ao culto de muitos dos participantes.

Um elucidativo exemplo dos que, com actos e não apenas com palavras, mostram o seu efectivo e sincero respeito pela crença dos crentes e pela prática do culto.

PCP

# É hora de os democratas se unirem

A anteceder o período de perguntas e respostas que preencheu grande parte dos encontros com as populações das freguesias de S. Jorge da Beira, S. Francisco de Assis, Unhais da Serra, Cortes do Meio, Aldeia de Carvalho e Tortosendo, o camarada Álvaro Cunhal proferiu de improviso breves intervenções estruturadas principalmente em torno das questões centrais do momento político bem como dos problemas relacionados com a realidade de cada lugar visitado.

Entre os aspectos que mereceram particular atenção do orador contou-se, em primeiro lugar, os efeitos nefastos da política seguida pelo actual Governo, uma política que, segundo afirmou, «vem degradando a situação nacional em todos os planos» e que atinge muito particularmente as classes e camadas mais desfavorecidas.

Entendendo ser crescente o número dos que «têm consciência de que esta política não serve», sustentou que a resolução dos problemas dos trabalhadores e do País só é possível com uma alternativa democrática, alternativa essa que passa «pelo reforço da luta popular e pela

convergência dos partidos democráticos».

Detendo-se nesta questão de vital importância, salientou as condições favoráveis entretanto criadas, designadamente as lutas dos trabalhadores e o diálogo entre os partidos democráticos, diálogo que, muito embora não concretizado na definição da alternativa, tem permitido o debate, alguns acordos na Assembleia da República e o desbloqueamento da situação anterior entre os partidos democráticos.

A este respeito, foi notória a preocupação do dirigente comunista em chamar a atenção para a correlação de forças existente, a qual permite, em seu entender, institucionalmente, «uma alternativa ao Governo actual». «É hora de todos os democratas se entenderem e unirem por uma alternativa», disse.

Quanto aos factores negativos que pesam no quadro actual enumerou em várias ocasiões as «hesitações» dos partidos democráticos, a sua «incompreensão ou falta de vontade» para levar por diante a alternativa, acentuando ao mesmo tempo que estes «se furtam à possibilidade de



Casal da Serra. Lugar da freguesia do Tortosendo, é quase total a ligação do Partido à população. «Parece que estamos no Alentejo» disse um dos participantes no encontro



Tortosendo. Freguesia operária de grandes e gloriosas tradições de luta, a sua gente enchia por completo o «Unidos»

acordo», facto que interpretou como uma «dificuldade real» que impede que seja posto termo à «política de desestabilização» levada a cabo pelo Governo.

Questão nuclear de todas as intervenções foi, por outro lado, o papel do PCP e a importância do seu reforço e alargamento. «Este Partido é fundamental para a defesa dos trabalhadores e do regime democrático», diria

a propósito, na Covilhã, para logo a seguir questionar se, porventura, algum dos presentes, por absurdo, já teria pensado «qual seria a situação dos trabalhadores, das liberdades, do próprio regime democrático se não existisse o PCP». «Este Partido é não só necessário mas essencial», concluiu.

«Ainda há muitos que não vieram mas que hão-de vir. Ganha-

rão consciência de que é este o partido que defende os seus interesses, defende a liberdade, a democracia. A batalha que temos pela frente é ganhar os que ainda não estão no Partido para que venham juntar-se-nos, venham para este Partido sério, honesto, jovem e combativo», remataria, já no Tortosendo, num apelo final ao reforço do Partido. O total respeito do Partido

pela Igreja; a lei da rádio; a eleição de Soares Carneiro para um alto cargo militar; o relacionamento com os outros partidos e particularmente com o MDP, o PS e o PRD; a situação na Reforma Agrária; foram outras tantas questões abordadas pelo Secretário-Geral do PCP nas oito intervenções que proferiu no espaço de dois dias em terras seranas.

## Assembleia da República

### Estatuto remuneratório em debate

O debate parlamentar de terça-feira última foi ocupado na sua quase totalidade pelo estatuto remuneratório dos cargos públicos, questão agora agendada por iniciativa do Partido Renovador Democrático.

No centro da atenção dos deputados estiveram três projectos de lei da iniciativa do PCP, PRD e PSD, os quais visam respectivamente revogar, alterar e alargar o âmbito do polémico diploma aprovado em 1984 pela maioria do bloco central (com os votos contra da bancada comunista e do MDP/

CDE), iniciativa legislativa que, recorde-se, aumentou largamente os proventos dos titulares de cargos públicos.

Para o Grupo Parlamentar comunista, o que está em causa é a dignificação do órgão de soberania Assembleia da República — peça fundamental para a defesa do regime democrático — dignificação essa que deverá ser alcançada, conforme referiu Jerónimo de Sousa, através de uma maior capacidade de intervenção dos deputados e de uma melhor ligação com os eleitores e cidadãos e

não, como agora se procura, com medidas avulso que instituem privilégios injustos.

Privilégios que não são, todavia, exclusivo dos deputados antes se estendem a outros titulares de cargos públicos, em vencimentos que, pelos valores que atingem, afastam os governantes do País real.

Jerónimo de Sousa, deputado comunista, enunciou alguns desses valores (Presidente da República, 354 620\$00; Primeiro-Ministro, 265 960\$00; Ministro, 222 270\$00; secretário de Estado,

189 975\$00; deputado, 126 000\$00) para exprimir que muito embora o PCP não tenha uma «visão miserabilista das coisas ou conceitos franciscanos sobre os titulares de cargos públicos» não pode deixar de alertar para o facto de tais vencimentos se chocarem com a realidade do nosso povo, constituindo, como frisou, um «fosso» entre o País e a Assembleia da República e seus deputados.

Fundamentando a apresentação do projecto de lei do PCP, recordou que ele se insere na ne-

cessidade de «repensar todas estas situações e corrigir excessos e privilégios», por forma a «reaproximar o deputado aos eleitores e cidadãos, dignificar e legitimar mais e mais o seu mandato e a própria instituição».

Como acentuou Ilda Figueiredo, no decorrer do debate, a dignificação do cargo político «exige a reconsideração global de toda a problemática que envolve o exercício dos cargos políticos, nomeadamente a regulamentação dos crimes de responsabilidade de quem exerce tais cargos, o aperfeiçoamento da lei dos rendimentos e

outras que visem a transparência e a clarificação das funções exercidas».

Ao plenário da Assembleia da República foram ainda levados, terça-feira, no período antes da ordem do dia, pela voz dos deputados António Osório e Jorge Lemos, respectivamente, problemas relacionados com a actividade cultural e artística e com a política governamental para o sector e com a actuação inadmissível de uma força policial, no passado dia 19, por ocasião da inauguração de uma nova unidade de produção da Covina.

### Regionalização, rádio e ANOP

## O governo posto em xeque

No plenário da Assembleia da República estiveram na passada semana em debate a regionalização e a comunicação social, particularmente com a Anop e a lei da rádio.

O camarada João Amaral fez uma declaração política sobre a criação de regiões administrativas na quinta-feira, dia em que a Assembleia tomou conhecimento da mensagem do Presidente da República fundamentando o veto à lei da rádio. A mensagem de Mário Soares foi aplaudida apenas pelos deputados do PSD e do CDS.

João Amaral analisou os sete projectos de lei sobre regionalização apresentados na AR, chamando a atenção para as «zonas de entendimento» que se encontram «no próprio conteúdo dos projectos apresentados pelos partidos que se manifestaram favoravelmente à instituição das regiões».

«A criação das regiões administrativas — recordou o deputado comunista — estava como que adormecida, não no País, mas, pelo menos, nos centros de decisão. A apresentação em 23 de Março pelo Grupo Parlamentar do PCP do seu projecto de lei quadro das regiões administrativas trouxe a questão à ordem do dia.»

João Amaral referiu «cinco zonas de entendimento e confluência»:

- A problemática das atribuições — «e para o verificar basta ler os projectos apresentados e constatar a confluência na definição dos domínios da intervenção da região administrativa, particularmente nas áreas do planeamento e desenvolvimento económico e social, do investimento e gestão de serviços regionais em áreas como a educação, a saúde, o equipamento social e o ambiente»;

- As relações entre a região administrativa e os municípios, «devendo as atribuições das regiões resultar das actuais atribuições da administração central e nunca das atribuições dos municípios»;

- A questão dos órgãos, «particularmente no que respeita à criação e modo de eleição (segundo o método de representação proporcional) da Junta Regional, ao círculo único, às regras básicas da composição da Assembleia Regional»;

- A garantia de autonomia administrativa e financeira, explicitando que «a tutela é somente de legalidade e que as regiões dispõem de património próprio, poder regulamentar e regime financeiro autónomo»;

- Por fim, a defesa do princípio da criação simultânea e a admissão da delimitação provisória, que permitirá correcções a efectuar pelas assembleias municipais.

«Estas zonas de entendimento — salientou João Amaral — constituem, sem dúvida, ponto de partida suficiente para se afirmar que, se houver vontade política, o processo de criação das regiões administrativas avançará com segurança e com eficácia.»

Da parte do Governo e do PSD não há, contudo, essa disposição para avançar com a regionalização. «O PSD entrou no comboio para lhe parar a marcha» — afirmou João Amaral.

Quanto ao PS «não há ainda suficiente demarcação das vozes e notícias que o associam aos propósitos do PSD», ficando no ar interrogações quanto ao facto de o Partido Socialista ter no seu projecto normas que «só serviriam para criar um compasso de espera» e «não apresentar uma proposta concreta» para os agrupamentos de distritos com que baliza a delimitação das regiões.

«E como se pode pretender entregar ao Governo a direcção do processo de consultas — perguntou João Amaral — quando está demonstrado que o Governo não está interessado na regionalização nem no debate sobre a questão?».

O deputado manifestou «a nossa surpresa com a proposta de

retirar esta matéria da competência da Comissão de Administração Interna e Poder Local», lembrando uma deliberação aqui tomada e que «é, no mínimo, um ponto de referência que não pode e não deve ser ignorado» — submeter todos os projectos à consulta das assembleias municipais até 15 de Março.

### Anop e lei da rádio

PCP, PS e PRD, partidos que solicitaram a ratificação pela AR do decreto-lei que extingue a Anop, criticaram esta medida do Governo. O diploma governamental baixou à comissão especializada por quinze dias, para apreciação das propostas de alteração apresentadas.

Com esta iniciativa pretende-se evitar a extinção da Anop sem estarem devidamente acautelados os direitos dos trabalhadores e sem, haver uma outra agência que salvaguarde a liberdade de informação.

No dia seguinte ao anúncio do veto presidencial à lei da rádio os partidos que a aprovaram confirmaram na AR todos os motivos por que votaram favoravelmente este diploma.

Jorge Lemos, do grupo parlamentar do PCP, fez perguntas que o secretário de Estado Marques Mendes — a quem outros deputados já haviam chamado «mentiroso» por afirmar que nunca havia sido convocado pela subcomissão parlamentar para discutir comunicação social — deixou sem resposta. Não disse, por exemplo, o secretário de Estado, se é verdade que considerou o despacho de Anselmo Rodrigues atentatório da liberdade de acesso ao espaço radioelétrico, quando tinha antes assinado «concordo» num parecer relativo a esse despacho. Também não disse se a «campanha ignóbil que surgiu contra a AR foi desencadeada pelo próprio Governo». Talvez por recear que lhe chamassem outra vez «mentiroso»...

## Poder Local

# Lisboa: o futuro comprometido

## Quem são os responsáveis?

### APU esclarece posição sobre «Torre dos Jerónimos»

A acção da Câmara Municipal de Lisboa (CML) foi um dos temas em destaque na última reunião do Comité Local de Lisboa, realizada no passado dia 24 no Centro de Trabalho Vitória.

«O PSD, o CDS e o PS, que repartem entre si responsabilidades pela desastrosa gestão municipal, incapazes de fazer face aos problemas reais da cidade, decidiram — com fins claramente políticos e propagandísticos e visando ainda desviar as atenções das questões fundamentais não resolvidas — regulamentar (limitar) direitos e liberdades consagrados na Constituição da República», salienta o Comité Local de Lisboa do PCP, referindo-se às recentes disposições camarárias contra a afixação de propaganda em Lisboa.

Segundo a nota que enviou à Comunicação Social com as conclusões da sua reunião, «o CLL do PCP e os vereadores da APU na Câmara de Lisboa vão requerer a declaração de inconstitucionalidade da iníqua e ilegal decisão», acrescentando que os comunistas confiam na força da razão e da legalidade democrática.

ca. Ainda sobre este assunto, o Comité Local recorda que «uma das formas privilegiadas de defender os direitos e liberdades é exercê-los activamente».

#### 1,5 milhões pagos pelo povo

Na sua reunião do passado dia 24, o Comité Local do PCP chama a atenção da opinião pública para outros aspectos da gestão camarária, nomeadamente «a aprovação do Plano e Orçamento na vereação da CML, que consagra a alienação de mais de 5 milhões de contos de património municipal, a continuação da política de licenciamentos para construção de edifícios que não respeitam os limites de volumetria regulamentares e a cobrança de 1,5 milhões de contos à população da cidade através do ilegal e imoral imposto sobre

consumo de água («tarifa de saneamento»).

Por outro lado, lembrando «a realidade dramática e angustiante de milhares de famílias que vivem nos bairros degradados e em casas à beira do desmoronamento, onde chove como na rua», o CLL sublinha: «As derrocadas dos prédios são encareadas pela CML como uma fatalidade imparável, compensada pelo dinamismo de renovação urbana concertada pela CML e empreiteiros especuladores.»

#### Recuperar Lisboa

Noutra passagem da nota que fez chegar à nossa Redacção, o Comité Local aponta os responsáveis directos pelos crescentes problemas da capital, referindo a dado passo:

«O aspecto geral da cidade é marcado pela profunda deterioração e degradação do património edificado, pela sugidade das ruas, parques e jardins, pelo estado lastimoso dos pavimentos.»

As forças de direita

PSD/CDS, com a cobertura e convivência activa do Partido Socialista, são os responsáveis morais e materiais pelo agravamento das condições de vida da população, pela descaracterização da cidade, pelo comprometimento do seu futuro.

«O projecto político e o programa da APU de defesa e recuperação de Lisboa, de satisfação das necessidades do seu povo, do uso correcto e humano da função social e cultural da cidade, constitui a única alternativa à situação actual do Município.»

«É incorrecto afirmar e divulgar, que a cota de 87,5m da chamada «Torre dos Jerónimos» foi aprovada por unanimidade em Comissão de Vereadores de todas as forças políticas e na Câmara», afirmam em comunicado os vereadores da APU na Câmara Municipal de Lisboa.

Reagindo contra notícias postas e circular nesse sentido, os vereadores da APU declaram que a «Câmara Municipal de Lisboa não aprovou nenhum projecto relativo à construção de qualquer torre no local referido» — já que nenhuma proposta formal com esse objectivo lhe foi submetida — e nem a «Comissão de Vereadores de todas as forças políticas, constituída em sequência de proposta apresentada pela APU em 14/3/83 sobre esta matéria tão pouco tomou posição a este respeito».

Segundo os vereadores da APU da CML, «tentou-se durante os trabalhos de uma Comissão de Vereadores, eleita e mandatada pela Câmara para tratar este assunto, confrontá-la com uma situação de fato consumada». Lembram os vereadores da APU que o projecto das «Torres dos Jerónimos» foi, isso sim, aprovado pelo presidente da Câmara, em despacho de 1/7/83, antes de terminados os trabalhos da Comissão, portanto, e «no uso ilegítimo de competências que não tinha delegadas».

No comunicado que vimos citando, os vereadores da APU anunciam que, se necessário, divulgarão publicamente a declaração de voto que acompanhou a posição desfavorável que o representante da APU na Comissão de Vereadores assumiu relativamente ao relatório da Comissão.

Para esclarecimento público, os vereadores da APU informam que a APU nessa Comissão apenas votou favoravelmente o imediato envio ao IPPC do estudo prévio da proposta variante apresentada pelo promotor com a cota de 87,5m, que tinha sido aprovada pelo presidente da Câmara.

Por fim, consideram os vereadores da APU na Câmara de Lisboa que «as construções a executar na zona deverão dar cumprimento rigoroso aos preceitos legais, regulamentares e normativos em vigor» e que «os projectos para aquele local, após parecer do IPPC, deverão ser presentes, apreciados e sujeitos à deliberação da Câmara Municipal de Lisboa no seu conjunto».

## Terra

## Assembleia do secretariado das cooperativas de Évora

A Assembleia Geral do Secretariado das Cooperativas Agrícolas do distrito de Évora, em reunião realizada na passada sexta-feira, no Palácio D. Manuel naquela cidade, aprovou a constituição de uma Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção e a criação de uma empresa de serviços para o apoio à gestão e contabilidade das cooperativas.

Convocada para discutir e votar o Orçamento para 1987 e para debater o Plano de Actividades para o mesmo ano, esta reunião discutiu ainda a actual situação da Reforma Agrária.

Na sua intervenção, Lino de Carvalho informou os participan-

tes na reunião do andamento dos trabalhos na Assembleia da República com vista à fusão dos dois projectos de lei recentemente aprovados com o objectivo de retirar ao MAP competências na atribuição de reservas. A este propósito Lino de Carvalho adiantou que o novo texto está já pronto e que subirá a plenário na próxima terça ou quarta-feira.

Os processos ilegais de entrega de reservas foram aliás tema em destaque, quanto mais não fosse porque, à mesma hora em que se realizava a reunião, muitos dirigentes de cooperativas deslocavam-se a Monte do Trigo onde se procedia, na altura, à entrega de uma reserva da UCP Rainha do Alentejo.

A questão do crédito foi igualmente debatida. Como é sabido, as cooperativas, pelo facto de o serem, não têm direito aos créditos bonificados ou aos créditos da CEE.

Mas a discussão, com os pés bem assentes na realidade presente, foi, pode-se dizer, virada para diante. Uma mão cheia de decisões importantes visam o melhoramento e a qualidade do trabalho das cooperativas e, em última instância, o aumento da produção.

Nesse sentido, decidiu-se procurar novas instalações, para o secretariado distrital, adequadas às actuais exigências, melhorar a formação profissional dos tra-

balhadores administrativos do secretariado, proceder à introdução de um novo sistema de controlo financeiro e gestão orçamental do secretariado e a melhoria do funcionamento dos seus serviços de contencioso. A admissão de novos técnicos agrícolas de produção, e a criação de um gabinete técnico que conte com o apoio de outros técnicos enquadram-se igualmente nessa linha de melhoria do trabalho das cooperativas.

Esta Assembleia destacou ainda, a necessidade do empenhamento em iniciativas como a Conferência da Reforma Agrária, os Encontros de Culturas e o II Congresso sobre o Alentejo.

## Agricultores do Porto contra guias de gado

«O ano de 1987 tem de ser o ano para acabar com as malfadadas guias de gado», afirma a Associação dos Agricultores do Porto num comunicado em que dá conta dos resultados de uma sua Assembleia realizada no passado dia 18 em Penafiel.

Em protesto contra a imposição daquelas guias, a Associação vai lançar um abaixo-assinado que estará em circulação até ao próximo dia 15 de Fevereiro, dia em que terá lugar, em Coimbra, o IV Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal, promovido pela Confederação Nacional da Agricultura.

Naquele comunicado, a Associação dos Agricultores do Porto exige a revogação da portaria 733-C/86 que baixa o preço do leite quente ao produtor, considerando tal medida «lesiva para os pequenos e médios agricultores e de certa forma incompreensível dado que o preço ao consumidor foi aumentado».

Afirmando a sua firme disposição em dar o seu contributo, juntamente com outras organizações, para a revogação daquele diploma, a APA «reclama apoio estatal ao movimento cooperativo para que possa fazer e manter a recolha organizada do leite».

## UCP's/Cooperativas exigem permanência na Comissão do Tomate

Em reunião realizada no passado dia 12, em Coruche, as UCP's/Cooperativas Agrícolas produtoras de tomate denunciam o afastamento dos representantes da Reforma Agrária da Comissão Permanente de Produção, Transformação e Comércio do Tomate, considerando que, com essa medida, o ministro Álvaro Barreto e o governo pretendem «impedir que a Reforma Agrária lute, naquele órgão, contra a diminuição das áreas e da produção nacional e para conseguir condições contratuais mais justas para os produtores». Lembrem que os trabalhadores da Reforma Agrária participam com cerca de 9 por cento da produ-

ção nacional de tomate para a indústria e obtêm rendimentos unitários superiores à média nacional.

No comunicado divulgado no final da reunião, o Gabinete de Imprensa do Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do distrito de Évora lembra que «a última campanha do tomate ressentiu-se já dos efeitos da adesão à CEE e da incompetência e inépcia do Governo em defender os interesses nacionais».

De facto, segundo o tratado de adesão, Portugal é autorizado a produzir tomate para a indústria por campanha até um tecto de 685 mil toneladas, sendo a produção média do nosso país

de cerca de 500 mil toneladas. Ora, como se afirma no citado comunicado, «cerca de 75 por cento das exportações são para mercados exteriores à CEE — EFTA, EUA, Canadá, URSS — onde, para se colocar o concentrado de tomate a preços concorrenciais é necessário subsidiar a exportação».

Acontece que o governo português não usou a possibilidade, permitida no interior da CEE, de negociar este subsídio no momento da adesão e nem sequer beneficia do escoamento dos excedentes da produção. Por seu lado, a indústria portuguesa tem argumentado que não há condições hoje, para exportar, logo

não tem os mercados tradicionais assegurados, usando este pretexto para não adquirir a totalidade da produção nacional de tomate e mesmo para não pagar a muitos produtores, já nesta altura, com milhares de contos por receber.

Para as UCP's/Cooperativas produtoras de tomate, é necessário «renegociar os acordos comunitários com a concessão de restituições/subsídios às exportações portuguesas para terceiros países, com eliminação das limitações às exportações e, designadamente quanto à Reforma Agrária, não haver diminuição das áreas de plantação».

Mais reivindicam estas UCP's-

/Cooperativas que «os futuros contratos sejam redigidos com a participação e o acordo dos produtores, exigindo-se o pagamento no prazo de 8 dias de tomate entregue às fábricas com contagem de juros a partir dessa data; recepção e pesagem imediata do tomate logo que chegado à fábrica; não existência de cláusulas de penalização; acompanhamento da classificação do tomate e definição de preços com a participação dos representantes da produção; garantia do escoamento para todo o tomate produzido».

Esta reunião de UCP's/Cooperativas produtoras de tomate decidiu ainda eleger uma comissão

constituída por representantes das próprias cooperativas «que se vão procurar avistar com a Comissão Permanente do Tomate, o secretário de Estado da Alimentação e as Associações Industriais e reunir com outros sectores da produção».

A Reforma Agrária reafirma, ainda, a sua firmeza em não «aceitar a sua marginalização em organismos onde sempre estiveram representados nem aceitar que os produtores sejam quem sofra os prejuízos resultantes da inépcia e incompetência do Governo, dos interesses de máximo lucro da indústria e dos acordos internacionais negociados nas costas do País».



PCP

# Minho, 1987 Objectivos da Direcção Regional



A juventude será certamente uma presença em destaque na Festa da Alegria, em Braga. Neste novo ano de 1987 uma nova festa, sempre renovada e combativa, faz parte da agenda de trabalho dos comunistas da Organização Regional. Na foto, alguns dos muitos jovens que animaram a Festa da Alegria-1986.

Ao nível do trabalho de direcção partidária, a organização dos comunistas no Minho assinalou neste mês de Janeiro três importantes iniciativas: mais recentemente, os encontros distritais de quadros do PCP em Braga (dia 18) e em Viana do Castelo (dia 17), e no passado dia 13 a primeira reunião plenária deste ano da Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP.

O plenário da DORM, que contou com a participação do camarada António Lopes, membro suplente da Comissão Política do PCP, fez o balanço da actividade partidária dos dois distritos minhotos, debateu a situação política e social na região e aprovou as linhas de orientação e o planeamento das principais iniciativas da Organização Regional para este ano de 1987. A análise mais pormenorizada destas questões esteve depois em foco nos referidos encontros de quadros em Viana e Braga.

Vejam-se em seguida alguns dos principais objectivos adelantados pela DORM como tarefa a concretizar nos próximos meses:

- Promover uma campanha de reforço orgânico e de alargamento das fileiras do PCP no Minho, dando especial atenção à melhoria da ligação organizada com os militantes, a estruturação das organizações de empresa, profissionais e de base local, intensificando as assembleias das organizações, dinamizando a aplicação das conclusões da Conferência do PCP sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril, como caminho para promover a mais ampla mobilização e participação partidária e social das mulheres.

● Realizar a décima edição da Festa da Alegria, cujo programa e características serão objecto de adequada divulgação em conferência de imprensa a realizar oportunamente, e apoiar a realização da Festa da Amizade, em Viana do Castelo.

● Apoiar e saudar a decisão da Comissão Distrital de Viana do Castelo de lançar a campanha dos 10000 contos para a aquisição do seu novo Centro de Trabalho, reveladora da confiança e determinação dos comunistas do Alto Minho no fortalecimento do Partido.

● Desenvolver iniciativas próprias e o diálogo com outras forças e sectores democráticos e com as autarquias locais no sentido de que o ano de 1987 seja efectivamente o ano do arranque das regiões administrativas.

● Promover duas grandes iniciativas de debate sobre o Desenvolvimento Regional e o Poder Local nos distritos de Braga e Viana do Castelo.

A DORM do PCP decidiu apelar a todos os comunistas do Minho para que se incorporem activamente na luta em defesa dos interesses das populações, dos agricultores, dos trabalhadores da região, lutando contra o desemprego e por melhores condições de vida e de trabalho.

# Novo Centro do Partido No distrito de Viana já arrancou a campanha dos 10 mil contos

Desenvolver uma campanha para a recolha de 10 mil contos não é tarefa fácil. Os comunistas do distrito de Viana do Castelo estão conscientes das dificuldades mas, desde já, contam com o seu espírito de iniciativa e a sua criatividade, apostam forte na determinação e na capacidade dos comunistas e organizações nos diferentes concelhos, freguesias, empresas e outros sectores de actividade, contam, naturalmente, com a solidariedade das populações, na base do prestígio e da crescente afirmação do PCP em terras do Alto Minho.

Prevista até Dezembro deste ano, a campanha dos 10 mil contos, que já arrancou naquele distrito noroeste, como revelámos na última semana, destina-se a pagar os encargos assumidos pelo Partido com o novo Centro de Trabalho do PCP na cidade de Viana, espaço aberto a todos os democratas, instrumento precioso para a dinamização da actividade partidária e das lutas dos trabalhadores e das populações.

Segundo nos informaram os camaradas de Viana, o edifício adquirido será beneficiado com obras, prevendo-se para o próximo mês de Março, por ocasião do 66.º aniversário do PCP, a sua inauguração, num clima de festa e de grande confiança no futuro.

Lançada publicamente com uma nota dirigida aos órgãos de Comunicação Social, em que a Comissão Distrital do PCP dá conta das conclusões da reunião de quadros realizada no passado dia 17, a campanha dos 10 mil contos arrancou... e com dois carros! Trata-se de dois sorteios, um promovido pela célula dos trabalhadores comunistas dos Estaleiros Navais, e outro pela Comissão Concelhia de Viana (este, além do carro, habilita o comprador da rifa a um aparelho de TV a cores e um vídeo).

No comunicado que divulgou a Comunicação Social, a Comissão Distrital de Viana apresenta outras linhas de trabalho, tarefas e iniciativas de impacto que mobilizarão os comunistas neste ano de 1987.

● A realização das Jornadas

# Organização de Campanhã avança para a 3.ª Assembleia

Inserida no «sério esforço que está a ser realizado, após as sucessivas batalhas eleitorais, as férias e a Festa do «Avante!», para o reforço da organização, tornando-a mais capaz de enfrentar com êxito as novas tarefas que tem pela frente», vai realizar-se no próximo sábado, dia 31, a 3.ª Assembleia da organização do PCP na freguesia de Campanhã, na cidade do Porto.

A iniciativa decorrerá na Escola Preparatória do Cerco, entre as 15 e as 20 horas, seguindo-se um jantar de confraternização e uma festa. O camarada Manuel Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, será um dos participantes na Assembleia, prevendo-se uma sua intervenção no período de encerramento dos trabalhos.

São objectivos destas Assembleias, que funcionarão com delegados eleitos em todas as organizações de base na proporção de 1 por cada 5 militantes, reforçar e alargar o Partido, intensificar a sua ligação às populações, aos seus problemas quotidianos e organizações, melhorar a sua intervenção e a sua contribuição para o êxito

da luta dos trabalhadores e do povo.

Em breve nota que fez chegar à nossa Redacção, o actual executivo da Comissão de Freguesia do PCP lembra que «hoje o Partido conta em Campanhã com uma numerosa organização partidária (mais de 1000 militantes), estreitamente ligada às populações, às colectividades, Comissões e Associações de Moradores, à vida e à luta dos trabalhadores. No próprio plano da luta eleitoral as votações do Partido e dos seus aliados no quadro da APU aproximam-se das outras forças políticas sendo real a perspectiva de um prazo mais ou menos curto sermos a força mais votada na freguesia.»

# Iniciativas e planos na Póvoa de Varzim

Reunida recentemente, a Comissão Concelhia do PCP da Póvoa de Varzim decidiu promover, entre outras iniciativas, um plenário concelhio de militantes comunistas para debater a situação política e as linhas de trabalho para este ano de 1987 (13 de Fevereiro) e um encontro sobre os problemas do ensino neste concelho do distrito do Porto (em Março com data a divulgar oportunamente).

A Concelhia do PCP chama, entretanto, a atenção para os problemas mais graves da situação social que ali se vive, apon-

tando como exemplos os salários em atraso na C. Linhares e as tentativas de despedimento no Quintas e Quintas.

Os comunistas da Póvoa de Varzim criticam um conjunto de decisões e orientações tomadas pelo executivo da Câmara Municipal, onde não está presente nenhum vereador da APU, situação decorrente das últimas eleições. Entre outros assuntos de gravidade, podem referir-se o plano de pormenor da Zona Norte, «elaborado tendo em vista a criação duma grande bolsa de

especulação imobiliária, com a hipervalorização dos terrenos e a criação duma praia privada», a concessão de zona de jogo, a que já dedicámos uma recente «Praga da Liberdade» e o encerramento da feira, «grave prejuízo para os feirantes e os poveiros» em geral.

O reforço orgânico do Partido e a luta pela esclarecimento dinâmico para «uma denúncia mais activa da política antipopular da Câmara e do Governo Cavaco», são direcções de trabalho apontadas pela Comissão Concelhia da Póvoa.

«Rumo Certo», boletim da célula do PCP dos Estaleiros Navais de Viana, garante que a campanha dos 10 mil contos é «uma batalha para ganhar»



Democráticas para debater as questões do desenvolvimento do distrito;

- A comemoração do 66.º aniversário da fundação do Partido Comunista Português;
- A promoção de um debate sobre os problemas da Saúde no distrito;
- A comemoração do aniversário do «Avante!».

## Para o reforço do PCP

O encontro distrital de quadros definiu também um conjunto de propostas de trabalho para o reforço do PCP e o melhoramento da acção organizativa. Aqui ficam algumas dessas propostas, de flagrante actualidade e importância:

- O lançamento de uma campanha distrital de recrutamento, a realizar entre os meses de Fevereiro e Junho;
- O melhoramento dos circuitos de distribuição, difusão, propaganda e venda do «Avante!», órgão central do PCP;
- O reforço dos organismos de direcção dos concelhos do interior e de alguns sectores profis-

sionais e de freguesia;

- O melhoramento das cobranças de quotas e da recolha dos fundos.
- As lutas do movimento camponês, a jornada de luta e esclarecimento convocada pelo movimento sindical unitário para o próximo sábado («apelado desde já aos militantes e simpatizantes do PCP para que participem nesta acção», promovida pela USV/CGTP-IN) e o I Encontro da Mulher Trabalhadora realizado no passado domingo, dia 25, pela União dos Sindicatos de Viana do Castelo suscitam, naturalmente, o apoio e a solidariedade do PCP.

# LEIRIA

Uma Assembleia virada para a acção



A Reforma Agrária necessita de uma política responsável que defenda e dinamize os interesses e a economia nacional

# Setúbal Plenário de quadros do PCP ligados à Reforma Agrária

Cerca de 6 dezenas de camaradas com responsabilidades no trabalho de direcção de UCPs/Cooperativas, técnicos e membros das Comissões Concelhias ligadas a esta frente participaram recentemente num plenário de quadros do sector da Reforma Agrária do distrito de Setúbal.

Os camaradas presentes na iniciativa, portadores das experiências, das dificuldades e dos projectos de 13 UCPs/Cooperativas, e das estruturas unitárias de apoio, analisaram a situação actual da Reforma Agrária na região de Setúbal, onde cerca de 27 mil hectares de terra conhecem a labuta e a confiança determinada de mil trabalhadores de 36 Unidades Colectivas de Produção e empresas cooperativas do sector da lavoura.

Baseado na enorme experiência dos trabalhadores da Reforma Agrária nestes 12 anos de existência e de luta contra as ilegalidades dos sucessivos governos das forças de direita, a reunião pronunciou-se pela necessidade de medidas que levem ao reforço das Unidades concelhias existentes e da conveniência da realização dum plenário unitário dos trabalhadores das UCPs/Cooperativas do distrito para analisar e se pro-

nunciar sobre problemas da produção e sobre a criação duma União do distrito, que represente, acompanhe e defenda as UCPs/Cooperativas.

O plenário decorreu num espírito de confiança, característica dos trabalhadores da Reforma Agrária tantas e tantas vezes demonstrada pela sua unidade e na luta contra a ilegalidade, a prepotência e a arbitrariedade por parte do MAPA.

Na sua intervenção de encerramento, o camarada Ramilides, suplente da Comissão Política do PCP referiu que a apresentação dos três projectos sobre a RA na Assembleia da República é resultado da luta dos trabalhadores deste sector.

«Com o PCP, reforçar a organização, defender Abril!» — foi com este lema que decorreu no último domingo, na capital do Lis, a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Leiria, do PCP. Questões da vida interna do Partido e a análise da situação política e social da região mereceram o interesse e o debate dinâmico desta Assembleia, participada por cerca de uma centena de militantes comunistas, que definiram importantes objectivos e tarefas prioritárias para os próximos tempos neste concelho que abrange 27 freguesias, numa área total de 565 km<sup>2</sup>.

No decorrer dos trabalhos foi salientado o papel que os comunistas têm desempenhado nas empresas, em defesa dos trabalhadores através das células e da sua participação nos organismos unitários, nas autarquias e nas colectividades de cultura e recreio. Os problemas da juventude e das mulheres, da educação e do ensino também estiveram em foco no debate, que se prolongou por várias horas.

Momento saliente da iniciativa do último domingo foi também a eleição da nova Comissão Concelhia, órgão que dirigirá o Partido em Leiria até à próxima Assembleia.

Entre os convidados que acompanharam os trabalhos da 2.ª Assembleia Concelhia de Leiria do PCP estavam representantes do PS, Juventude Socialista, MDP, PRD, e do partido «Os Verdes».

A intervenção de encerramento coube ao camarada António Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido. Comentando «o crescente descontentamento popular e as grandes lutas de massas» e o acentuado isolamento do Governo minoritário de Cavaco Silva, o dirigente comunista salientou a disponibilidade e disposição dos trabalhadores e das massas para substituir o Governo e impor uma alternativa coerente. A jornada de luta convocada pelo movimento sindical unitário para o próximo sábado, dia 31, foi abordada por António Orcinha, que recordou o impacto e o significado de outras acções já realizadas, nomeadamente marchas, greves, paralizações e outras iniciativas.

«A organização concelhia de Leiria, tal como todo o Partido, está pronta para continuar o combate. Os comunistas de Leiria, estão prontos para continuar a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, dos agricultores, da população,» afirmaria o camarada Orcinha.

O colectivo do PCP no concelho de Leiria conta actualmente cerca de meio milhar de elementos.

# Avante! todas as semanas na «Baixa» de Coimbra



Na cidade de Coimbra, o Avante! está na rua. Todas as semanas, a partir de 5.ª feira, o órgão central do PCP surge nos escaparates, no Centro de Trabalho da Rua da Sofia, na rede de distribuição normal entre os militantes comunistas e os outros democratas que não dispõem de informação e a análise dos acontecimentos no nosso jornal. Mas o Avante! vai mais longe em Coimbra. Ocupa também um placard, composto e preparado todas as semanas pelos camaradas da SIP concelhia. Mal chega, procede-se aos recortes, compoem-se um interessante painel informativo na Praça 8 de Maio, «o sítio mais central da cidade, onde todos os dias passam milhares de pessoas e onde uma grande parte toma o autocarro ou o trem», como nos dizem os nossos camaradas da SIP de Coimbra, que acrescentam: «E o Avante! ali fica, mesmo em frente à Câmara Municipal, até à 5.ª feira seguinte, muitas vezes coberto por um plástico para o defender da chuva. E as pessoas passam, lêem e seguem o seu caminho, muitas delas pensando, possivelmente, no que o PCP lhes diz através do jornal.» Esta iniciativa do placard da Praça 8 de Maio está inserida na campanha de difusão do Avante! e de «O Militante», deliberada na 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Coimbra do PCP.

Trabalhadores

# 31 de JANEIRO Jornada nacional de luta e protesto

O movimento sindical unitário está a preparar por todo o país a jornada de luta e protesto decidida pelo plenário de sindicatos da CGTP-IN e no âmbito da qual estão marcadas 19 concentrações-manifestações em 15 distritos e outras iniciativas. As acções têm por lema «Emprego, salário, vida melhor — com nova política e novo Governo» e estão a ter um amplo movimento de adesão da parte de diversos sectores profissionais e da opinião pública democrática.

A Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, que deu terça-feira em conferência de imprensa um panorama da preparação da jornada e muitas razões para a promover, admite que, no entanto, alguns perguntem: «Porquê uma jornada de luta se a situação do país, diz o Governo, melhorou?»

E a esses lembra a Central que «o que melhorou foi a situação financeira e alguns indicadores macro-económicos, por razões temporárias resultantes duma favorável conjuntura externa. Porque a situação social, em particular a dos trabalhadores, piorou em tudo aquilo que depende da acção do patronato e da política do Governo».

Após caracterizar a actuação política do Governo PSD/Cavaco Silva, a CGTP-IN sublinha que, «ao contrário do que afirmou o Primeiro-Ministro, a crise não está ultrapassada. Ultrapassados estão esta política e este Governo».

Por tudo isso, a central unitária dos trabalhadores portugueses considera «urgente o entendimento e a convergência das forças democráticas», tanto para acautelarem os interesses dos trabalhadores e do país na AR, como para viabilizar uma alternativa.

Para estes objectivos, afirma a CGTP-IN, «mais do que nunca, é indispensável reforçar e intensificar a luta dos trabalhadores», factor considerado «insubstituível».

Tomemos o exemplo — um entre os muitos que chegaram à redacção do «Avante!» — de Viseu, onde o Secretariado da União dos Sindicatos reuniu recentemente e concluiu que «a situação social no distrito continua a degradar-se progressivamente devido ao elevado número de desempregados (22 mil), ao encerramento constante de empresas (15 durante o ano de 1986), à instabilidade no emprego vivida por milhares de trabalhadores, nomeadamente pelos 700 da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, ao

não cumprimento dos contratos colectivos nem das leis laborais, à falta de protecção aos desempregados (somente 2800 recebem subsídio de desemprego), nomeadamente aos jovens à procura do primeiro emprego».

Poderíamos falar de Aveiro, Évora, Santarém, Setúbal, Castelo Branco... Poderíamos falar dos ferroviários, dos trabalhadores do comércio e serviços, da panificação e demais indústrias alimentares, dos professores e restantes trabalhadores da função pública...

## Vale a pena vamos para a luta!

Ou falar do cidadão «anónimo», «comum», «médio» e mais nomes que lhe chamam, a quem a União dos Sindicatos de Beja endereçou um apelo que diz, logo no início: «Tenha paciência, mas há algo que temos de lhe dizer: pedimos que faça uma pequena pausa na sua vida apressada (e cheia de preocupações) para reflectir um pouco sobre a realidade que o rodeia».

«É hora de agir!» — afirmam as

uniões dos Sindicatos de Lisboa e Setúbal, a CIL e a CIS. «Queremos uma política democrática e de desenvolvimento que resolva os problemas de todos nós, jovens ou pensionistas, trabalhadoras ou donas de casa, desempregados ou não, quadros técnicos ou contratados a prazo. Queremos uma nova política e um novo Governo.»

Um dos documentos distribuí-

dos pelas estruturas sindicais destes distritos recorda promessas e afirmações de Cavaco Silva na sua campanha eleitoral: «O que há é que criar postos de trabalho sólidos» («Jornal de Notícias», 4/10/85), «Não podemos conceber que haja salários em atraso» (Julho de 1985, num «encontro de trabalhadores social-democratas») e outras do género, para comparar com a realidade

que o povo sente mas a televisão não mostra.

Vale a pena lutar. As iniciativas convocadas no âmbito desta jornada nacional serão, sem dúvida, «um passo para a saída deste Governo» e um contributo para dar corpo à alternativa democrática, que o povo exige e de que o país precisa. Por isso, vamos para a luta.

## Comissão de Desempregados apela à participação

Foi criada em Mem Martins a primeira Comissão de Desempregados do distrito de Lisboa, a qual considera que a resolução do problema dos trabalhadores sem emprego passa por uma nova política e apela a todos os desempregados para que participem na manifestação de 31 de Janeiro, em Lisboa.

A Comissão é constituída, segundo uma nota da USL (Lisboa) por «trabalhadores entre-

tanto desempregados de empresas da zona e tem por objectivo fazer o levantamento do desemprego no concelho e apoiar, sob todas as formas, os desempregados que a ela se dirijam». Irá, por outro lado, «desenvolver contactos junto dos ministérios, autarquias, associações de industriais e comerciantes e instituições religiosas, no sentido da resolução dos problemas mais prementes das gentes sem trabalho» do concelho de Sintra.

# A crise não está ultrapassada Ultrapassados estão este governo e a sua política — afirma a CGTP

A CGTP-IN, que continua a tomar posição sobre os aspectos mais graves da situação social, sublinha que «a crise não está ultrapassada. Ultrapassados estão esta política e este Governo». A Central unitária, que realiza depois de amanhã uma jornada nacional de luta, vai lançar uma campanha pela aplicação das leis sobre direitos das mulheres. Ao mesmo tempo, a CGTP anuncia que «decidiu exigir judicialmente à RTP uma indemnização de cinco mil contos». No campo da Saúde, a Central «exige medidas energéticas» perante «a extrema gravidade da situação».

Numa nota da sua Comissão Executiva (d direcção), a Inter «constata que a qualidade dos cuidados de Saúde que vêm sendo prestados às populações, bem como a diminuição da capa-

cidade de resposta dos Serviços, levanta desde já sérias preocupações acerca das consequências imprevisíveis que irão surgir inevitavelmente, se não forem tomadas medidas rápidas e ené-

gicas. É a saúde dos portugueses que está em causa», pondera a direcção da CGTP-IN.

## 140 milhões de contos é a soma das dívidas à Segurança Social

Cálculos efectuados pelo Gabinete de Estudos da CGTP indicam que «as dívidas patronais à Segurança Social deverão ter atingido, no final de 1986, os 140 milhões de contos».

A importância apurada aponta para «um aumento substancial daquela dívida, desde a entrada em funções do actual Governo».

Segundo os serviços de Imprensa da Central, «em apenas seis meses de Governo Cavaco Silva — entre Janeiro e Junho de 86 — a diferença entre os descontos processados (149,1 milhões de contos) e os efectivamente entregues pelo patronato (125,9 milhões de contos) foi de 23 milhões de contos; ou seja, conclui a CGTP-IN, a Segurança Social foi defraudada naquele valor através da retenção ilegal dos descontos pelo patronato».

Os dados que a Inter acaba de divulgar, nomeadamente estes últimos, são confirmados por um organismo do próprio Ministério do Trabalho. Registe-se, no entanto, que os

dados referidos não consideram «as dívidas do patronato por letras, que se encontram na posse da Segurança Social ou da banca, valor que faz aumentar o montante real das dívidas». Só as deste tipo somavam, no final de 85, 21,2 milhões de contos.

Depois de sublinhar que «as dívidas do patronato à Segurança Social aumentaram muito mais no primeiro semestre de 1986 (já com o Governo Cavaco Silva) do que no último semestre do ano anterior» (12 milhões e 500 mil contos para 8 milhões e 500 mil, respectivamente) a CGTP «constata, como demonstram os próprios dados oficiais, que o Governo não conseguiu sequer atacar o problema das dívidas à Segurança Social — ao contrário do que tanto propagandeou — antes permitindo o agravamento da situação».

Depois de sucessivos protestos e intervenções junto da instituição competente e da própria direcção da RTP, «a Comissão Executiva da CGTP-IN decidiu exigir judicialmente» àquela estação televisiva «uma indemnização de, pelo menos, cinco mil contos pelos danos materiais decorrentes da violação do direito de resposta a declarações proferidas há cerca de três anos naquele órgão de informação pelo então secretário de Estado, Anselmo Rodrigues».

Esse direito de resposta foi reconhecido e confirmado pelo ex-Conselho de Informação para a RTP, por um tribunal de primeira instância, pelo Tribunal da Relação de Lisboa e, ultimamente, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, «num processo — destaca a Inter — que a RTP desencadeou e se arrastou por cerca de três anos».

Recorde-se que a CGTP tem protestado frequentemente contra as raras e deficientes «coberturas» que a RTP dedica às iniciativas da Central unitária, mesmo quando se trata de acções, movimentações ou lutas de alcance e interesse nacionais.

## Ultrapassar a crise com a luta dos trabalhadores

Carvalho da Silva, ao intervir na conferência de Imprensa convocada pela CGTP para antontem, afirmou que «a crise não está, de facto, ultrapassada», ao contrário do que disse o Primeiro-Ministro. «Antes é necessário ultrapassá-la — reafirmou — com a luta dos trabalhadores».

Além do coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, participaram na conferência de Imprensa José Luís Judas, Manuel Lopes e Emídio Martins, todos membros da Comissão Executiva.

Perante os jornalistas, foi amplamente demonstrada a necessidade de combater este Governo e esta política. O desemprego aumentou, mantém-se o volume dos salários em atraso e outras remunerações, insiste-se na ameaça de legislação laboral contrária aos direitos dos trabalhadores, cresce a exploração de menores, espalha-se o trabalho precário e clandestino, agrava-se a injustiça social.

No que respeita à contratação colectiva, Carvalho da Silva salientou que o «acordo patronato-Governo-UGT no CPCS» (Conselho Permanente de Concertação Social) significa um agravamento ainda maior daquela injustiça, e revelou que o projecto de alteração do lay-off (despedimentos) se destina a «colocar este processo sob controlo completo do patronato, retirando capacidade de intervenção e negociação às associações sindicais».

Ao salientar os resultados positivos alcançados na luta pela contratação colectiva, Carvalho da Silva recordou que esses resultados contra o «tecto salarial» levaram o ministro Cadilhe (Finanças) a ameaçar novamente as empresas com penalizações, quando aceitarem aumentos salariais superiores à inflação esperada. Esperada pelo Governo, naturalmente.

## Encontro sobre o sector mineiro

Com vista à realização de um diagnóstico sério e profundo da situação, bem como na perspectiva da apresentação de medidas que permitam ultrapassar os problemas existentes, o PCP vai promover na primeira quinzena de Março um Encontro Sobre o Sector Mineiro.

No processo de preparação do Encontro, teve lugar no passado dia 24 de Janeiro uma reunião nacional de trabalho, que reuniu camaradas das principais minas nacionais, da Administração Pública, da Universidade e de outros sectores.

Durante a reunião, foi feito um balanço do trabalho desenvolvido até ao momento e perspectivadas as tarefas que falta empreender.

Trabalhadores

Encontro dos supermercados

# Pela legalidade contra o trabalho precário

Solucionar problemas, de entre os quais sobressai o emprego em regime precário, e unificar as condições de trabalho são as direcções fundamentais da Proposta Reivindicativa Nacional (PRN) aprovada no Encontro Nacional dos Trabalhadores dos Supermercados, que teve lugar no dia 18 por iniciativa da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritório e Serviços e a que o «Avante!» já fez referência.

Cerca de 40 por cento dos dez mil trabalhadores dos supermercados são contratados a prazo. A Proposta Reivindicativa Nacional (PRN) dos Trabalhadores dos Supermercados considera que o contrato a prazo «é de admitir apenas quando a natureza do posto de trabalho a ocupar» o justifique e reivindica a regulamentação das admissões em regime precário.

Todas as outras formas de trabalho precário são consideradas ilegais. O documento exige a passagem a efectivo dos trabalhadores contratados a prazo que ocupem postos de trabalho permanentes.

## Contratos a prazo e trabalho precário agravam a exploração

O boletim do Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte denunciava no fim do ano passado as formas que os vínculos precários assumem na sua área e os mecanismos em que assentam.

O «SESN Notícias» definia o trabalho precário como «uma forma que o patronato descobriu para «rentabilizar a empresa» através de mão-de-obra barata, poucos ou nenhuns

encargos sociais» e um modo «de «amansar» os trabalhadores, impedindo-os de se sindicalizarem; de atentar contra o poder negocial dos sindicatos e a contratação colectiva, contra a unidade de interesses de quem trabalha, isolando os trabalhadores pelo medo, pela competição mesquinha, para assim os trazerem pendurados pelo fino fio do «emprego»».

A situação mais frequente é a contratação de trabalhadores por seis ou três meses, com a prorrogação dos contratos até ao limite de três anos. Há mesmo, segundo as organizações sindicais, empresas em que o contrato a prazo está institucionalizado.

Os contratos a prazo e o aluguer de mão-de-obra através de empresas especializadas são as formas de trabalho precário mais utilizadas nas maiores empresas. Mas o trabalho à peça (à tarefa), o trabalho por «prestação de serviços» e o trabalho clandestino atingem muitos milhares de trabalhadores do sector.

## Por uma só tabela salarial adequada à realidade

Na PRN aprovada pelos trabalhadores dos supermercados

denunciam-se as «assimetrias» salariais e a «prática discricionária e discriminatória» das empresas.

Por um lado, «estão desadequadas para os supermercados as tabelas salariais estudadas e negociadas para pequenas e médias empresas do comércio tradicional». Por outro, há diferenças que chegam a ser de dez mil escudos nos salários de trabalhadores da mesma categoria em distritos diferentes.

A Proposta Reivindicativa Nacional defende que «a tabela a construir terá de partir da realidade contratual actual e da prática das empresas que aplicam a grupos inteiros salários muito superiores».

Os trabalhadores dos supermercados exigem ainda a uniformização da regulamentação sobre diuturnidades e outros subsídios.

Reivindicando que as empresas promovam iniciativas de formação e aprendizagem e procedam à reciclagem dos trabalhadores, a PRN denuncia a «atribuição indiscriminada e ilegal de categorias de ajudante e estagiário» e coloca como objectivo o «acesso directo a categorias compatíveis com a especialização e as tarefas desempenhadas».

O documento aprovado no Encontro Nacional dos Trabalhadores dos Supermercados reclama a «semana de 40 horas prestadas em 5 dias, com descanso obrigatório ao domingo e complementar, alternadamente, ao sábado e segunda-feira»



Pertence ao grupo SONAE

(para os trabalhadores administrativos — 40 horas, com descanso ao sábado e domingo).

É ainda exigida a regulamentação do trabalho em regime de turnos, com a institucionalização do subsídio de turno.

O Encontro de dia 18, considerado pela Federação sindical do Comércio, Escritório e Serviços (FEPGES) «um passo decisivo» para a organização, unidade e luta dos trabalhadores dos supermercados, exigiu «às entidades patronais e aos órgãos do

Estado, nomeadamente a Inspeção Geral do Trabalho», o respeito dos direitos consignados nos contratos e a reposição da legalidade nas empresas.

## Preparação do Congresso da FEPGES

O Encontro dos Trabalhadores dos Supermercados realizou-se no âmbito da preparação do 3.º

Congresso da FEPGES, marcado para 4 e 5 de Abril. No plano de trabalho aprovado em plenário de sindicatos no dia 30 de Outubro em Braga figura ainda a realização do Encontro dos Trabalhadores das Empresas de Informática, do Encontro Nacional dos Trabalhadores de Escritório, do Encontro Regional de Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços da R.A. da Madeira e de Plenários Regionais do Sector Automóvel.

# LUTAS E TAREFAS

## Federação da Química reivindica dinamização do sector

A Federação sindical das indústrias química e farmacêutica, grande parte das quais pertence ao sector empresarial do Estado, ao aprovar recentemente o seu Plano de Actividades para o ano corrente, sublinha que o mesmo foi elaborado na base da Plataforma Reivindicativa saída do IV Congresso da FSTIQFP, efectuado em 29 e 30 de Novembro do ano findo, e na qual um dos pontos reclama «a recuperação e viabilização das empresas em dificuldades, tendo em vista a garantia dos postos de trabalho, através de planos de apoio que impliquem a concessão de apoio técnico directo e linhas de crédito bonificado às pequenas e médias empresas de capital nacional». No que respeita à Quimigal (ver Em Foco nesta edição) é reivindicado «um plano de recuperação e desenvolvimento», que «reactive e dinamize as actividades produtivas e comerciais da empresa e garanta os postos de trabalho». No que respeita a CNP (Companhia Nacional de Petroquímica) a Federação reclama «a anulação de todos os actos praticados pela comissão liquidatária e o arranque das unidades mais significativas em falta no complexo

petroquímico de olefinas». Entre os 19 pontos da Plataforma Reivindicativa merece destaque a necessidade de «elaboração e implementação, negociadas com os trabalhadores, de um plano de formação e reconversão profissional para o sector, que tenha sobretudo em conta as necessidades decorrentes da introdução de novos equipamentos». Além das reivindicações específicas, salienta-se, na Plataforma e no Plano de Actividades, o «combate aos salários em atraso», a «duração e organização do trabalho» e a «dinamização do sector empresarial do Estado».

## Rodoviários da Madeira conseguem aumentos de 17,25 por cento

Numa nota de quinta-feira passada, o Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira, com sede no Funchal, afirma que, «após a perspectiva de marcação de uma greve», o patronato reconsiderou, vindo o Sindicato a assinar aumentos na tabela salarial da ordem dos 17,25 por cento, com efeitos a partir de 1 de Dezembro do ano findo. A direcção sindical comenta: «uma vez mais ficou provado que, quando os trabalhadores estão unidos e organizados em torno do seu sindicato, é mais fácil

vencer». No sentido de «defender em 1987 o poder de compra dos trabalhadores», os Rodoviários madeirenses assinavam entretanto um comunicado conjunto com os Sindicatos da Indústria de Bordados, da Indústria de Bebidas, da Construção Civil, e dos Empregados de Escritório e Caixeiros, todos sediados naquela Região Autónoma.

## Os salários na panificação são um autêntico escândalo

«A PRT da panificação, pronta desde meados de 1985, continua nas gavetas do Ministério do Trabalho que, a todo o custo, tenta impedir a sua publicação». A Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos acusa o ministro do Trabalho e o respectivo secretário de Estado de, desde a tomada de posse do actual Governo, sempre se terem recusado a receber aquela estrutura intermédia da CGTP-IN que, no passado dia 7, promoveu uma concentração junto do referido Ministério em Lisboa, a fim de protestar contra o facto de os salários do sector se encontrarem na sua maioria abaixo do salário mínimo nacional, sendo esse mínimo apenas atingido «à custa do valor atribuído ao quilograma de pão diário a que os trabalhadores há longo tempo têm direito». A Federação reivindica a saída da PRT (Portaria de Regulamentação

de Trabalho), porque os aumentos salariais têm sido exclusivamente estipulados pelo patronato, ao qual o ministro do Trabalho permite que «roube impunemente aos trabalhadores do sector o próprio pão, regalia histórica do sector».

## Formação profissional nos Escritórios do Norte

A partir de Fevereiro próximo, o Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte (SESN), com sede na Rua do Paraíso, no Porto, e com delegações em Braga e Aveiro, promove vários cursos de formação profissional, entre os quais Informática, Contabilidade e Fiscalidade, Secretariado, Importação e Exportação, Gestão de Stocks, Legislação Comercial e Fiscal, Direito de Trabalho, Francês e Inglês. Segundo o SESN, os objectivos prioritários dos cursos têm por base «possibilitar aos jovens, a partir dos 18 anos, a obtenção de conhecimentos e aptidões que lhes possibilite o ingresso na vida activa, ou na ocupação de um posto de trabalho mais qualificado». No mesmo campo da formação profissional, o SINTEL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações) refere que já «destacou um outro dirigente sindical para esta frente», no sentido de lhe «dar um grande acompanhamento em todos os aspectos», este ano.

## Trabalhadores

# Greve na Madeira

## • Outra lutas

Pelo pagamento dos salários em atraso e outras remunerações, cumpriam o seu terceiro dia de greve no passado dia 19 os trabalhadores da Fábrica de Papel do Porto Novo, na Região Autónoma da Madeira. Segundo a delegação do Sindicato, «o montante dos salários em dívida aos trabalhadores é de 2300 contos, não incluindo as horas extras». A União dos Sindicatos daquela Região (USAM) apontava entretanto o facto de só 1085 dos 10 mil desempregados da Madeira receberem subsídio de desemprego. A USAM manifestou a sua solidariedade para com a jornada nacional de luta, marcada para o próximo sábado pela CGTP-IN. Outras lutas se desenvolviam, entretanto, em empresas e sectores. Para ontem, as organizações representativas (ORT's) dos trabalhadores da UCAL anunciaram uma greve.

Esta forma de luta foi adoptada devido à direcção da UCAL recusar a aplicação do **acordo de princípio** negociado com os sindicatos.

O objectivo principal da greve refere-se ao **pagamento dos salários actualizados a todos os trabalhadores**, à defesa e manutenção das regalias e direitos conquistados, à recuperação económica e financeira da UCAL e à defesa dos postos de trabalho.

O pré-aviso de greve na UCAL abrange um período de dois dias, com início previsto para as 21 horas de ontem, e abrange 700 dos 900 trabalhadores da UCAL.

### Melhores salários nos bordados da Madeira

Embora se tenham recusado a negociar um subsídio de refeição, as entidades patronais dos bordados da Madeira assinaram com o Sindicato aumentos da ordem dos 16,5 por cento na tabela salarial para o sector.

Os aumentos, que entram em vigor este mês, abrangem as diuturnidades, e foi criado um abono de 1500 escudos para falhas, destinado a funções de tesouraria.

Segundo o Sindicato dos Bordados da Madeira, os aumentos conseguidos foram ligeiramente «superiores à inflação oficial de 1986» no arquipélago.

### Porto Novo: apenas dez efectivos

A delegação madeirense do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel,



Trabalhadores durante um plenário, este mês

Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas afirmava, no passado dia 19, que a greve na **Fábrica de Papel do Porto Novo** se prolongaria por mais três dias, se a administração continuasse sem dar resposta às reivindicações dos trabalhadores. Recordava aquela direcção que, dos efectivos do pessoal em número de 50, apenas 10 trabalham como efectivos; os restantes têm vínculo precário, sem regalias nem direitos, sob a ameaça permanente do desemprego.

A delegação sindical afirma que, em Dezembro findo, já com salários em atraso, os trabalhadores consentiram em trabalhar além do horário normal, para concluir encomendas.

A entidade patronal comprometeu-se, nessa altura, a pagar «os vencimentos e outras verbas em dívida antes do Natal». Em paga desse «sacrifício, acrescenta a delegação, foi-lhes retirado o prémio de assiduidade e, ainda por cima, só lhes foi pago 50 por cento do 13.º mês».

A delegação sindical sublinha

que «toda esta situação é do conhecimento da Inspeção Regional do Trabalho, sem que até à data, 19 de Janeiro) tenha tomado qualquer medida» para lhe dar solução.

Os trabalhadores da **Porto Novo** e o seu Sindicato continuam, como sempre, abertos ao diálogo, mas não estão dispostos a suportar «os resultados de sucessivas más gestões», recorrendo à luta, enquanto que «o conselho de gerência da empresa acusa o Governo regional e a empresa de electricidade da Madeira de estarem a entrar o desenvolvimento da fábrica».

### Desconvocada a greve na Covina

Uma resolução do Plenário, aprovada por unanimidade, des-

convocou a greve na **Covina**, marcada para amanhã. A Comissão Sindical afirma que os trabalhadores conseguiram alcançar, através da «sua persistência, determinação e luta», um «aumento da massa salarial global de 11,98 por cento; e a suspensão dos despedimentos colectivos até 30 de Junho de 1987».

Como entretanto tem acontecido em todas as movimentações e lutas sindicais em empresas e sectores, o Plenário de trabalhadores da **Covina** aprovou uma moção no sentido de se organizarem e mobilizarem, «através dos seus organismos representativos, para aderirem e participarem activamente na jornada nacional de luta» incorporando-se na manifestação, com início às 14 e 30, entre o Marquês de Pombal e a Praça do Rossio, em Lisboa.

## 1.º CONGRESSO

### UNIÃO DOS SINDICATOS DE LEIRIA

#### 30-31 JANEIRO 1987

(GARAGEM DO HOTEL EUROSOL)



PELA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DOS TRABALHADORES - PELO REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO E DA CGTP / IN - POR ABRIL, PELA PAZ, PELO EMPREGO PELO HORÁRIO MÁXIMO DE 40 HORAS SEMANAIS

# Congresso em Leiria começa amanhã

Começa amanhã em Leiria o I Congresso da União dos Sindicatos do distrito. A Comissão Organizadora, que salienta a importância desta iniciativa, refere a participação no Congresso da USLEI de 31 sindicatos, inscritos até ao dia 21, com um total de 245 delegados, que «representam mais de 24 mil trabalhadores». O encerramento do Congresso será assinalado com um comício «aberto a todos os trabalhadores e à população em geral», que começa às 16 e 30 do próximo sábado, junto do Tribunal da cidade.

Segundo a Comissão Organizadora, as questões mais debatidas durante a preparação do Congresso da USLEI foram as seguintes:

1. **direito ao trabalho e à segurança no emprego; elevado número de trabalhadores contratados a prazo; trabalho precário e clandestino, à hora, ao dia e à semana, que no distrito de Leiria atingem números dramáticos. Mantém-se também a chaga social dos salários em atraso.**

2. **A luta pela semana das 40 horas; a defesa das liberdades sindicais e democráticas, face ao aumento da repressão; o reforço da organização sindical no distrito, que terá um forte impulso na realização do I Congresso da União dos Sindicatos de Leiria, com a aprovação dos novos estatutos e a eleição do Conselho Distrital.**

3. **Alguns dos problemas mais sentidos no distrito, como sejam a Saúde, a Higiene e Segurança no Trabalho, a Segurança Social, o funcionamento da Inspeção e dos Tribunais do Trabalho, designadamente o de Leiria, que tem mais de 4000 processos a aguardar julgamento, alguns deles há mais de dez anos.**

4. **Igualmente ressaltam os graves problemas que se colocam à juventude, no que toca ao ensino e ao primeiro emprego, e ainda a grave situação, dos transportes e da rede viária, a que sucessivos governos, com destaque para o de Cavaco Silva, têm virado ostensivamente as costas.**

## ATD's

# Desemprego sobre desemprego

Reunidos recentemente em Odivelas, trabalhadores desempregados protestaram por o projecto ATD não ter seguimento este ano; e perguntam se os fundos enviados pela Comunidade Europeia «não seriam melhor aplicados, se fosse concedido a cada concelho uma verba para dar emprego efectivo a um número determinado de pessoas».

A sigla ATD significa «Assistência a Trabalhadores Desempregados». Os ATD's, e designadamente o de Odivelas, protestam pelo facto de «50 por cento dos projectos» para este ano terem sido indeferidos. Isto «porque, segundo o director do Centro de Emprego de Loures», as entidades onde havia pessoal ATD colocado «não reuniam

condições para a aceitação» do projecto/87.

Na reunião de Odivelas, os trabalhadores interessados fizeram uma série de reclamações, a saber:

- Que a totalidade, ou a maioria, dos desempregados ATD's, sejam reintegrados no próximo programa (projecto/87);

- Aos que não forem contemplados, que lhes seja atribuído um subsídio de desemprego (sobrevivência);

- Que o Governo tome medidas para que, nos concursos que sejam abertos no decorrer do ano para admissão de pessoal, nas entidades onde tenham sido colocados desempregados na situação ATD-OTJ, seja dada aos mesmos prioridade na admissão.



Gueórgui Kumanev  
**Os povos da URSS**



na defesa da pátria socialista

A gesta heróica dos povos da U.R.S.S. na defesa da sua pátria socialista.



edições **Avante!**  
CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO

Internacional

Filipinas  
em vésperas  
de referendo

# Massacre de camponeses

Dezoito mortos, uma centena de feridos e cento e noventa pessoas desaparecidas é o trágico balanço do massacre de Mendiola registado na passada quinta-feira em Manila, capital das Filipinas, quando fuzileiros dispararam sobre uma manifestação pacífica de dez mil camponeses que se dirigiam ao palácio presidencial exigindo a aplicação da reforma agrária.

A brutalidade da repressão, criticada pelo próprio chefe das Forças Armadas filipinas, general Fidel Ramos, que em comunicado divulgado a propósito afirmou «que se constatou que a força de manutenção da ordem reagiu exageradamente à situação», fez subir de tom as críticas ao governo da presidente Corazón Aquino num momento em que esta se encontra particularmente empenhada em ganhar votos para a aprovação da nova constituição no referendo a realizar na próxima segunda-feira, dia 2 de Fevereiro.

Embora se desconheçam ainda os resultados do inquérito oficial aos dramáticos acontecimentos, que fizeram reviver aos filipinos os dias negros da luta contra a ditadura de Marcos — a ponte de Mendiola que dá acesso ao palácio presidencial foi palco de muitos confrontos sangrentos — parecem não restar grandes dúvidas de que se está perante uma conspiração das forças reaccionárias, com apoio de fuzileiros adeptos do ex-ditador.

A imprensa filipina desenvolve esta tese, fazendo notar que, ao contrário do que é habitual em manifestações junto ao palácio

de Malacanang, na semana passada não havia barreiras de arame farpado para impedir o avanço dos manifestantes e, por outro lado, a força policial encarregue da segurança era reduzida, estando «apoiada» por um contingente de 500 fuzileiros armados com automáticas «M-16».

Se se tiver em consideração que anteontem voltou a registar-se nova tentativa (ao que parece falhada) de golpe de estado envolvendo partidários de Marcos e de políticos de direita, apoiados por sectores militares afectos ao ex-ministro da Defesa, Ponce Enrile, que fizeram com que as Forças Armadas fili-

pinas entrassem em «estado de alerta máximo», não se torna necessária uma grande imaginação para relacionar os factos e chegar à conclusão de que importantes medidas terão de ser tomadas para a desejada estabilidade e democratização das Filipinas.

Desde a sua chegada ao poder, há cerca de um ano, Corazón Aquino teve já de enfrentar três tentativas falhadas de golpe de Estado; primeiro em Julho, depois em Novembro e novamente agora, os apoiantes de Marcos mostraram-se o bastante para serem identificados, se não na totalidade pelo menos em parte. E o facto é que as consequências não foram além de remodelações governamentais e apelos mais ou menos emotivos à reconciliação nacional.

Há que convir que é manifestamente pouco, sobretudo num país onde dirigentes políticos e militares ainda em funções e influentes estiveram estreitamente ligados ao corrupto regime do ex-ditador e onde a maioria da população vive na miséria.

O «estado de graça» em que Corazón Aquino tem vivido, com uma inegável popularidade a que não foram estranhas as suas promessas de empenho na criação de empregos, redistribuição

de riqueza e do rendimento, e de pacificação social, não poderá sobreviver por muito tempo sem a tomada de medidas concretas para fazer face à dura realidade.

E a realidade nas Filipinas significa que mais de 70 por cento da população vive na pobreza, que mais de 2,6 milhões de pessoas estão desempregadas e que entre 35 a 40 por cento dos que trabalham estão subempregados. Ou ainda que a pacificação do país, a que se opõem os sectores mais à direita do governo, passa por negociações sérias com o movimento guerrilheiro. De referir a propósito que as tréguas de Novembro se estão a esgotar sem que se avance de forma significativa nas negociações sobre as reformas políticas e económicas consideradas indispensáveis pelos sectores democráticos para uma efectiva paz social.

A presidente das Filipinas comprometeu-se publicamente a fazer justiça às vítimas de Mendiola, mas a promessa não fez diminuir as tensões que se vivem no país. O referendo de dia 2 será sem dúvida um teste para o governo; de que poderá depender muito dos interesses que se jogam desde já a pensar na anunciada realização de eleições legislativas em Maio próximo.

## EUA vendem armas no Golfo Pérsico

A administração norte-americana notificou o Congresso de que está disposta a fornecer ao Bahrein uma esquadilha de caças tipo «F-16», no âmbito de uma transacção de venda de armas no valor de 400 milhões de dólares. Segundo o «Washington Post», a administração Reagan prepara-se ainda para fornecer à Arábia Saudita 200 veículos blindados de combate de infantaria tipo «Bradley», no valor de 300 milhões de dólares.

Trata-se, em qualquer dos casos, de um salto qualitativo no comércio armamentista dos EUA, já que é a primeira vez que as aeronaves referidas são fornecidas a um país árabe da região do Golfo Pérsico e que os citados veículos blindados são vendidos a países estrangeiros.

Para o «Washington Post» estas decisões traduzem o desejo da Casa Branca de atenuar o descontentamento dos países árabes em relação à política dos EUA no Médio Oriente, agravado pelo escândalo do «Irangate». O que comprova, uma vez mais, que a administração Reagan continua a privilegiar a linguagem das armas.

## Repressão na Cisjordânia

As autoridades militares israelitas que ocupam a Cisjordânia proibiram o reinício das aulas na universidade árabe de Al-Najah, encerrada na sequência de manifestações estudantis anti-sionistas.

Aquela decisão, a par das constantes rusgas, buscas domiciliárias e perseguições de toda a ordem, visa intimidar a população e procura evitar as manifestações de protesto dos palestinianos contra a ocupação israelita. Tais medidas, que até à data se têm manifestado infrutíferas, apenas contribuem para agravar as tensões e confrontos nos territórios árabes ocupados por Israel.

## Bloqueio Rodoviário em El Salvador

Os guerrilheiros salvadorenhos desencadearam a semana passada uma grande operação com vista ao bloqueio de todas as auto-estradas do país. Trata-se da segunda grande operação deste tipo efectuada este mês; a primeira, levada a cabo entre 7 e 12 de Janeiro, provocou a paralisação a nível nacional de 90 por cento de todos os transportes de carga e impediu a transferência de tropas governamentais.

As autoridades militares salvadorenhas, que subsistem com o apoio norte-americano, têm-se manifestado incapazes de controlar a actividade crescente das forças patrióticas, o que está a desgastar o regime de Napoleon Duarte, cada vez mais criticado pelo arrastamento da guerra civil que dilacera o país e pela sua recusa em aceitar as propostas de paz dos guerrilheiros.

## Tropas paquistanesas ameaçam a Índia

A concentração de tropas paquistanesas ao longo da fronteira com a Índia está a preocupar seriamente as autoridades deste país. Ao intervir há dias em Nova Deli, Rajiv Gandhi, chefe do governo indiano, declarou que o Paquistão, após ter realizado exercícios militares em Outubro do ano passado, não só não retirou as suas tropas da fronteira indiano-paquistanesa, como as reforçou.

Segundo Gandhi, para não exacerbar a tensão na região a Índia não replicou com um idêntico aumento das suas tropas, mas está disposta a observar, de uma maneira muito séria, o evoluir dos acontecimentos na zona fronteiriça.

O primeiro-ministro indiano afirmou ainda que o seu governo levou reiteradas vezes ao conhecimento da administração dos EUA a sua preocupação pelo fornecimento de armas sofisticadas ao Paquistão, incluindo as armas fornecidas aos «dutcham» afegãos através do Paquistão, que acabaram por aparecer nas proximidades da fronteira indiana.

Este facto não é estranho ao agravamento das tensões no estado indiano do Punjab, onde os separatistas estão a tentar de novo levar a cabo acções de desestabilização.

## OSPAA condena ingerência no Chade

A Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia e da África (OSPAA) divulgou no Cairo uma declaração em que manifesta a sua preocupação com o agravamento da situação no Chade, provocada pela escalada da ingerência militar do ocidente.

Segundo a OSPAA, a ingerência estrangeira nos assuntos do Chade é a principal causa do contínuo derramamento de sangue no país. Condenando energicamente as tentativas de internacionalização do conflito, aquela organização exorta as forças progressistas do mundo a apoiarem a aspiração do povo chadiano à reconciliação nacional e à regularização do conflito por meios pacíficos, sem qualquer ingerência estrangeira.

Uma ingerência que se tem vindo a acentuar, como revela a agência soviética Tass, ao afirmar que a França enviou para o Chade um corpo intervencionista de 1500 efectivos, dezenas de aviões de combate e estações de radar, enquanto Washington aprovava uma ajuda militar urgente no valor de 15 milhões de dólares para o regime de Habre.

## Angola

# Iminente nova agressão sul-africana

Unidades regulares do exército sul-africano estão a concentrar-se na província angolana do Cunene, no sul de Angola, o que faz prever que o regime racista de Pretória se prepara para mais uma agressão de consequências imprevisíveis contra aquele país.

A denúncia desta situação foi feita no passado domingo pelo ministro angolano da Defesa, coronel-general Pedro Maria Tonha «Pedale», membro do Bureau Político do MPLA-Partido do Trabalho, que alertou a opinião pública nacional e internacional para o facto da África do Sul, sob o falso pretexto de perseguição às forças nacionalistas namibianas, pretender realizar acções criminosas em grande profundidade no território da República Popular de Angola.

As agressões sul-africanas em Angola provocaram já prejuízos materiais avaliados em mais de doze biliões de dólares, como revelou a semana passada um documento do Bureau Político do MPLA-PT, onde se sublinha que as acções agressivas da África do Sul visam preferencialmente empreendimentos de carácter económico e social.

O documento, divulgado a propósito do «4 de Fevereiro» — data que assinala este ano o vigésimo sexto aniversário do início da luta armada de libertação nacional — recorda os ataques racistas levados a cabo entre 13 de Dezembro último e quinze do corrente mês contra as posições das FAPLA estacionadas na província do Cunene, bem como as

constantes violações aéreas do espaço angolano, fazendo notar que a criminosa política de Pretória é possível devido ao apoio da administração Reagan, que através da sua pretensa política de «engajamento construtivo» impede a aplicação de sanções globais e obrigatórias contra a África do Sul, visando desestabilizar os Países da Linha da Frente.

A denúncia da iminência de nova agressão confirma bem aquela realidade, que objectivamente tem impedido a RPA de dedicar os seus esforços à reconstrução e desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo que obriga o povo angolano a sofrer as maiores vicissitudes, vítima inocente das barbaridades racistas

tas e dos seus homens de mão da Unita. Como sucedeu no passado dia 21, em que 133 pessoas morreram e 53 ficaram feridas (entre velhos e crianças), em consequência de um bárbaro ataque dos bandidos daquela organização.

Como afirmou a propósito um responsável angolano, tais actos revelam o desespero do inimigo, que fogem ao choque directo com as FAPLA, optando por matar, roubar e saquear as populações indefesas.

Na luta contra esta situação prevê-se para este ano a criação de subunidades de autodefesa no seio da população, nomeadamente nas áreas de cultivo, de modo a impedir as acções de sabotagem. De acordo com informações oficiais, o primeiro período de instrução política combativa encontra-se já na sua fase final e tem registado uma assistência positiva dos enquadrados nas unidades de autodefesa, proporcionando-lhes melhor preparação combativa.

Uma realidade com que os inimigos de Angola terão de contar e que é bem a expressão da vontade popular de lutar por todos os meios pelo seu direito à independência plena.

Uma realidade que o congress-

sista norte-americano, Mickey Leland, constatou, na sua recente visita a Angola, onde não deixou de reconhecer ser «uma contradição absolutamente imperdoável para os EUA ajudarem os países africanos assolados pela seca e pela fome e simultaneamente apoiarem os bandos terroristas a soldo do regime racista de Pretória que em Angola assassinam populações indefesas».

Condenando a política de agressão e desestabilização da África do Sul bem como da administração Reagan em relação à África Austral, o congressista norte-americano defendeu a legitimidade da presença das tropas cubanas em Angola, considerando que elas estão naquele país para ajudar a defender a sua integridade contra as agressões e violações dos racistas sul-africanos.

**Julgo errado** — afirmou — os EUA ditarem a sua posição aos países que não defendem necessariamente a sua ideologia política.

Uma posição que é partilhada por um número crescente de responsáveis políticos, conscientes da necessidade imperiosa de contribuir para a paz na África Austral.

Internacional

# Eleições na RFA

# CDU/CSU perde votos com política belicista

«Tornou-se mais fraca e insegura a base para prosseguir uma política de 'viragem à direita.'» Esta, em linhas gerais, a apreciação que os comunistas da RFA fazem das consequências imediatas dos resultados das eleições realizadas no passado fim-de-semana para o Bundestag (Assembleia).

Os resultados eleitorais de dia 25 são sintomáticos. E apesar de a União Democrata-Cristã (CDU), conjuntamente com a CSU (União Social Cristã, de Strauss), manterem as condições para garantir o poder entre mãos — trata-se dos piores resultados eleitorais registados pelo bloco de direita desde 1949.

Assim, o bloco de direita obtve 44,3 por cento dos votos (contra 48,8 em 83), tendo perdido 21 deputados (são actualmente 223). O Partido Democrata Liberal, que absorveu parte significativa dos votos perdidos pela CDU-CSU (testemunho claro de que o povo oeste-alemão temia uma ainda mais acentuada viragem à direita), reforçaram a sua representação com mais 12

5,6 para 8,3 por cento dos votos e 42 deputados.

De salientar que o SCU de Strauss, dirigente bávaro da extrema-direita, perdeu na Baviera, o seu bastião, 5,8% dos votos. Também o chanceler Helmut Kohl foi derrotado na sua circunscrição eleitoral, face ao candidato social-democrata.

No cômputo final salta à vista que o CDU, com 34,5 por cento dos votos, deve a sua capacidade de formar governo à aliança com o SCU e aos votos dos liberais. Entretanto o SPD alcançou 37 por cento dos votos. Trata-se apenas de matemática eleitoral, necessariamente diversa do concreto, da realidade política. Mas nem por isso é menos significativa.



A grande força do movimento da paz na RFA, a generalizada aspiração de paz entre a população, tem também a sua expressão no plano eleitoral

## «Unsere Zeit»

### Multas contra a verdade

Franz Joseph Strauss, o dirigente do CSU da Baviera, elemento destacado da extrema-direita oeste-alemã, montou um processo contra o «Unsere Zeit», jornal dos comunistas da RFA. A razão invocada para este processo judicial foi um artigo sobre o obscuro passado de Strauss durante o terceiro Reich nazi.

Nem um só dos factos apresentados no artigo e baseado em materiais de arquivo, foi refutado. O que não impediu os defensores da «lei» de apoiar a queixa e proibir o «Unsere Zeit» de falar sobre o passado nazi de Strauss. Mais ainda: o «Unsere Zeit» foi multado.

deputados, com um aumento de votação de 2,1 por cento em relação aos 7 por cento de 83. Os sociais-democratas registaram uma pequena quebra de 1,2 pontos, detendo actualmente 37 por cento dos votos e 186 deputados. Os Verdes obtiveram uma importante subida, saltando de

#### As razões possíveis

Vale a pena lembrar aqui que estes resultados eleitorais foram obtidos no quadro de uma situação económica relativamente favorável à propaganda do governo de Kohl, que, naturalmen-

te, averbou como vitórias políticas suas factos como a reduzida inflação, um assinalável crescimento económico e das exportações, o reforço do marco.

São realidades ligadas à mesma conjuntura internacional (quebra do dólar e dos preços do petróleo) que Cavaco também sabe usar em seu benefício, e ainda a uma fase do ciclo de desenvolvimento e crise capitalista. Tudo indica (como é assinalado pelos economistas na RFA) que há tendência para agravamento da situação económica.

O desemprego bate recordes, relativamente à sua evolução na RFA, e crescem os números do trabalho parcial.

No entanto, em termos gerais, a situação económica tenderia a favorecer em certa medida o bloco de direita no poder. Importa lembrar, por exemplo, a realização de Reagan nos EUA, que

também se prende a uma conjuntural evolução positiva da economia norte-americana, embora relativa.

Os factos parecem indicar, neste contexto, que uma razão de fundo da significativa perda de votos da direita, é a firme rejeição popular de uma política de confrontação e de corrida aos armamentos.

É neste quadro que os Verdes vão sempre registando novas subidas na sua expressão eleitoral. Que Strauss vê goradas as pretensões da extrema-direita a encabeçar as relações externas. E ainda que o próprio Kohl, intervindo num comício em Dortmund na campanha eleitoral vai garantir que o seu partido «aspira ao desarmamento e ao desanuviamento», e a «boas e sensatas relações» com a União Soviética e com outros Estados Socialistas...

As realidades andam bem lon-

ge das promessas eleitorais. Os factos não se apagam com um discurso eleitoral. E a verdade é que hoje estão implantados, em território da RFA, 108 Pershing-2, 16 mísseis de Cruzeiro, e rapidamente se apronta a instalação de mais 96 mísseis. A verdade é que a RFA é um dos países que aceitou participar no projecto norte-americano de militarização do Espaço.

Na apreciação feita aos resultados eleitorais de dia 25, o Presidium da Direcção do Partido Comunista Alemão (PCA), afirma-se que «um número crescente de eleitores deu no domingo passado, nas eleições para o Bundestag, uma resposta negativa a um curso político extremamente reaccionário e hostil ao desanuviamento». Um facto que marca profundamente a vida sociopolítica oeste-alemã e se insere no crescente movimento popular de massas pela Paz.

## Inquérito difícil para Pretória

A comissão sul-africana de inquérito ao acidente aéreo que vitimou Samora Machel, tem pressa em alinhar conclusões definitivas. Pressa em fazer passar por conclusões do inquérito internacional em curso (que inclui também especialistas da União Soviética e de Moçambique — que entretanto não participa no inquérito promovido pelo governo sul-africano) as suas próprias conclusões.

Para a África do Sul trata-se de enterrar rapidamente um processo excessivamente incómodo, em que se acumulam estranhos factos não explicados, e

até mentiras oficiais (!), agora rapidamente reconhecidas e «justificadas». Em linhas gerais o desejo de Pretória seria pôr ponto final no assunto, com a tese de um fatal mau entendimento entre a torre de controlo e a tripulação do Tupolev.

Só que a realidade parece ser bem mais complexa que tão conveniente tese. Em recentes declarações à agência de informação moçambicana, Armando Guebuza, membro da comissão internacional de inquérito às causas do despenhamento do Tupolev, e ministro moçambicano dos transportes, afirmou que o avião

de Machel «seguiu indicações de uma rádio-ajuda que não era a de Maputo», considerando assim necessário apurar se era falsa ou verdadeira a rádio-ajuda que terá desviado o avião da sua rota.

Guebuza sublinhou ainda que os factos já apurados exigem o prosseguimento da investigação que «não está de maneira nenhuma concluída».

E os factos apresentam-se numa sequência mesmo deveras confusa. As investigações avançadas indicam, por exemplo, que o controlador recebeu devidamente as informações do avião e

forneceu instruções correctas para a aterragem; ou que a tripulação pensava que estava prestes a aterrar em Maputo quando, de facto, o avião se tinha afastado 72 quilómetros para ocidente.

A somar aos dados concretos há as mentiras oficiais de Pretória, algumas hoje mesmo reconhecidas como tal.

No próprio inquérito conduzido pela África do Sul, no Supremo Tribunal de Joanesburgo, o ministro dos Negócios Estrangeiros, «Pik» Botha, reconheceu ter mentido ao afirmar que a tripulação do Tupolev estava embriagada. Mas a «justificação» não

faltou: tratava-se de contrariar as alegações de responsabilidade sul-africana no despenhamento do avião...

Que credibilidade pode ter a versão dos acontecimentos avançada por Pretória? Que credibilidade podem ter os argumentos ou justificações de quem de todas as formas tem tentado golpear o avanço do povo moçambicano pelo trilho da liberdade e da construção de uma sociedade progressista? Uma possível responsabilidade na morte de Machel seria apenas mais uma — grave e dramática — acção contra o povo de Moçambique.

«Em Baleizão, desde o dia 31 de Maio, o povo vive debaixo do mais feroz terror, que principiou quando o agrário fascista António Palma Góis acusou injustamente 3 camponeses do roubo de trigo dos seus celeiros.

A GNR, que sabia que o autor do roubo era o filho do agrário, não só encobriu este ladrão como ainda espancou selvaticamente os 3 camponeses, que proclamavam a sua inocência e organizou-lhes um processo que enviou para o tribunal, isto apesar de não haver provas.

No tribunal, um criado do lavrador provou que o ladrão era o filho deste e que a GNR tinha conhecimento.

Em vez de receberem o castigo disciplinar merecido, as forças da GNR, das quais se destacaram o cabo Xavier e os guardas Bento, Valmor e Rodrigues, principais autores de tal selvajaria, fortalecidas com a impunidade, ao verem-se desmascarados publicamente pelo povo, redobram de fúria. Então prenderam e espancaram até perder os sentidos o camponês João Batista, que foi testemunha dos seus companheiros. Prenderam e agrediram à corronhada até o deixar sem sinais de vida no chão no posto da GNR, o camponês Matias dos Santos, um dos acusados. E tê-lo-iam assassinado se o povo de Baleizão não se erguesse como um só homem para arrancar das garras dos facinoras o seu filho, obrigando os fascistas a recuar.»

(...)

(«O Povo de Baleizão Contra o Terror» — «Avante!», VI série, n.º 155, Janeiro de 1951)


**Avante!**  
 PAZ, LIBERDADE, JUSTIÇA, SOBERANIA, PROGRESSO

«Se simpatiza com a acção do «Avante!» e se deseja que este baluarte da imprensa livre continue a viver e a levar a todo o País as notícias sobre a vida e a luta do nosso povo, auxilie o «Avante!» enviando-nos a sua contribuição e formando à sua volta um grupo de Amigos do «Avante!».

(«Auxíliar o «Avante!»» — «Avante!», VI série, n.º 227, 2.ª quinzena de Janeiro de 1957)


**Avante!**  
 PAZ, LIBERDADE, JUSTIÇA, SOBERANIA, PROGRESSO

«A hostilidade ao fascismo e à guerra colonial entre os militares, que se manifesta nas faltas de comparência, nas deserções e no descontentamento que lavra nos quartéis, atinge tais proporções que o próprio ministro da Defesa não pôde passá-la em silêncio na sua mensagem de Ano Novo. (...)

Ao contrário do que afirma o ministro, não são apenas os milicianos que resistem. A recente insubordinação de mais de 100 soldados do GACA n.º 3 (Espinho) contra o corte de saídas e a má alimentação, o levantamento de rancho de uma companhia de 150 homens ocorrido há pouco, em Luanda, contra a conduta brutal dos oficiais, a par de muitas outras lutas de soldados, são a demonstração disso.

Ao mesmo tempo, entre os milicianos a resistência acentua-se: o juramento de bandeira no C.M.O. de Mafra, em Dezembro, voltou a ser um fiasco: o juramento quase não se ouviu e muitos gritaram tudo menos o juramento; entre os cabos milicianos desenvolve-se um movimento contra o facto de terem responsabilidades de sargentos e ganharem como praças.

O desenvolvimento da resistência nos quartéis mostra a justeza da orientação do nosso Partido, segundo a qual existe nas forças armadas um vasto campo de recrutamento e de actividade revolucionária.» (...)

(«Resistência nos quartéis» — «Avante!», VI série, n.º 425, 2.ª quinzena de Janeiro de 1971)

## ATAACANDO TUDO E TODOS

■ Henrique Custódio

# Governo agrava «doenças» da Saúde

**C**onsiderar a classe médica como um bando de preguiçosos, despedir de uma assentada 1500 clínicos das urgências hospitalares sob os argumentos de que «estão a mais» e já vai sendo tempo de tal gente «conhecer o desemprego» e, para cúmulo, garantir que a assistência médico-hospitalar está ótima em Portugal, quando qualquer cidadão se pode certificar pessoalmente do contrário, é surrealismo que ninguém com tino levaria a sério se, entretanto, não ocorresse algo ainda mais inacreditável: o público assumir de tais actos e opiniões pela própria ministra da Saúde.

Utilizando a televisão e a rádio até à exaustão, a titular do ministério da Saúde, Leonor Bezeza, mergulhou na voragem de uma das mais espantosas campanhas de intoxicação da opinião pública de que há memória, entrando em confronto com tudo e todos: médicos, enfermeiros, hospitais e o País, em última análise. Como consequência directa do conflito — que se agravou abruptamente quando, no princípio do ano, o Governo despediu mais de 1500 médicos policlínicos — os serviços de urgência da generalidade dos Hospitais do País precipitaram-se na rotura, o que provocou as recentes tomadas de posição dos directores de serviço de Santa Maria, das direcções médicas e dos chefes das equipas de

urgência dos Hospitais Cívicos de Lisboa (HCL), ameaçando despedir-se dentro de 30 dias se não houver maior número de médicos nas equipas e melhores condições de trabalho.

Paralelamente Leonor Bezeza frustrou as expectativas que ela própria criara entre os enfermeiros ao negociar, primeiro, as carreiras com todos os sindicatos da classe e ao esquivar-se, depois e até hoje, à sua publicação, deixando agravar a já muito deteriorada situação sócio-profissional destes trabalhadores da Saúde. Esta nova frente do conflito que a ministra de Cavaco Silva desencadeou no sector da Saúde Pública, evoluiu para o anúncio de greve dos enfermeiros do Sindicato do Sul e Açores, o que obrigou Leonor Bezeza ao recuo táctico de há dias, quando surgiu com novas promessas sobre a publicação das carreiras. De qualquer forma a situação está longe do apaziguamento, tendo os enfermeiros do referido Sindicato marcado entretanto um plenário para 2 de Fevereiro próximo, na expectativa de retomar formas de luta mais incisivas, caso se defraudem de novo as expectativas (o que não espantaria ninguém).

A cerzir estes afrontamentos, o Ministério da Saúde saiu-se com um novo decreto de gestão dos Hospitais que, a ser aprovado na Assembleia da República, liquidaria a

gestão democrática instituída após o 25 de Abril e transformaria a gestão hospitalar num caos erigido de «tachos» políticos a distribuir pelo Governo. Tal decreto movimentou de imediato uma onda de protestos de Norte a Sul do País, que está a desaguar na Assembleia da República em forma de enérgicos apelos à sua não ratificação, vindos de todos os sectores que trabalham no Serviço Nacional de Saúde português.

Serviço Nacional de Saúde que é, afinal, o grande alvo do Ministério de Leonor Bezeza, a qual, o pretende liquidar pura e simplesmente a favor da clínica privada e da exploração capitalista dos sectores rendíveis da medicina, cujos potentados já espreitam, gulosos, com os seus «seguros de doença» e quejandos, dentro da filosofia tão grata à ministra (e a quem ela serve) de «quem quer saúde... paga-a».

No meio está o cidadão que paga tudo — inclusive os milhões que Leonor Bezeza movimentou, não se sabe por onde — recebendo cada vez menos contrapartidas e cada vez mais afrontas aos seus direitos. A factura dos desmandos governamentais no sector da Saúde (e não só, e não só...) é altíssima; dificilmente os seus responsáveis se esquivarão, mais uma vez, ao pagamento, tal a unanimidade e a amplitude dos protestos que gerou. ■



# Num Governo «em cavacos», um tombo «em beleza»!

Falar de Saúde e dos problemas que afectam neste momento a assistência médico-hospitalar no nosso País é ouvir, antes de mais, os profissionais que actualmente se defrontam já não apenas com crónicas deficiências de condições de trabalho e graves problemas socioprofissionais, mas também com uma afrontosa agressão aos seus direitos, conduzida pelo ministério da tutela. É escutar também os que, num órgão de soberania tão decisivo como a Assembleia da República, estão a acompanhar o conflito desencadeado pelo

Governo contra o Serviço Nacional de Saúde e todos os que nele trabalham.

É naturalmente, romper a teia demagógica tecida pela ministra através da televisão e da rádio, contrapondo a voz autorizada dos que conhecem, vivem e enfrentam por dentro o abrupto agravamento da crise neste sector. Assim sendo, contactámos sucessivamente a deputada do PCP Zita Seabra, que integra a comissão parlamentar da Saúde, o vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Sul,

Mário Jorge, a presidente e um membro da direcção do Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul e R.A. Açores, respectivamente Maria Augusta Sousa e Isabel Sanches. No decorrer das conversas, os graves problemas que afectam a Saúde em Portugal acabaram por transbordar, naturalmente, das margens do conflito concreto no sector — conflito que, como se sabe, já agita todo o País. Fazendo tremir um Governo que, já estando em «cavacos», se apronta para um «tombo em beleza» ■

## Ministério em derrapagem

Antes de abordar os diversos conflitos abertos pelo ministério de Leonor Beza no campo da Saúde, Zita Seabra adjectivou de escandalosa a política do executivo de Cavaco Silva neste sector, caracterizando-a como essencialmente virada para a destruição do Serviço Nacional de Saúde. Para tal, deixa deliberadamente degradar os respectivos serviços públicos, tentando de seguida responsabilizar os profissionais que neles trabalham e lhes garantem a operacionalidade possível («estratégia» que enquadrava o actual conflito com médicos, enfermeiros e técnicos de Saúde). Perfilando-se por trás de tudo isto, estão os interesses da clínica privada e dos potentados da exploração dos sectores rentáveis da medicina, de quem a política governamental se faz diligente procurador.

ços do HCL — serviços esses que, por exemplo em Santa Maria e S. José, fazem uma média de 800 atendimentos/dia, o que está muito acima do que se verifica em qualquer hospital da Europa.

### Um desvario

Entretanto roçam o desvario as «explicações» da ministra sobre os despedimentos: que «há médicos a mais» (apesar de as «urgências» terem ficado num caos), que o aumento de doentes «foi por causa do frio», que «os médicos não hão-de ser diferentes das restantes classes profissionais, onde há desemprego», que se as coisas não andam nas urgências é porque «os médicos não querem trabalhar». Após recordar todos estes dislates, Zita Seabra, comentou a dos médicos «não quererem trabalhar».

É uma mentira e, perigosa! Por um lado, até hoje esta afirmação não foi comprovada com a realização de um único processo disciplinar pelas Inspekções do ministério, e por outro não separa, deliberadamente os casos de corrupção (que acontecem em qualquer sector), de todos os profissionais sérios e honestos, sem os quais os hospitais não funcionariam. Entretanto não se moralizam os serviços em sectores que dependem directamente do Ministério, como é o caso/escândalo do Hospital do Restelo, em Lisboa, adquirido para anular a pressão sobre as urgências dos HCL (como propagandisticamente o Governo anunciou), que teve a sua «primeira abertura» marcada para Julho de 86, a «segunda» para Dezembro passado e que ainda hoje continua em obras. A demagogia deste caso é tão caricata que no passado dia 21 o secretário de Estado da Saúde foi dizer à Comissão Parlamentar que «já tem vergonha de avançar datas para a abertura do Hospital do Restelo, pelo que não anunciava mais nenhuma»... O mesmo se passa em relação aos novos hospitais do Barreiro, Abrantes e Coimbra, com a diferença de que estes já estão prontos há anos e apresentam-se como se segue: o do Barreiro tem comissão instaladora mas não está em pleno funcionamento porque lhe faltam médicos, enfermeiros e equipamento; o



Zita Seabra

de Abrantes; idem; e o de Coimbra; aspas, com a particularidade de que este último custou qualquer coisa como 14 milhões de contos e tem muitas histórias a contar.

Como os restantes, e em particular o do Restelo, acrescentámos nós.

### Nem no fascismo...

Em relação ao conflito com os enfermeiros (que detalhadamente abordamos ao lado), Zita Seabra recordou que o Ministério iludiu as expectativas dos Sindicatos ao negociar com eles as carreiras e ao esquivar-se, depois, a publicá-las, sublinhando o facto de 14% destes profissionais estarem na situação de contratados a prazo. Recordámos-lhe a célebre «saída» de Leonor Beza na televisão sobre o caso dos tarefeiros, em que afirmava que «se havia contratados a prazo era por culpa dos próprios, já que se abria concurso para efectivos e ninguém concorrera».

Trata-se de mais um descaramento: esse concurso atrava os candidatos para tão longe dos locais de trabalho, que nenhum obviamente se propôs, tanto mais que todos trabalham em serviços onde são indispensáveis e onde, portanto, não correm o risco de serem recusados a renovação dos seus contratos a prazo. Isto é tão verdade, e a ministra sabe-o tão bem, que ficou calada quando lhe solicitámos, na Comissão Parlamentar para a Saúde, que apontasse um único serviço onde houvesse um enfermeiro tarefeiro «a mais» e, portanto, dispensável...

Finalmente Zita Seabra abordou o «decreto de gestão» avançado pelo Governo:

Os hospitais já tinham uma grande autonomia, mesmo no tempo do

fascismo, e o 25 de Abril trouxe a gestão democrática, que pôs os órgãos de gestão hospitalar a serem eleitos pelos próprios trabalhadores. Ora este decreto do Executivo de Cavaco Silva coloca o Governo a nomear o director do Hospital (que não precisa de ser médico nem pertencer ao quadro da unidade hospitalar em questão), o qual escolherá os dois restantes elementos que integram o conselho de gestão. Além disso o cargo de administrador de hospital — que é de carreira — deixará de o ser para passar a depender de nomeação ministerial. Isto significa que, se tal decreto não for revogado no dia 29 pela AR (onde foi chamado à ratifi-

cação pelo PCP, PRD e PS), as gestões hospitalares passarão a ser, além de um caos, mais um manancial de «tachos» políticos a distribuir pelo Governo, coisa que nem no fascismo aconteceu! Uma onda de discordância está a agitar o País de Norte a Sul, como bem vimos na Assembleia da República, onde nos chegamos diariamente protestos vindos de todo o lado. Certamente a oposição não irá deixar passar uma coisa destas... Acrescente-se que estes conflitos vêm na sequência de outras derrotas estrondosas do ministério, nomeadamente as do caso das taxas moderadoras, o que coloca a sua titular já numa situação de derrapagem...■

## Retorno à Idade Média?!...

Mário Jorge, vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Sul, começou por chamar a atenção para o facto de a actual luta ser a mais ampla e prolongada que jamais mobilizou a classe, caracterizando-se pela unidade crescente dos médicos em defesa dos seus legítimos interesses e aspirações socioprofissionais e rejeitando qualquer conotação partidária.



Mário Jorge, vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Sul

E, entretanto, uma luta intimamente relacionada com a actuação do Ministério da Saúde e respectiva titular, que tudo tem feito, desde que tomou posse, para tentar pôr em prática uma política de desarticulação e rotura da generalidade dos Serviços de Saúde oficiais, ao mesmo tempo que procura anular importantes regalias e direitos socioprofissionais adquiridos (caso do decreto de carreiras médicas, que o Ministério pretende revogar, da tentativa de alteração dos horários e da introdução de vínculos precários de trabalho, etc). O desenvolvimento desta política conduziu à actual situação de rotura aberta, que os Sindicatos dos Médicos (Norte, Centro e Sul) definiram como de pré-colapso. E Mário Jorge pormenoriza:

Neste momento, com o despedimento de mais de 1500 médicos policlínicos, precipitou-se a rotura completa dos serviços de urgência da generalidade dos hospitais do País. Nesse sentido se pode compreender e enquadrar as recentes tomadas de posição dos directores de serviço de Santa Maria e das direcções médicas e de chefes das equipas de urgência dos Hospitais Cívicos de Lisboa, ameaçando demitir-se dentro de 30 dias se não for reposta a operacionalidade mínima existente antes dos despedimentos em massa dos policlínicos e conse-



A Saúde é um direito... que o Governo de Cavaco Silva quer tirar ao Povo português

quente melhoria das condições de trabalho.

Referindo o despudor da ministra da Saúde e do director-geral dos Hospitais ao virem publicamente afirmar que «tudo corre bem», quando se vive uma situação de extraordinária gravidade, o vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Sul denunciou a demagogia ministerial veiculada principalmente através da televisão e rádio:

Trata-se de uma ampla campanha de intoxicação da opinião pública com o objectivo de melhor disfarçar as reais intenções governamentais: a destruição do Serviço Nacional de Saúde e o retorno à medicina caritativa da Idade Média através das Misericórdias. O argumento dos «médicos a mais» não passa de uma burla, pois é constatação generalizada que não existem, de facto, médicos a mais e sim o contrário, com áreas da Medicina altamente deficitárias, como é o caso da estomatologia (onde são necessários mais 3000 médicos), medicina do trabalho (mais 2000) ou saúde escolar, que é praticamente inexistente, tal como faltam especialidades no ambulatório. Estes exemplos, que não esgotam as áreas deficitárias, demonstram que o despedimento de médicos nada tem a ver com um excesso de mão-de-obra. E isto sem falar das zonas do Interior altamente carenciadas em cuidados

médicos, sobretudo a nível de especialidades.

### Os últimos da Europa

Então porquê esta quase obsessão em despedir médicos e demonstrar que os há a mais? A resposta não esteve com hesitações:

É uma medida governamental de carácter político, visando criar mão-de-obra barata e disponível, facilmente recrutável pelas grandes empresas viradas para a exploração dos sectores mais rentáveis da Me-

dicina, que vão preparando a sua entrada em Portugal. Isto quando a generalidade dos países da Europa vai conferindo cada vez maior peso aos Serviços de Saúde oficiais, em detrimento da medicina convencional. São estas «receitas», já abandonadas designadamente pela maior parte dos países da CEE, que este Governo quer introduzir em Portugal. E já que falamos em CEE, refira-se que o nosso país é o que gasta menos com a Saúde, situação de uma gravidade que se torna mais clara quando atendemos ao facto de a Grécia — que ocupa o

penúltimo lugar na Comunidade no que toca a tais investimentos — gastar mais do dobro que Portugal neste sector (37 contos per capita/ano, enquanto por cá nos quedamos pelos 18 contos...).

Mas havia mais a dizer, em relação ao despedimento massivo e abrupto de mais de 1500 policlinicos:

Num país como o nosso, com indicadores de Saúde dos mais baixos de toda a Europa, é um luxo prescindir de mão-de-obra altamente especializada e não reconvertível, enquanto as populações continuam altamente carenciadas em

cuidados de saúde, esperando semanas e meses por consultas.

E a rematar:

Há a convicção generalizada de que o Governo, que tomou sempre a iniciativa de provocar os diversos conflitos que há mais de um ano se vêm arrastando contra os médicos, acabará por perder esta batalha. Para isso os médicos e os seus Sindicatos contam com a compreensão e o apoio da população, na medida em que não existe contradição entre os interesses profissionais em causa e a reivindicação de uma Saúde melhor para todos. ■

## Instalações sem pessoal, pessoal sem instalações

Os confrontos em que se tem empenhado o ministério da Saúde parecem espadanar para todos os lados, embora com nuances, atingindo mais ou menos todos os profissionais do sector. O caso dos enfermeiros não escapou à regra, como nos informaram duas dirigentes do Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul e R.A. dos Açores, Maria Augusta Sousa (presidente) e Isabel Sanches (membro da direcção), que começaram por historiar o contencioso actual:

Em 4 de Fevereiro de 1986 (portanto quase há um ano) todos os sindicatos de enfermeiros exigiram iniciar o processo negocial de uma proposta reivindicativa que tinha sido apresentada ao Governo em Novembro de 1985.

O Governo aceitou e as negociações decorreram entre Fevereiro e Julho de 1986 com aparente empenhamento ministerial em ir ao encontro das reivindicações dos trabalhadores que, embora não houvessem obtido tudo o que queriam, conseguiram acordar com o Ministério alguns pontos essenciais: reclassificação de letras de vencimentos, contagem do tempo de serviço dos tarefeiros (embora sem se conseguir abolir o regime de tarefa), diminuição do tempo para a reforma. Só que, terminadas as negociações, o Governo começou a mudar de posição, esquivando-se a publicar a matéria negociada. Em conferência de imprensa realizada em Outubro, com a presença de to-

dos os sindicatos, foi anunciada a decisão de se iniciarem as lutas necessárias até se conseguir a publicação dos acordos negociados, marcando-se logo uma concentração no dia 14 desse mês frente às representações do ministério em Lisboa, Porto e Coimbra.

Só que nesta altura houve quebra de unidade sindical por parte dos sindicatos do Norte e Centro, augurando as lamentáveis posições que viriam a tomar, caracterizadas por incrível vasalagem ao Ministério da Saúde:

Lamentavelmente a concentração realizou-se apenas em Lisboa, mas foi um êxito. A luta prosseguiu com os Sindicatos do Sul e da Madeira, nomeadamente com uma vigília, em 6 de Novembro, frente à residência oficial do Primeiro-Ministro. Entretanto em Dezembro o Governo arrecadou nos cofres do Estado os 500 000 contos atribuídos, em rubrica própria do Orçamento do Estado de 1986, para cobrir a reclassificação das letras de vencimento, não tendo sido aplicada. Perante isto o Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul marcou uma assembleia geral para 20 de Janeiro (há dias), que teve a notável participação de 600 enfermeiros e onde se decidiu não continuar a ceder aos protelamentos contínuos da ministra da Saúde, marcando-se uma paralisação de duas horas em cada turno para o dia 28 de Janeiro. Dias depois a mesma Leonor Beza que afirmava «não existir problemas de tarefeiros», anunciou à pressa que a legislação sobre os enfermeiros «já foi aprovada pelo Governo» e «sairá muitíssimo breve»...

O curioso é que as direcções dos sindicatos do Norte e Centro se apressaram a criticar a luta do seu congénere do Sul, chamando a si os louros desta cedência ministerial e «esquecendo» que ela só foi possível precisamente com a luta dos seus camaradas. Mas havia mais a dizer sobre a questão:

Perante esta cedência, a direcção do Sindicato reuniu-se de imediato e concluiu, em primeiro lugar, que a luta dos enfermeiros teve a sua primeira vitória; por outro lado, como ainda não se efectivou qualquer publicação no «Diário da República» e se desconhece o teor que eventualmente terá, decidiu-se suspender a paralisação do dia 28 e marcar um plenário de delegados e activistas para o próximo dia 2 de Fevereiro, às 16.00, no anfiteatro do hospital Júlio de Matos para analisar a evolução do processo e, de acordo com ela, se tomarem as medidas adequadas.

### Um mundo de problemas

Entretanto os enfermeiros têm muitas razões de queixa, no que toca a condições de trabalho e direitos sócio-profissionais. As nossas interlocutoras alinharam, rapidamente, algumas:

Más condições de trabalho (instalações sem pessoal e pessoal sem instalações); insuficiente número de enfermeiros (1/3 do que se tem a nível europeu); quadros de-

sajustados das realidades, pois há 30 anos que não se alteram (daí, por exemplo, haver em Santa Maria, há anos, qualquer coisa como 200 enfermeiros a prazo); os concursos em todos os graus da carreira são morosos, não abrem, ou abrem tarde, o que ergue entraves à progressão na carreira, gera descontentamento e tem repercussões sobre os utentes; a própria ministra diz que não se justifica que haja tarefeiros quando há falta de enfermeiros no País, só que o Governo não legisla no sentido de resolver a questão, nomeadamente revogando o decreto-lei 41/84 (que criou a famigerada figura dos tarefeiros) e aplicando medidas de incentivos à periferia, como de resto está previsto na carreira de enfermagem que o Governo também não regulamentou; o caos dos Cuidados Primários de Saúde, onde reina a descoordenação geral pela instabilidade de gestão que, por motivos políticos, o Governo introduz neste sector ao nomear e desnomear permanentemente comissões instaladoras, acrescido pelo facto do regulamento destes Centros de Saúde ser gravoso para os enfermeiros, retirando-lhes autonomia técnica, o que conduz ao não refrescamento dos quadros, à falta de incentivo para tal e ao resvalar dos cuidados à população do nível preventivo (que é para o que estão vocacionados estes Centros) para a medicina curativa; finalmente a lei de gestão hospitalar, que pretende acabar com a eleição democrática e partidarizar e governamentalizar as gestões dos hospitais. ■



Maria Augusta Sousa (à esquerda) e Isabel Sanches, da direcção do Sindicato dos Enfermeiros do Sul e R. A. Açores

# Da química às armas

## UM GOVERNO ESPECULADOR

A situação na indústria química preocupa milhares de trabalhadores e obriga as suas organizações representativas a tomar posições públicas em defesa das empresas e dos postos de trabalho. Os sindicatos do sector e outras organizações, com relevo para a Federação, fazem notar que quatro empresas — **Quimigal, Petrogal, CNP** (Companhia Nacional de Petroquímica) e **Portucel** facturaram, em 1985, mais de 450 milhões de contos.

Segundo um artigo publicado recentemente por Ercília Talhadas, coordenadora do Sindicato das Indústrias Químicas do Sul, àquelas empresas há que juntar 37 participadas, pertencentes também, nessa qualidade, ao sector empresarial do Estado, sendo o total do emprego no sector de 25500 postos de trabalho.

A **Portucel**, por exemplo, que em 1985 teve um resultado líquido superior a 340 mil contos, é a primeira exportadora nacional.

Mas, ainda de acordo com aquela dirigente sindical e ex-deputada, «também aqui o Governo privilegia o sector privado e transnacional (ou multinacional), enquanto se prepara para, só este ano, ir buscar à **Portucel** 1,5 milhões de contos, continuando o Estado a dever, desde 1981, um milhão e trezentos mil contos à empresa».

Ercília Talhadas afirma que «o desenvolvimento da **Portucel** apenas tem sido feito à custa de endividamentos no mercado de capitais e com o autofinanciamento que a mais-valia criada pela trabalhadores tem permitido, e que vai proporcionar à **Portucel** um investimento da ordem dos 45 milhões de contos no próximo triénio, sendo, só em 1987, de 17 milhões».

Quem faz investimentos são as empresas públicas, conclui a propósito Ercília Talhadas, que salienta o facto de aquelas quatro empresas (**Quimigal, Petrogal, CNP e Portucel**) mais as 37 que refere como participadas pelo SEE terem ultrapassado em vendas no ano de 1985 os 510 milhões de contos, o que representa cerca de 65 por cento do volume de vendas de todo o sector.

No seu artigo publicado no passado dia 20, Ercília Talhadas acusa o

Governo Cavaco de seguir uma política ruinosa.

Por seu turno, a Federação (FSTIQF), que efectuou recentemente o seu IV Congresso, acusou o Governo de alienar «partes do capital social e bens de empresas participadas e (ou) de sectores de actividade das EPs (empresas públicas).

### Quanto mais prometedoras mais cobiçadas

Quanto mais prósperas ou prometedoras se apresentam as empresas públicas mais cobiçadas são pelos interesses privados. A apregoada capacidade e iniciativa do investimento particular tem-se reduzido sempre à ambição de meter o dente na mais valia criada pelos trabalhadores, à custa de sacrifícios prolongados e incontáveis das classes trabalhadoras.

A **Petrogal**, por exemplo, «representa, segundo Ercília Talhadas, 80 por cento da produção energética consumida no País».

A **Fisipe**, outra empresa próspera, com uma produtividade de 19 por cento em 1985, tinha até há bem pou-



Ercília Talhadas

co tempo, 86,9 por cento do capital pertencente à **Quimigal**.

Na **Quimigal**, a política tem sido a de deixar degradar para permitir o desmembramento e o acesso do capital privado às partes mais lucrativas da empresa.

Foi por isso que a participação da **Quimigal** na **Fisipe** se viu diminuída de 32,6 por cento, com a recente emissão de 500 mil acções lançadas no mercado ao preço unitário e nominal de 4200 escudos.

De resto, é em nome deste mercado, como entidade que estaria acima dos interesses e da ambição dos agentes económicos, que o Governo e a sua propaganda mais eficaz actuam diariamente contra o sector público.

Ercília Talhadas, ao referir-se a esse ponto no seu artigo, caracteriza esse «único Plano que o Governo tem para o sector público» como sendo um plano de destruição.

Na verdade, a política cavaquista para o sector empresarial do Estado não prevê contrapartidas: e já não se fala para o emprego; não prevê contrapartidas sequer no plano do crescimento. Trata-se de uma política entreguista, copiada de economias muito mais fortes e sem comparação com a nossa.

### Inaceitável a imposição das Finanças

Ercília Talhadas considera «inaceitável a imposição do secretário de Estado das Finanças», segundo o qual são reduzidas «a 51 por cento as participações das empresas públicas noutras empresas».

São inaceitáveis também — acrescenta a dirigente sindical — «situações como a da **Fisipe**, onde, por via da emissão pública de acções, se pretende alargar a participação privada de 13,1 por cento para 45,7 por cento».

Inaceitáveis se apresentam também para os sindicatos casos como

os da **CNP** e da **EPSI**. Na primeira dessas empresas públicas, o conselho de gerência, depois de derrotada na Assembleia da República a tentativa do Governo para encerrar a empresa, foi transformado em comissão liquidatária. Na **EPSI**, o Governo transferiu para o Tesouro 87 por cento das acções que aí detinha a **CNP**.

Que vai este Governo fazer com essas acções?

Ercília Talhadas afirma:

«A esta política chamamos a gestão do esbulho e da alienação, do roubo e do compadrio, e responsabilizamos por isso este Governo minoritário e arrogante».

### Onde se fala de armas

Os indicadores económicos apresentados por Ercília Talhadas no seu artigo do dia 20 são, afirma «grandiosos». Mas, continuando a usar as suas palavras, não se pode ignorar «o seu efeito multiplicador na economia nacional», a prática, afinal, desses indicadores.

Recorda aquela dirigente sindical que a **CNP** «compra 25 mil toneladas de nafta por mês». O concurso público internacional que se fazia para a aquisição desse produto não facilitava certamente a vida a quem está interessado em acumular o capital em certas mãos. Daí que esse concurso tenha sido substituído por um contrato directo com a **Sigmol Resources**.

O Governo não pode dizer que não sabe. Sabe e muito bem que com essa empresa estrangeira foram negociados, só em três meses, 4,5 milhões de contos daquele produto. Sabe também que o pagamento, que se fazia a trinta dias, passou a ser à vista.

Ao referir-se ao «inquerito» que certamente o Primeiro-Ministro mandará abrir sobre o caso, Ercília Talhadas revela que o Ministério da tutela (Indústria e Energia) «não se pronunciou sobre uma cláusula especial (no contrato com a **Sigmol**) que garantiu a esta transnacional que, se o contrato for anulado (leia-se, se a Assembleia da República derrotar o decreto-lei do Governo) o vendedor tem direito a receber uma indemnização de um dólar e meio por cada tonelada de nafta».

### Mas vamos às armas

Numa espécie de curto parêntese ao seu artigo sobre a indústria química, ou talvez não tanto, visto que o armamento também tem a ver com o sector, Ercília Talhadas revela o seguinte:

Nas empresas de explosivos, apesar do grande segredo (que certamente será «a alma do negócio») tem vindo o Governo Cavaco Silva a permitir a penetração da transnacional de explosivos **Rio Tinto**, de Espanha (**ERT**), neste sector tão importante e estratégico da indústria nacional e das relações internacionais do País (a que talvez não seja alheia alguma contribuição portuguesa para o caso Iran-gate).

## A fatia

Deve notar-se que o artigo de Ercília Talhadas, publicado pelo jornal «o diário» no passado dia 20, se refere apenas ao «sector químico do Sul». Sobre as quatro empresas directamente citadas (**Quimigal, Petrogal, CNP e Portucel**), todas do sector empresarial do Estado, o artigo da coordenadora do Sindicato das Indústrias Químicas do Sul divulga um conjunto de dados que convém destacar.

1. Referido a 1985, como todos os elementos seguintes, o total da facturação daquelas quatro empresas atingiu os 450 milhões de contos.
2. Esse total sobe para 510 milhões de contos, se lhe juntarmos as vendas das 37 empresas participadas do mesmo ramo; vinte e quatro são controladas.
3. Aquela importância de 510 milhões de contos representa 65 por cento do total de vendas do sector.
4. Em valor acrescentado, os 450 milhões das quatro maiores empresas citadas no ponto 1 representam uma quantia da ordem dos 70 milhões de contos.

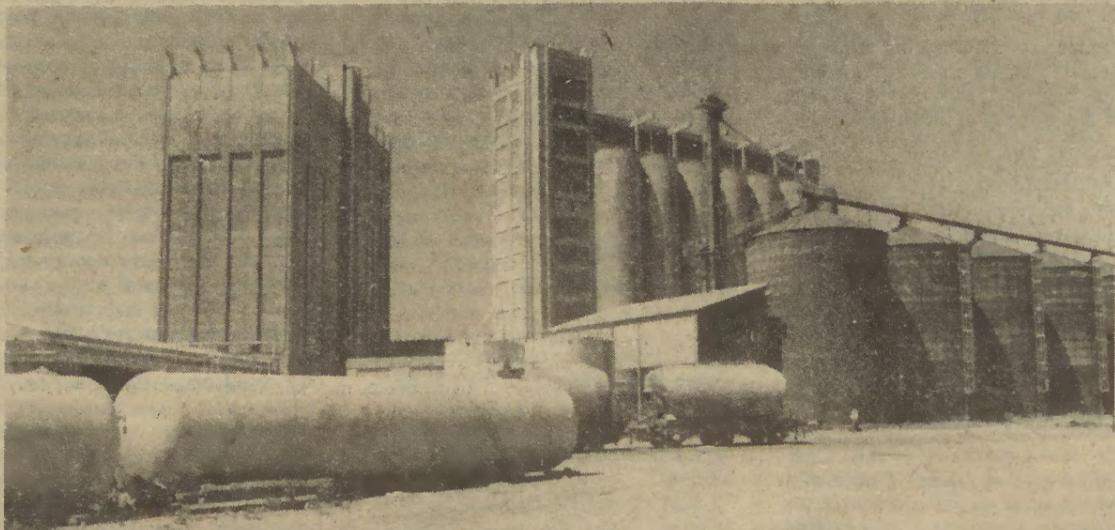
5. No total, os postos de trabalho são 25 500.

6. **Quimigal**. Volume de negócios: 66 milhões e 139 mil contos; volume de emprego: 9827; produtividade: 6,7%; despesas com pessoal: 17,1 por cento; custos financeiros: 24,2%.

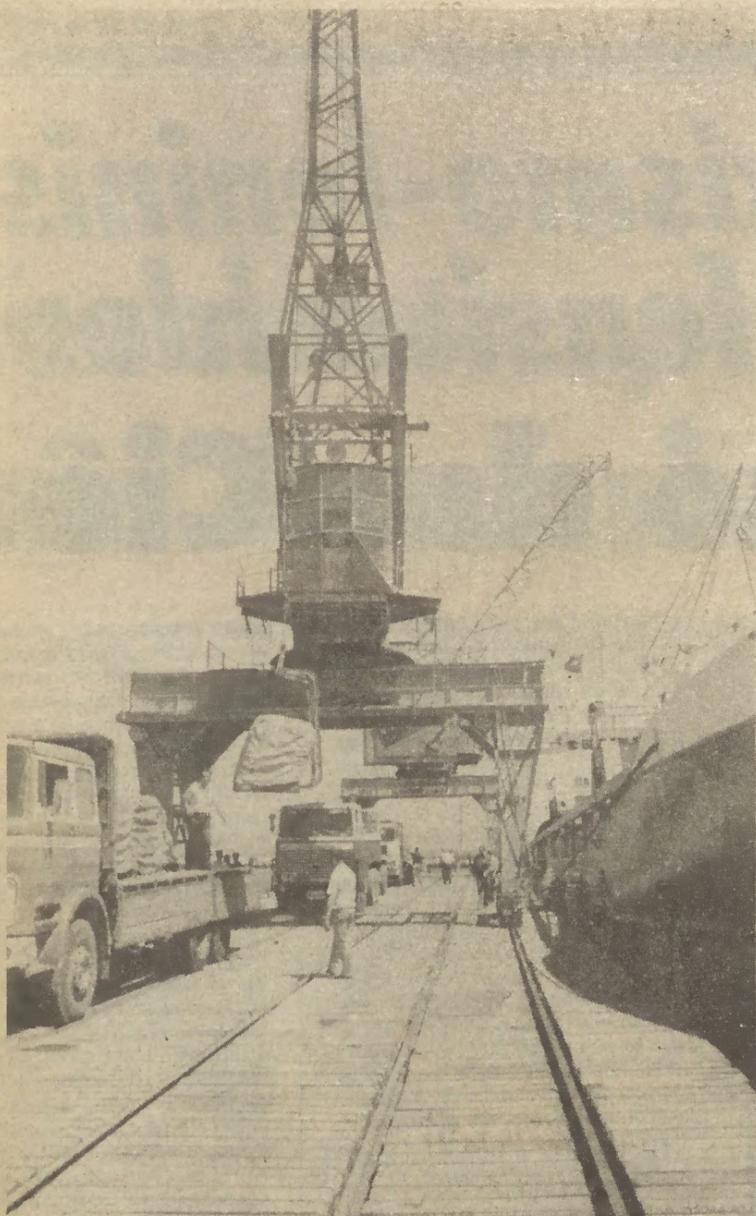
7. **Petrogal**. Vendas: 358 milhões de contos; emprego: 6800; resultados líquidos: cerca de meio milhão de contos; produtividade: 51,8%; despesas com pessoal: 2,2%; gastos financeiros: 15,5%.

8. **CNP** (Companhia Nacional de Petroquímica). Volume de vendas superior a 48 milhões de contos; produtividade: 30,8%; despesas com pessoal: 3,3%; custos financeiros: 44,5%; 19,4 milhões de contos de exportações em 1985.

9. **Portucel**. Volume de vendas: 46 milhões de contos; o resultado líquido excedeu os 340 mil contos; encargos financeiros reduzidos de 20 para 6%; primeira empresa exportadora nacional. ■



Quimigal. Instalações no Barreiro



Aspecto do cais da Quimigal

Esta empresa já adquiriu cerca de 25 por cento das acções da **Sociedade de Exploração da Trafaria (Extra)** e continua a pretender adquirir 14 por cento das acções da **SPEL**.

Ocorre, por fim, lembrar o nenhum escrúpulo do Governo no meio disto tudo. É a falta de escrúpulos do pior especulador.

Falta apenas acrescentar o papel dos gestores, que, como se sabe, são

da estrita confiança política do Governo, na sua quase totalidade. No entanto, o porta-voz do Conselho de Ministros e ministro ele próprio, Fernando Nogueira, dizia ainda há poucos dias na televisão que os gestores são «despedidos» — foi o termo que usou — quando não se portam bem.

Que entenderá este ministro e o seu Governo por despedimentos? Que entenderá por gestores? ■



## Comentário

**A**propaganda cavaquista contra o sector empresarial do Estado e os objectivos sociais da economia alargou ultimamente o volume e mesmo a qualidade dos seus meios. Apareceram órgãos especializados na imprensa diária e semanal, até com formato e papel diferente do resto do jornal, com a função aparentemente muito séria de informar sobre os avanços e recuos do nosso país nesse terreno principal da vida colectiva. Contudo, o que se verifica (basta olhar para a publicidade dessas páginas e logo se perceberá o mais útil) é que nos servem periodicamente um ministro, um secretário de Estado, um dirigente da CIP ou da Confederação do Comércio, um gestor impoluto, com um critério invariável: denegrir, sem crítica que valha e muito menos autocrítica, uma das formações económicas constitucionais — o sector público — modelo que serve invariavelmente para o resto do «suplemento» ou da folha.

Estas observações não resultam de qualquer ilusão sobre o alegado

pluralismo dessas publicações. Não pretendem ser mais do que uma simples verificação de um facto ao alcance de qualquer comprador de jornais.

No entanto, há que reconhecer a qualidade e o volume do esforço confusionista que essas publicações ditas de «Economia» vão fazendo para separar a actual política e o actual Governo das irrecusáveis responsabilidades num projecto económico que pretende resolver tudo pela negativa. O pioneirismo, se assim se pode chamar, das nacionalizações em Portugal cedo caiu nas mãos dos seus inimigos naturais. Como se sabe, a «guerra» começou logo em 1976 contra o sector nacionalizado e público da economia. Mal o deixaram sair da casca e logo se atiraram a ele como se estivesse armado para se defender e fosse, em termos estritamente económicos e financeiros, um monstro contra o qual era preciso mobilizar esforços excepcionais.

Assim tem sido nos últimos dez

anos. As leis contra as nacionalizações nunca foram suficientes. Foi sempre necessário ir além delas, não para delimitar os sectores da economia; mas para fazer deles um só; mesmo quando se diz que não, a actividade prática do Governo relativamente ao SEE é uma prática de esbulo com um critério muito simples: dá lucro? Arranja-se mais um aval para um empréstimo, de preferência obtido no estrangeiro e do qual frequentemente a empresa não vê um tostão. Dá prejuízo? Berra-se contra o sector todo inteiro, contra as nacionalizações por princípio e, como Pilatos, o Governo pretende sair limpo, tranquilo, para novas eleições.

Para que a confusão não alastre, defender as nacionalizações é insuficiente. É indispensável cortar o mal pela raiz, fazendo a este Governo o que ele e os seus antecessores mais próximos não conseguiram fazer às nacionalizações: acabar com ele sem remissão. ■

## 2.º Congresso da USP Na defesa de Abril

É num momento difícil e simultaneamente importante para os trabalhadores do distrito que a União dos Sindicatos do Porto (USP) realiza o seu II Congresso, nos próximos dias 6 e 7 de Fevereiro, no Palácio de Cristal.

A população, mais de um milhão e meio de habitantes, vê degradarem-se constantemente as suas condições de vida, relegados para plano secundário os seus mais legítimos direitos — trabalho, salários justos pagos atempadamente, regalias sociais mais elementares — ao sabor da vontade dos detentores do capital, do mercado de emprego, acobertados por um Governo que com o seu apoio os incentiva.

São 700 mil os trabalhadores laborando em 20 por cento das empresas e serviços do País, mas são cem mil os desempregados, aproximadamente 15 por cento da população activa do distrito, a segunda grande concentração populacional, com 17 concelhos, abrangendo uma área de 2350 quilómetros quadrados. Daquele número de desempregados, apenas 15 por cento recebem subsídio, não obstante muitos deles haverem ocupado um dos 26 mil postos de trabalho eliminados nos últimos três anos. A tudo isto, que já não é pouco, há ainda que juntar um dado importante e que espelha bem a demagogia do Governo de Cavaco Silva, a falência da sua política e a necessidade imperiosa de o substituir por outro que tenha em conta os anseios e direitos do povo: em apenas um ano de Governo, só no distrito do Porto, o montante dos salários em atraso elevou-se de 2700 para 3400 mil contos, atingindo mais de 20 mil trabalhadores.

Mas há uma contrapartida para esta situação, a possibilidade de os trabalhadores, em conjunto, lutarem para lhe pôr cobro e alterá-la profundamente, obrigando a dar sentido ao voto popular expresso em Outubro de 1985 com a intenção clara de derrotar a direita que nos governa, afinal.

Os últimos três anos foram pródigos em exemplos da ca-

pacidade de luta dos trabalhadores do distrito que desenvolveram 534 acções contra os salários em atraso, contra o desemprego, na defesa dos postos de trabalho, contra a subida do custo de vida. Aquelas acções, o seu êxito junto da opinião pública, o elevado número de adesões são bem a prova do prestígio da União dos Sindicatos do Porto, da CGTP-IN.

O trabalho desenvolvido pela USP, em sintonia com o restante movimento sindical unitário, no distrito do Porto, tendo em conta os interesses dos trabalhadores, do País em geral, marcou de forma clara os anos de 84, 85 e 86. Nas diversas acções concretizadas, os trabalhadores foram alertados para os perigos da adesão à CEE, para as consequências desastrosas para o País e que, forçosamente, se abateriam sobre os trabalhadores, sobre os pequenos e médios empresários. Não obstante aquelas opiniões em nada terem mudado — pelo contrário, a vida confirmou-as — neste II Congresso da USP, numa prova de realismo político, será reivindicada a participação da CGTP-IN em todos os organismos ligados à CEE, sendo esta uma forma importante de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Uma maior participação será pedida a todos com o intuito de tornar cada vez mais influente o movimento sindical unitário no quotidiano do País. Por isso se pode ler no anteprojecto de teses para o Congresso: «Importa que as acções, as reivindicações e a luta a desenvolver pelo Movimento Sindical Unitário façam inverter profundamente os benefícios da ciência e da técnica em favor dos trabalhadores, subordinando a economia aos interesses do Homem.»

Paralelamente, e aqui assume particular importância a capacidade de intervenção e organização do Movimento Sindical Unitário, há outros objectivos por que lutar. Ainda segundo o mesmo documento acima referido: «É possível e é urgente alterar a grave situação do desemprego, do trabalho precário,

dos salários em atraso. Para tal é imprescindível uma política de desenvolvimento que tenha como objectivo prioritário o emprego, consolide e alargue os postos de trabalho, que aponte os investimentos para os sectores geradores de emprego, que tenha em conta a importância do sector público.»

Nada disto se atingirá, contudo, sem unidade e sem uma participação dos trabalhadores, com problemas comuns independentemente das opções políticas ou partidárias, passa pelo combate ao divisionismo, «parte integrante da política de direita» a que urge «dar um combate firme e sem hesitações, denunciando o seu papel de apoio ao patronato na repressão e limitação de direitos, nas dificuldades criadas na contratação, nas assinaturas de acordos com baixos salários, na desmobilização da luta, na política de não pagamento de salários, nos projectos de lei dos despedimentos, do trabalho precário, da restrição do direito à greve, no seu papel no Conselho de Concertação Social», como se pode ler no mesmo anteprojecto de teses.

A USP propõe neste seu II Congresso, não se dissociando do todo nacional, lutar pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do distrito, exigir dos governantes a «aplicação de uma política de desenvolvimento regional que, consolidando o Poder Local e tendo como base a planificação e gestão democráticas, a mobilização e o envolvimento dos trabalhadores e das populações, siga como linhas prioritárias o incremento da capacidade económica da região, mobilizando os recursos e dinamizando o mercado interno», tendo em vista um desenvolvimento harmonioso consubstanciado no fim das «disparidades entre as diferentes áreas do distrito».

Em suma, o II Congresso da União dos Sindicatos do Porto, com o apoio dos trabalhadores do distrito que ali se farão representar pelos seus delegados, proporrá a defesa sem tréguas da Constituição de Abril. ■

■ Armando de Castro

# O marxismo-leninismo em face da ofensiva ideológica contemporânea

## O caso das Ciências Sociais

A 1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto, do PCP, realizada no passado dia 18, com a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, constituiu um importante contributo dos camaradas do Norte para o debate ideológico de inúmeras questões que fazem parte das preocupações dos nossos dias. O interesse das intervenções proferidas leva a «Avante!» a divulgar algumas delas, certo de que todos beneficiarão com a sua leitura atenta.

Começamos com a intervenção do camarada Armando de Castro, professor, investigador no domínio das Ciências Sociais e da Epistemologia e membro da Universidade Popular do Porto.

Vivemos numa época em que não existe, naturalmente, qualquer sector da vida social e da consciência colectiva onde se não manifeste a ofensiva plurilateral contra o Marxismo-Leninismo, o que, obviamente, resulta da aguda e crescente luta de classes que se desenvolve à escala planetária.

As notas que se vão seguir limitam-se a considerar a validade da contribuição teórica do Marxismo-Leninismo no espaço complexo do subsistema das ciências do homem mais correntemente designadas pela expressão «ciências sociais».

### Explosão gigantesca dos conhecimentos científicos

No plano global das ciências há que reconhecer antes de mais nada que os sistemas de conhecimento construído pela Humanidade não são fixos e que pelo contrário se desenvolvem historicamente numa interação evidente entre a sua autonomia própria e as necessidades sociais que as disciplinas científicas servem, embora os prazos de aplicação variem de caso para caso mas se acelerem notavelmente nos nossos dias.

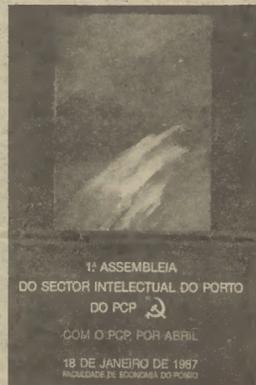
Isto não nos pode fazer cair no cepticismo; pelo contrário, mostra a potência da capacidade colectiva dos homens avançando com aproximações explicativas cada vez mais próximas em relação aos conhecimentos já existentes e elaborando mesmo novas ciências que cobrem fenómenos antes inexplicados cientificamente ou até ignorados. No domínio das ciências sociais poderíamos citar-se a título de exemplo a Semiótica ou Semiologia, a Ciência do Conhecimento em geral, e a Ciência do Conhecimento Científico, a Antropologia e outras que não existiam no tempo de Karl Marx.

Alguns autores têm sublinhado o que tem sido a explosão gigantesca dos conhecimentos científicos, em especial nos últimos vinte e cinco anos. Segundo a UNESCO, por exemplo, em fins dos anos «70» o montante destes conhecimentos dobrava de 8 em 8 de 10 em 10 anos. E já foi calculado — embora com a margem de erro que tais cálculos implicam — que desde a segunda metade do Século XIX (época das elaborações mais significativas de Marx e Engels) até ao terceiro quartel do nosso século os conhecimentos científicos poderiam ter-se multiplicado, duma maneira geral, umas cem vezes! Por isso se admitia, também, que por esta última altura, entre todos os cientistas de que a Humanidade dispôs ao longo da sua História, 80% a 90% viviam, então, isto é, dos anos 70 para 80.

Significará isto que os conhecimentos legados por Marx, Engels e Lênine quer no campo das ciências sociais em que trabalharam, quer no campo filosófico, se tenham tornado objecto de museu, revelando-se falsas e dando assim o triunfo final aos críticos que desde as suas origens vêm proclamando repetidas vezes a sua falência?

É claro que não.

Já no seu tempo Marx e Engels reconheciam que «a ciência progride proporcionalmente à soma de conhecimentos que lhe legaram as gerações anteriores»; e isto quando era impossível suspeitar sequer do que seria a sua aceleração com a das tecnologias neolíticas baseadas, de que a Informática constitui um dos exemplos mais aca-



bados; não é exacto que entre os computadores dos anos 50 e os dos anos 80 esse progresso espectacular se pode ver de que somente a sua capacidade medida pelo número de circuitos por pé cúbico passou de 1000 para vários milhares de milhões?

### Filosofia: as frentes de um combate actual

Por outro lado, a par das numerosas e crescentes disciplinas científicas, ergue-se o sistema filosófico que constitui um sistema próprio de conhecimento. E uma das linhas da ofensiva contra a filosofia tem-se manifestado na sua negação, em alternativa às concepções que a transformam num discurso especulativo-ideológico. No entanto, as leis filosóficas mais gerais encontram em cada momento a sua confirmação como sucede com a concepção dialéctica na formulação marxista-materialista; uma delas reside no reconhecimento de que a lei mais geral da realidade natural e social é a que se exprime no movimento. Ele manifesta-se na realidade exterior ao sujeito e manifesta-se na própria consciência do ser humano — não é disto precisamente uma confirmação a própria explosão científico-tecnológica há pouco recordada? (!)

Temos por isso de lutar simultaneamente contra o dogmatismo que supõe que os enunciados do Marxismo-Leninismo seriam inócua, absolutos e fixos — o que vai contra a sua própria indole — e contra a concepção de que essa lei universal dialéctica do movimento que se exprime inclusive no conhecimento implicaria a não existência de conhecimentos com um conteúdo que traduza as realidades a que se refere; de facto só significa que tal movimento traduz uma aproximação crescente e se limites (portanto sem fim, pois não existem conhecimentos, sejam filosóficos ou científicos, finais e

absolutos). Hoje, ainda neste domínio, há que desmontar as interpretações cépticas, bem como as leituras filosóficas de tipo meramente especulativo-ideológico, quer dizer, que são a expressão elaborada formalmente das maneiras de ver o mundo ao serviço dos interesses burgueses. Contra tais propostas contrabandeadas na filosofia já Marx, nas «Teses sobre Feuerbach», sublinhava a necessidade de as combater. E o combate tem de prosseguir hoje, como por exemplo nas correntes vindas de França na chamada «Nova Filosofia», «à la Gluckmann» e que- jandas.

Inclusive nas teorias científicas (e não só nas ciências sociais) e aparecem aqui ou ali infiltrações que não resultam da lógica dessas explicações mas da maneira socialmente interessada de ver o mundo, isto é, das ideologias.

Somente com a intenção de ilustrar com alguns casos a contribuição fundamental do Marxismo-Leninismo citam-se alguns exemplos quer ligados ao campo das ciências sociais, estritamente, quer a propósito das ciências duma maneira geral.

Importa antes de mais nada denunciar os críticos do marxismo que podem propor construções alternativas com certa consistência interna no entanto são contraditórias formalmente uma face a outras, quando em regra se consideram separadamente umas das outras — não é verdade que o filósofo das ciências tão celebrado no Ocidente Karl Popper, a partir da concepção de que só seria científico aquilo que se possa demonstrar ser errado, concluiu dizendo que o Marxismo não é ciência (seja na Economia seja na História) porque não pode ser «falsificado», enquanto outros críticos pretendem atingir o mesmo objectivo sustentando que as implicações resultantes das leis económicas enunciadas por Marx se não verificaram, o que provaria a sua falsidade?

Os desenvolvimentos científicos contemporâneos, se permitiram penetrar em domínios em que naturalmente não era possível a Marx, Engels e Lênine avançar pelo facto de as condições históricas de seu tempo o não facultarem, por outro lado certas leis (tanto filosóficas como científico-disciplinares) descobertas pelo Marxismo-Leninismo continuam a operar (embora varie a forma da sua concretização, o que constitui outra questão). Por isso há ciências sociais que mantêm leis descobertas e enunciadas por Marx, Engels e Lênine enquanto mesmo novas disciplinas que estudam a vida social aproveitam desses conhecimentos. Mais ainda: não escasseiam domínio em que os avanços teóricos contemporâneos trouxeram a confirmação, precisão ou desenvolvimento de teses filosóficas ou científicas do Marxismo-Leninismo.

Temos de mostrá-lo e utilizá-lo dando uma resposta científica à ofensiva ideológica dos nossos adversários.

### A consciência cognitiva do homem e a realidade

A recente construção da ciência explicativa do conhecimento humano corrente, por exemplo, veio mostrar a validade daquilo que em Marx fora uma in-

tuição filosófica genial, ao mostrar que se não pode estabelecer uma separação absoluta entre a consciência cognitiva do homem e a realidade à qual ele aplica essa consciência; a teoria do reflexo, que se deve a Lênine, tem também sido um dos lugares privilegiados da crítica antimarxista, tanto no estrangeiro (por exemplo, no falecido biólogo molecular Jacques Monod) como em Portugal (por exemplo, em estudos publicados na Seara Nova, em Março, Junho e Julho de 1971).

Deformando a tese filosófica de Lênine e reduzindo-a à analogia simplista do reflexo cognitivo como o reflexo duma imagem num espelho, não têm faltado os ataques. Pois bem, nós hoje dispomos duma explicação científica que enuncia a especificidade da interação inquebrantável entre o sujeito e o objecto no acto do conhecimento. Mais ainda: quando filosoficamente se não podia decidir com uma demonstração eficiente a falsidade da interpretação «realista» — o que levou Lênine, ao reconhecê-lo na viragem do século passado para o actual e a escrever que isso era uma vergonha, hoje ao nível científico já dispomos dessa explicação. O que não surpreende é que a divulgação dessas conquistas teóricas seja bloqueada pelo aparelho social-institucional ao serviço dos interesses dominantes.

Se voltarmos a análise para outros campos científicos-disciplinares concluímos também que o enriquecimento teórico se não faz à custa das elaborações que em algumas delas trouxe o Marxismo-Leninismo, mas que pelo contrário a sua presença é irrecusável, mesmo através de alguns enunciados em novas disciplinas. Naturalmente que nada disto nega a necessidade de posteriores desenvolvimentos teóricos (além dos filosóficos que são indispensáveis face às realidades dos «nossos dias»).

### Marx e a Economia

Na Economia, deve-se certamente a Marx um grande salto teórico em relação aos trabalhos de Adam Smith e de David Ricardo, limitados além do mais pela sua ideologia burguesa. Essencialmente essa contribuição consistiu na construção final da teoria geral do capitalismo, teorizado naturalmente na fase concorrencial que foi historicamente a que existiu no seu tempo, enquanto Lênine trouxe aspectos teóricos específicos do capitalismo quando entrou na fase monopolista.

E se as leis centrais mais genéricas do funcionamento e reprodução do sistema são as mesmas, sua validade persiste. No entanto elas concretizam-se de maneiras diversas e combinam-se com novas leis (não básicas) surgidas depois. A Economia na teorização de Marx continua portanto a ser válida mas num grau de aproximação à realidade que há interesse em fazer avançar para uma concretização teórica mais rica; ora o que é indubitável é que esse esforço não é possível à revelia da teorização geral de Marx. Quanto à economia do socialismo como se sabe nos clássicos do marxismo não será possível encontrar uma teoria geral porque não eram pensadores especulativos disreando sobre uma realidade que



Como foi anunciado no decorrer da 1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto, do PCP, estará patente em Leipzig, na RDA, a partir de 14 de Fevereiro, uma interessante exposição de artistas plásticos da região portuguesa. Constituída por 140 trabalhos, representando cerca de 60 artistas, esta iniciativa enquadra-se nas fraternais relações de amizade e cooperação que existem entre as organizações do PCP e do PSUA, respectivamente do Porto e de Leipzig

ainda não existia; por isso só puderam trazer contribuições meramente indicativas muito gerais extraídas daquilo que era teorizável no seu tempo...

### O contributo marxista para a História e para a Sociologia

Também na História, como ciência social, isto é, como disciplina que teoriza os processos de transformação estrutural das sociedades ao longo dos tempos, a contribuição de Marx foi decisiva — deve-se-lhe a criação da ciência da História descobrindo leis gerais e até conceitos fundamentais para a sua estruturação científica. Assim, não se pode ficar à margem do autor de «O Capital» mas também não podemos da pagar sobre os seus conceitos. Há que avançar aqui, como em tudo o mais, para novos desenvolvimentos. E isto exige igualmente, como missão essencial, que também se mostre a validade das leis históricas gerais descobertas e enunciadas por Marx, desde o conceito de modo de produção até ao seu preenchimento pelas leis de relação das forças produtivas com as relações sociais de produção e com os demais planos da actividade social do homem-ser-social.

Na impossibilidade de percorrer todas as disciplinas sociais bastará invocar o caso da Sociologia, dado o seu carácter sugestivo a este respeito. Se, como escreveu um autor, «Marx não foi sociólogo mas há uma sociologia na sua obra», também é verdade que a despeito dos esforços para construir esta ciência social, expulsando dela todas as concepções que se extraem da obra do autor da «Contribuição para a crítica da Economia Política», o certo é que isso não é possível não obstante, está claro, eventuais elementos pró-

prios trazidos por diversos autores. É sugestiva a construção claramente alternativa de Max Weber; mais recentemente, se percorrermos autores dos mais conhecidos, como os da chamada «Escola de Frankfurt», verificamos que uma das suas características centrais reside no esforço para expulsar da interpretação sociológica a seiva viva do Marxismo, esvaziando-a do seu centro em torno das lutas de classes: o mesmo se dirá de outros sociólogos como — a título de exemplo — o alemão-berlinês D. Dahrendorf; certas destas interpretações ignoram ou impugnam o papel central dos conflitos sociais; chegam-se a proclamar a tese retomada pela propaganda ideológica do precimento do proletariado nos países ocidentais industrializados e procura-se desmontar o conceito marxista de revolução, pretendendo-se, por exemplo, erroneamente que para Marx, Engels e Lênine ela teria de ser sempre violenta.

Porém, a verdade é que seja em interpretações próprias da sociologia marxista seja noutras construções, quer pela influência directa quer pelos esforços confessados ou não para a impugnar, ela continua a pairar sobre esta disciplina social.

Na aguda confrontação social, política e ideológica contemporânea os intelectuais transportam especiais responsabilidades.

### Responsabilidades dos intelectuais comunistas

No campo da investigação, cabe aos intelectuais comunistas trabalhar no sentido de fazer avançar os conhecimentos científicos e as suas aplicações tecnológicas ao serviço da libertação do homem de todas as formas de exploração; no desenvolvimento desta actividade não basta combater todas as

formas de dogmatismo numa das frentes e na outra atacar, teoricamente escurados, as críticas cientificamente ilegítimas ao Marxismo. Compete-lhes ainda avançar decididamente nesta senda sem quaisquer preconceitos. O Marxismo não é um dogma e importa ampliar suas conquistas, reforçá-las e alargá-las com respeito pelas regras da produção científica e apenas por essas regras, bem como pelas que resultam das orientações filosóficas. Na certeza duma coisa: na certeza de que o Marxismo-Leninismo não recebe os progressos científicos antes deles aproveitará decisivamente.

No plano social e político, aos intelectuais comunistas cabe, além do mais, a missão, para que estão especialmente fadados pela sua posição social e profissional especializada, de contribuir para demolir a ofensiva ideológica do antimarxismo militante e de todas as suas outras manifestações. Tarefa tanto mais importante quanto é certo que o controlo institucional e dos meios de comunicação social de massas por parte dos seus adversários introduz uma ofensiva sempre renovada que pretende com frequência ser o resultado das «leituras científicas mais modernas»; tudo isto culmina nos mais diversos domínios pelas pretensões de trazer «a moda» de interpretações da vida social alternativas ao Marxismo-Leninismo. Em regra efémeras, nem por isso estas interpretações deixam de ter consequências materiais importantes, tanto mais que se trata de concepções efémeras que se renovam umas atrás das outras, em vagas sucessivas, no mar encapelado da luta político-social deste final do século XXI!

Subtítulos da responsabilidade da Redacção do Avante!

(!) Durante a Assembleia foi apresentada uma intervenção sobre a Revolução Técnico-Científica.



Obra do Mondego: desenvolvimento hidro-agrícola é prioritário, lembram os comunistas de Coimbra

## Obra do Mondego Quem responde?

• Distrital de Coimbra do PCP coloca 5 questões ao Governo

Na última semana («Pontos Cardeais») revelámos um exemplo significativo de como se manipula para propaganda fácil uma reunião promovida por um departamento do Governo minoritário de Cavaco Silva.

As coisas passaram-se em Coimbra e diziam respeito ao Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego, PIDR-BM, ou seja à execução da chamada Obra do Mondego, tema da reunião realizada na sede da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC), para uma troca de opiniões, alargada a várias entidades, incluindo o PCP.

O Partido, segundo um comunicado da Comissão Distrital de Coimbra, fez-se representar na iniciativa uma vez que a execução do Projecto continua indefinida e atrasada, «e tínhamos questões a esclarecer e propostas concretas a fazer».

Da forma algo esquisita que caracterizou a reunião e do comportamento incorrecto do secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, sr. Carlos Pimenta, já deixámos o devido apontamento.

Retomando a informação prestada aos órgãos de Comunicação Social pela Comissão Distrital de Coimbra do PCP, salientamos hoje a posição do Partido sobre a Obra do Mondego e as questões que nesse contexto continuam sem resposta.

### Não pode ser uma obra adiada

A C. Distrital exige que a Obra do Mondego deixe de ser uma obra adiada e seja executada em subordinação aos objectivos definidos e que têm como prioritário o desenvolvimento hidro-agrícola, em vez das obras serem desviadas e postas ao serviço de alguma indústria multinacional, como o que está a acontecer com as celulosas da Figueira da Foz.

Ao mesmo tempo que definem esta posição fundamental, os comunistas de Coimbra chamam a atenção da opinião pública para estas 5 questões ainda sem resposta, ou, no mínimo, sem resposta coerente:

- 1 — Como tenciona o Governo avançar a «OBRA» neste ano de 1987 se aplicou um corte de cerca de 800 mil contos no PIDDAC?
  - 2 — Se é prioritário o aproveitamento hidro-agrícola como justificam que ao cabo de vários anos e depois de gastos 22 milhões de contos só estejam prontos 2 dos 18 blocos de rega e só 2 dos 6 grupos de bombagem de água?
  - 3 — O Canal de Rega está dimensionado e vai ter caudal para suportar o abastecimento de água à agricultura e à indústria?
  - 4 — Quem vai gerir e em que condições, a água para rega?
  - 5 — Está o Governo consciente dos conflitos e convulsões sociais que irá provocar caso comece a executar o processo de emparelamento injusto e coercivo?
- Aguarda-se as respostas ■

■ **Carlos Almeida**

# REGIÃO ALGARVIA

## É urgente o desenvolvimento (conclusão)

**É** o caso em que o último é o primeiro. «Turismo», «sol», «Verão», «praias», chamam-nos à ideia, de imediato, o Algarve. Aí se situam 80 por cento dos aldeamentos turísticos existentes no nosso país, 53 por cento dos hotéis e apartamentos e 20 por cento dos lugares em parques de campismo. Realizam-se nesta região, cerca de 40 a 50 por cento das receitas nacionais do sector, qualquer coisa como 35 a 45 milhões de contos. De 320 mil habitantes, a população algarvia triplica nos meses de Verão passando, em média, para mais de um milhão de pessoas.

Números em si mesmos significativos mas que ilustram mal as assimetrias e distorções de uma actividade turística que cresceu desordenadamente, com base na especulação imobiliária, da sobre-exploração de mão-obra barata, na pilhagem e destruição do património cultural e natural do Algarve, na propaganda primária de uma paisagem, cada dia que passa, mais descaracterizada.

Retratos desta anarquia, imagens de um Algarve cada vez menos português, ecos das propostas e projectos para a mudança que urge, é o que o leitor encontrará nas linhas que se seguem. Porque o turismo, como o Algarve, é muito mais do que o sol e a praia.

### **G**alinha dos ovos de ouro

Na generalidade dos países, a oferta turística assenta em duas componentes fundamentais: o alojamento principal (hotel) e os alojamentos complementares (aldeamento, apartamento, aparthotel), com um peso relativo de setenta por cento para o primeiro e trinta por cento para o segundo. Esta fatia é, de uma forma geral, reservada para o turismo interno. No Algarve, a relação é de noventa por cento para os alojamentos complementares e de apenas 10 por cento para os principais.

Por si só, este dado revela as condições do crescimento da actividade turística no Algarve e desenha a sua situação actual. O turismo foi, para muitos, a galinha dos ovos de ouro, uma forma rápida e fácil de enriquecer. Sem planificação, adiando obras de infraestruturas necessárias — saneamento básico, abastecimento de

água, rede viária — ele cresceu à custa da especulação imobiliária e da propaganda primária da temperatura da água e do «sol todo o ano».

Muito do rico património natural e histórico foi devido à especulação destruído ou encontra-se seriamente ameaçado.

Ao invés de contribuir para o desenvolvimento global da região e do país, para a elevação do nível de vida das populações, o turismo no Algarve tem sido, isso sim, um factor de empobrecimento da região. A ostentação cruza-se nas ruas com 37 por cento de analfabetismo e com 45 por cento da população sem rede de esgotos na sua casa. O custo de vida é sem sombra de dúvida o mais elevado do país.

O alojamento complementar atrai o turista estrangeiro de menor poder de compra. Ele consome no supermercado do bairro proporcionando o aumento dos preços. Por outro lado, o aldeamento é uma estrutura que exige, para a sua manutenção, um baixo nú-

## Turismo: O luxo contra a qualidade

mero de trabalhadores. Ao contrário, o hotel abastece-se no mercado favorecendo o desenvolvimento do sector da produção alimentar. O hotel emprega, por seu lado, muito mais gente. Para as cerca de 130 mil camas actualmente existentes, empregando cerca de nove mil pessoas, seria possível com uma estrutura ajustada dar emprego a 30 mil pessoas.

Crescendo ao sabor de algumas conveniências e sem qualquer estratégia de promoção, o turismo algarvio, quer pela oferta quer pela procura, é um sector profundamente dependente e atrofiado. No campo da oferta, basta dizer que juntos, os concelhos de Loulé, Albufeira, Portimão e Lagos, detêm cerca de 70 por cento das camas disponíveis. No campo da procura, mais de sessenta por cento dos fluxos turísticos vêm de Inglaterra.

### **P**or um turismo de qualidade

Ao contrário do que se pensa, o turismo no Algarve é um turismo de baixa qualidade e isto não por falta de estrelas nas fronteiras dos hotéis. A qualidade não se confunde com luxo. O turista que vai para um hotel de três estrelas, espera serviços compatíveis com a qualificação. Na maior parte dos casos e aqui com incidência especial nos restaurantes, não é isso que acontece. Acresce que, das cerca de 130 mil camas disponíveis, crê-se que sensivelmente metade são clandestinas.

Por todas estas razões, o saldo da balança turística não pode fazer-se com a contabilização da receita realizada pela estadia e transporte. É necessário levar em linha de conta aquilo que o país gasta na importação de alimentos e, muito mais, no dinheiro que não chega sequer a entrar no país já que os contratos com as agências são feitos mediante o pagamento à cabeça no país de origem.

De Portugal, da cultura e das gentes portuguesas, o turista estrangeiro, em regra, pouco sabe. A actividade turística, de uma forma geral, não promove o intercâmbio cultural o conhecimento da cultura e do património nacional e, mesmo em alguns casos, contribui fortemente para a sua degradação.

Nesta situação, o turismo necessita urgentemente de ser repensado, definido o seu real enquadramento na actividade económica geral da região.

Em suma, é necessário definir uma política com objectivos claros para o sector: turismo para o desenvolvi-

mento ou turismo contra o desenvolvimento é essa a questão.

### **U**ma RTA para servir o Algarve

João Rodrigues e João Félix Martins são membros da Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve. O primeiro, trabalhador da indústria hoteleira, era também dirigente sindical. O segundo é professor da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve. Ambos são militantes do PCP.

Foram eleitos ao cabo de um processo eleitoral em que muita coisa se disse, mas pouca sobre os problemas do turismo algarvio. Diz-nos João Rodrigues que «um órgão com esta importância, responsável pela definição da política turística para a região, não podia ser partidário, nem podia ser utilizado para a promoção seja de quem for. Ora, a anterior Comissão Executiva pautava a sua acção por uma escandalosa partidarização e pouco se preocupava com a promoção e a preservação do património algarvio».

João Félix Martins pega na deixa e acrescenta «por um conjunto de cir-

cunstâncias foi possível formar uma lista que, unida no interesse comum pelo desenvolvimento da região, fosse constituída por técnicos de turismo, uma equipa competente, onde, por oposição ao autoritarismo da anterior, reina a convivência, sem a coincidência».

Foi recentemente aprovado pela Comissão Regional da RTA o Plano de Actividades para 87. Quisemos ouvir a opinião de João Rodrigues e de João Félix sobre o conteúdo das ideias aí avançadas. «Diz-nos João Rodrigues que «pretendemos com este plano defender todos os valores do Algarve, diversificar a oferta e a procura e uma coisa que reputamos de muito importante, valorizar a cultura nacional e o património algarvio e elevar a qualidade de vida das populações, que para isso também serve o turismo». Carlos Martins, abrupto, interrompe, «só para lhe dar um exemplo, fizemos um pequeno inquérito junto da população sobre o Festival Internacional de Música do Algarve e sabe qual foi o resultado? A esmagadora maioria das pessoas interrogadas nunca de tal coisa tinha ouvido falar. Isto diz-lhe alguma coisa?» Dizia. ■

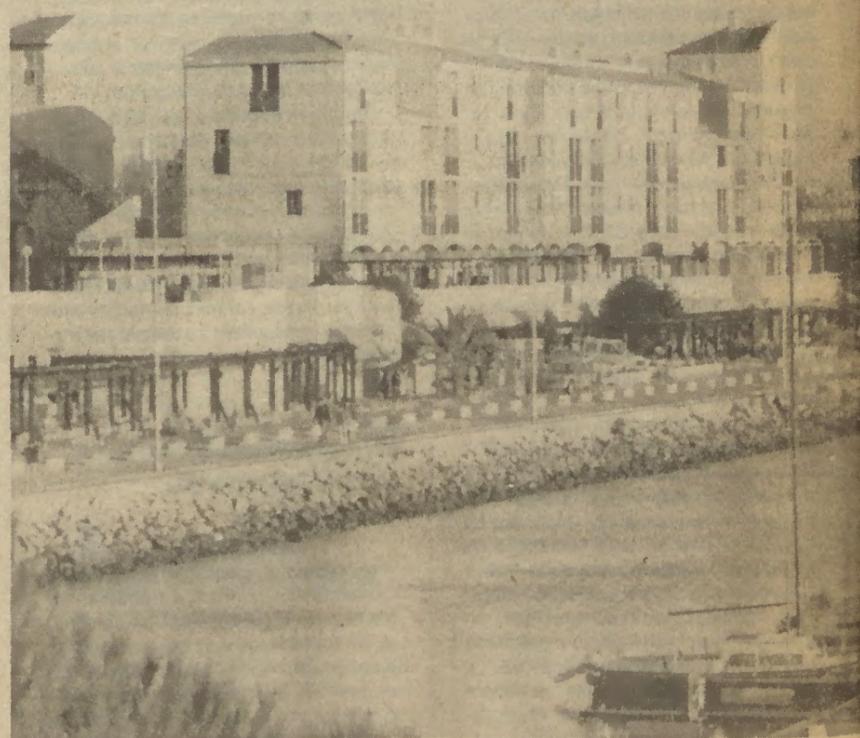
## Generaliza-se o trabalho precário

«A generalidade das empresas não têm horários de trabalho aprovados, não respeitam regras de higiene e segurança no trabalho, não cumprem uma parte significativa das normas da contratação colectiva. Onde a organização dos trabalhadores é mais deficiente, o desrespeito pela lei é maior.» Fala-nos Fernando Amaró, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria e Turismo do Algarve.

Profundo conhecedor dos problemas do turismo no Algarve, é ele quem nos diz que «embora o sector continue a crescer, a oferta de empregos não aumenta ao mesmo ritmo». Para além da sazonalidade inerente ao sector, a precariedade do posto de trabalho é hoje um fenómeno generalizado.

«No alojamento complementar proliferam de forma preocupante quer o contrato a prazo, quer o trabalho clandestino. Não há qualquer justificação para que as empresas mantenham no Inverno trabalhadores contratados a prazo». E a Inspeção do Trabalho? «Temos mais de 40 pedidos de intervenção sem resposta. Se não fosse a luta dos trabalhadores a situação seria muito pior.»

Para além das lutas de empresas, particularmente na defesa do posto de trabalho, desenvolve-se neste momento a luta pela revisão da contratação colectiva. «Reivindicamos aumentos de cerca de 20 por cento, semana de trabalho de 40 horas e dois dias de folga. O sector está financeiramente bem e não há razão para as entidades patronais não acederem às nossas reivindicações.» ■



Turismo para o desenvolvimento ou turismo contra o desenvolvimento



Camaradas da DORAL em conversa com o «Avante!»: Carlos Luís Figueira, José Freitas, José Palma e António Quaresma

## Entrevista com a DORAL:

# Algarve em momento de viragem

No final desta viagem ao Algarve geralmente desconhecido, aquele onde o sol vive escondido por detrás da serra, em que o mar cálido e doce torna-se bravio e traiçoeiro, em que por detrás do sorriso de uma criada de quarto num aldeamento turístico esconde-se um quotidiano de incertezas, problemas, surgia como natural a conversa com os camaradas da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP. Saber qual a opinião da DORAL sobre os principais problemas da região algarvia, os entraves ao seu desenvolvimento, as iniciativas e as propostas que o PCP apresenta às populações, foi o objectivo fundamental da conversa. Conosco estiveram Carlos Luís Figueira, do Comité Central e membro do Executivo e do Secretariado da DORAL, José Freitas, também do Comité Central e do Executivo e do Secretariado da DORAL, José Palma, do Executivo da DORAL, e Albino Quaresma do Executivo e do Secretariado da DORAL.

A Direcção da Organização Regional do Algarve promove, nos próximos dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro, as segundas Jornadas Algarvias. Por aí começou a nossa conversa.

O camarada Carlos Luís tomou a palavra. «Trata-se de uma iniciativa aberta a todos os interessados, independentemente da sua filiação partidária. Tal como nas primeiras jornadas, convidámos organismos oficiais, estruturas várias e técnicos especializados nas matérias em discussão e ligados à problemática da região algarvia. O tema destas jornadas é o impacto da adesão à CEE nas pescas

e conservas, agricultura e turismo».

Sobre o funcionamento destas jornadas, adiantou-nos o camarada Carlos Luís que «não pretendemos um debate técnico dos problemas, antes uma discussão onde participem os interventores directos na actividade económica da região, bem como, naturalmente, o simples cidadão. Este ano pretendemos que as conclusões se transformem em uma espécie de carta reivindicativa do Algarve que contemple e aponte as principais direcções para o desenvolvimento da região, que será posteriormente apresentada aos órgãos de soberania».

«Vamos a mudar o rumo à conversa, mas o camarada Carlos Luís insistiu. «Quería ainda realçar a importância política desta iniciativa. O Algarve é uma região muito estudada, onde existe grande procura e disponibilidade para o debate dos problemas. No plano político-partidário, o PCP é a única organização que se atreve a tomar a iniciativa de discutir por si e com outras pessoas, numa forma ampla e aberta, estes problemas».

## O crescimento dos últimos vinte anos

Disseste, camarada, que o Algarve é uma região muito estudada. O que resulta de todos esses estudos? Como se caracteriza, hoje, a região algarvia? «Nós pensamos, diz-nos o camarada Carlos Luís, que o Algarve encontra-se, hoje, num momento de viragem. O crescimento dos últimos vinte anos criou profundas distorções na economia algarvia. Foi um certo tipo de desenvolvimento que conservou quase intactas as estruturas de há mais de quarenta anos. Vivemos entre a serra, atrasada, subdesenvolvida, com níveis de qualidade de vida semelhantes às zonas mais pobres do nosso país, e o litoral onde se encontra a maioria da população residente e onde se concentra no fundamental a actividade económica e cultural. Em resultado desta situação, o Algarve está, hoje, à beira da ruptura, o que põe em causa, inclusive, a própria actividade turística».

Quais, então, os efeitos deste crescimento? «Particularmente a partir dos anos sessenta, assiste-se à internacionalização do turismo algarvio, situando-se aí a grande explosão. Foi a corrida à galinha dos ovos de ouro: apoio estatal grande, isenções fiscais, subsídios a fundo perdido, tudo isto em função, estritamente, da actividade turística. O crescimento verificado foi à custa da exploração de um conjunto muito específico e particular dos recursos naturais, o que marca a fragilidade e dependência da sua economia e compromete o futuro da região».

## Contra a monocultura do turismo

Concretamente onde é que se situam essas distorções? «Desde logo, prosseguiu Carlos Luís, no parque hoteleiro. Ao contrário da maioria das camas do Algarve são aparthotel, aldeamentos e isto para já não falar das habitações

que depois de construídas são ilegalmente desviadas para o turismo. Calcula-se, aliás, que cerca de metade das camas no Algarve encontram-se nesta situação. Mas, como dizia, o Algarve dispõe de muito poucos hotéis, relativamente à procura turística. Isto quer dizer, por outras palavras, que o crescimento turístico se fez na base da especulação imobiliária, na procura do lucro fácil, não houve a preocupação de criar condições de infra-estruturas, de planificar o desenvolvimento. Há uns tempos, muitos sectores criticavam-nos pela utilização deste termo, planificar, hoje aceitam-no como correcto e inevitável. O crescimento na base da especulação imobiliária fez com que se perdessem (e o processo continua perigosamente em expansão como veste a oportunidade de verificar) na construção de aldeamentos os melhores terrenos agrícolas do Algarve.

A especulação provocou, por seu turno, a degradação das condições naturais favoráveis no Algarve para o turismo; Quarteira é bem o exemplo disso».

«Por outro lado, a actividade turística algarvia encontra-se extremamente dependente de alguns mercados e em especial do britânico, o que contribuiu para aumentar a sua fragilidade».

Em tempos, as forças da direita espalharam muito a ideia que o PCP era contra o turismo no Algarve. Em face do que vens afirmando, que te parece esta afirmação? «Essa ideia é completamente falsa. O turismo é uma actividade importante e indispensável ao Algarve. Temos óptimas condições, não só naturais e paisagísticas, mas também culturais, para o desenvolvimento do turismo. O que nós somos é contra a «monocultura» do turismo no Algarve. Para um desenvolvimento equilibrado e correcto da actividade turística no Algarve é necessário desenvolver e apoiar as restantes actividades da região. O turismo é um sector de serviços, deve possibilitar o incremento da pesca e da agricultura e é isso que não se verifica».

«Se me dá licença — do canto da mesa falava o camarada José Palma — por exemplo, na agricultura esse problema é por demais visível.

## Agricultura e as Pescas

Como em nenhum outro sector é talvez aqui que melhor se sentem as assimetrias. Uma serra cada vez mais empobrecida, com o futuro cada dia que passa cada vez mais comprometido pelas obras urgentes que não se fazem, em infra-estruturas básicas de

vida, mas também as barragens que tão necessárias são ao desenvolvimento da agricultura. No litoral, muitas terras são abandonadas à espera da venda especulativa. O sector em grande expansão, o regadio, ao ar livre ou em estufas, defronta-se com graves problemas de escoamento, apoio técnico e financeiro que, como viste no contacto que tiveste com os agricultores, não existe à medida das necessidades. E, enquanto isso, cada vez mais estrangeiros vêm investir em Portugal no sector da agricultura, começando este fenómeno a atingir proporções preocupantes».

«Nas pescas, já agora — avança o camarada António Quaresma — a situação é muito séria. Pela política governamental e devido às imposições da CEE, a pesca artesanal, a de maior importância na região encontra-se em risco de desaparecer, depois da quase extinção da pesca de cerco. Nos outros sectores (pesca de crustáceos, marisqueiros) trabalha-se na mais completa anarquia, numa espécie de salve-se quem puder e em que são sempre os mais fortes que enriquecem à custa dos pequenos».

## Desenvolvimento e regionalização

Depois deste pano negro, o que propõe o Partido para desenvolver a região algarvia? — torna o camarada Carlos Luís, para afirmar: «naturalmente que em relação a esse aspecto, as jornadas darão um bom avanço no aprofundamento das nossas propostas. De qualquer forma, particularmente após a nossa 1.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve, temos ideias muito assentes sobre essa questão. Na situação actual, pensamos ser necessário definir com clareza e sem ambiguidades o caminho que queremos seguir. Desenvolver a actividade turística, naturalmente, mas em bases sólidas, dando uma maior atenção ao turismo nacional, de forma a dar uma estabilidade maior ao sector. E depois, desenvolver a alta velocidade os outros sectores que além do mais são indispensáveis à actividade turística se esta for correctamente orientada».

Naturalmente que, neste ponto, a regionalização surge como uma questão estratégica. Pensamos que a situação do Algarve espelha bem a urgência de uma regionalização efectiva, ao serviço das populações e do desenvolvimento. Como é o do conhecimento público, o PCP tem dado um importante contributo neste aspecto, e iremos continuar persistentemente a dá-lo, na AR e também aqui no Algarve». ■



# Conselho Mundial da Paz reunido em Portugal

**E**sta reunião da Presidência destina-se a debater a necessidade e as possibilidades de conseguir uma nova abordagem dos problemas que enfrentamos actualmente. Procuramos novos métodos que contribuam de modo mais efectivo — por imposição da urgência da situação — para que os povos caminhem para um mundo sem guerras, sem violência, sem ódio.

Assim definiu, Romesh Chandra, presidente do Conselho Mundial da Paz, o objectivo fundamental da reunião do Bureau da Presidência do Conselho Mundial da Paz, realizada em Lisboa, entre 23 e 26 deste mês.

A primeira de 1987, e que, em traços gerais, teve como temas em debate, uma análise aprofundada do que foi a actividade dos movimentos pela Paz em todo o mundo neste ano internacional da Paz, agora findo, e ainda as perspectivas e formas de acção em 1987 pelo desarmamento, segurança e cooperação entre as nações, à luz da evolução recente da situação internacional, designadamente após a Cimeira de Reykjavik.

As palavras de Chandra, que referimos, foram pronunciadas na sessão pública de abertura, que decorreu no Cinema Alvalade, em Lisboa, dia 23. Sessão inserida num mais vasto programa.

Assim, nestes dias, realizaram-se sessões pela paz e de solidariedade no Porto, Coimbra, Barreiro e Évora.

O tema da sessão no Porto foi a Paz e o desarmamento, em Évora, de Solidariedade com a causa do Povo Árabe, no Barreiro, de Solidariedade

com os povos da África Austral, contra o apartheid, e em Coimbra, de Solidariedade com a Nicarágua e pela Paz na América Central.

Findos os trabalhos, e após um último contacto com a imprensa, uma delegação do Conselho Mundial da Paz, constituída por deputados socialistas e trabalhistas, dirigentes de países africanos e de países socialistas, personalidades da América Latina e da Oceania e presidida por Romesh Chandra, foi recebida pelo Presidente da República. O objectivo do encontro foi transmitir as conclusões da reunião.

## A tarefa mais imediata

«A tarefa mais imediata e urgente é a de travar os planos da «guerra das estrelas» e cessar todos os ensaios nucleares», foi sublinhada por

## Lutas prioritárias

### Contra a «guerra das estrelas» pelo fim dos ensaios nucleares

Romesh Chandra, na sessão pública de abertura, em Lisboa, presidida pelo marechal Costa Gomes, e em que igualmente intervieram os vice-presidentes do Conselho Mundial da Paz, Carlos Candal, Silas Cerqueira e James Lamond.

Tarefa mais urgente para cuja concretização se conta com forças inéditas, que se impõe entretanto reforçar ainda.

Essa envergadura do movimento da Paz hoje, foi justamente sublinhada

por Silas Cerqueira, que destacou o actual «desenvolvimento, sem precedentes, de grandes movimentos democráticos de massas em favor da paz e do desarmamento». Um factor decisivo entre outros. A que há que somar «uma interacção crescente entre esses movimentos e os Estados».

A força, ou melhor dizendo, as imensas potencialidades dessa interacção, surgem particularmente evidenciadas com a declaração de Gorbachov, de 15 de Janeiro passado.

«No dia 15 de Janeiro — lembrou Romesh Chandra na sessão do Alvalade — assinalámos o primeiro aniversário da proposta feita por Mikhail Gorbachov, de um plano completo e faseado visando a eliminação de todos os armamentos nucleares e de destruição massiva até ao ano 2000.

O sonho e a esperança de centenas de milhões de homens e mulheres em todo o mundo foram assim materializados num programa realista e aplicável que poderá assegurar que o terceiro milénio se torne no milénio da Paz, num milénio sem guerras e sem armamento bélico — conduzindo a um mundo sem violência».

As possibilidades de avançar existem. E a necessidade é premente.

Como destacou Silas Cerqueira, «impõe-se ainda maiores avanços na luta pela paz». Tanto mais que também tem aumentado a «agressividade dos círculos armamentistas».

Este o sentido fundamental, o conteúdo da reunião do Bureau da Presidência do Conselho Mundial da Paz em Lisboa, da análise feita, da declaração aprovada, do conjunto de acções propostas. ■



## O movimento pela Paz em Portugal

«O movimento da Paz em Portugal exige que o seu território, os seus portos, o seu espaço aéreo estejam isentos de utilizações que visem a agressão ou a intensificação da corrida aos armamentos nucleares» — sublinhou Romesh Chandra realçando o que são os objectivos do movimento da Paz em Portugal.

E assim, o movimento pela Paz em Portugal «diz:

Não às estações de rastreio de satélites.

Não à utilização dos portos portugueses por submarinos norte-americanos portadores de armamento nuclear!

Não à utilização dos Açores para o trânsito de armamento nuclear ou outro de natureza bélica!

Não à utilização do espaço aéreo português para acções de agressão ou intervenção dos Estados Unidos contra países independentes!»



## Conselho Mundial da Paz define-se

O Conselho Mundial da Paz (CMP) é uma organização internacional. São actualmente membros do CMP representantes de várias organizações internacionais não governamentais e de movimentos de opinião pública representantes de 143 países, de todos os continentes.

Encontram-se entre os membros do CMP numerosos dirigentes de partidos políticos, movimentos de libertação e destacadas personalidades dos mais variados sectores.

Entre os vice-presidentes e membros da Presidência encontram-se so-

ciais-democratas, socialistas, democratas-cristãos, liberais, comunistas, dirigentes de movimentos de libertação e altos dirigentes de partidos no governo de países em vias de desenvolvimento.

Entre os princípios e objectivos mais importantes do CMP, salientam-se:

- A proibição de todas as armas de destruição massiva e o fim da corrida aos armamentos; abolição das bases militares estrangeiras; desarmamento geral, simultâneo e controlado;
- A eliminação de todas as formas

de colonialismo e de discriminação racial;

- O respeito pelo direito dos povos à sua soberania e independência, elementos essenciais para o estabelecimento da Paz.

O CMP detém um Estatuto Consultivo junto da Organização das Nações Unidas e dos seus órgãos especializados: UNESCO, UNCTAD, ECOSOC, UNIDO e coopera com o Movimento dos Países Não-Alinhados, a Organização de Unidade Africana, a Liga dos Estados Árabes e com outros organismos intergovernamentais. ■



# Diálogo e acção são urgentes

A necessidade urgente de um diálogo aberto, também condição para a acção pela paz, pelo desarmamento nuclear — é particularmente sublinhada na Declaração aprovada pelo Bureau do Conselho Mundial da Paz. Uma declaração que é também um balanço das iniciativas e propostas no sentido da paz, avançadas em 1986, Ano Internacional da Paz. Na reunião realizada em Lisboa foi também elaborado um plano de acção que oportunamente será divulgado. Aqui reproduzimos a Declaração.

O mundo enfrenta hoje uma situação perigosa, com a ameaça permanente de guerra nuclear. A humanidade tem que encontrar forma de destruir as armas nucleares, ou estas destruirão a humanidade.

Mas a própria consciência destes perigos cria a consciência da necessidade de os ultrapassar pela acção. Esta é a razão de ser da existência do movimento da paz. Esta é finalidade a que o Conselho Mundial da Paz, e os movimentos nacionais que com ele cooperam, consagram os seus esforços. As suas acções têm desempenhado um papel importante no esclarecimento e mobilização da opinião pública em torno de objectivos urgentes e realizáveis, tais como o termo dos ensaios nucleares, a prevenção da militarização do espaço cósmico, a prevenção da guerra nuclear e a eliminação das armas nucleares. Estas imperiosas exigências e acções dos povos devem continuar a crescer e a fazer-se ouvir até que se realize a sua vontade de paz.

A presente situação exige mais do que promessas verbais de apoio ao desarmamento nuclear e convencional. São essenciais medidas e propostas concretas e o desejo de as levar à prática.

A política das grandes potências, de diferentes Estados, de partidos políticos e movimentos sociais, deve ser avaliada por um mesmo padrão: a sua contribuição concreta para a causa da paz.

## Ano Internacional da Paz breve balanço

Durante 1986, Ano Internacional da Paz, muitas propostas e iniciativas se desenvolveram e contribuíram para o processo de paz, trazendo ao mundo a esperança de que a ameaça de guerra nuclear pode ser eliminada.

Nas Nações Unidas, a esmagadora maioria dos Estados-membros aprovou resoluções de grande alcance sobre o desarmamento nuclear, por uma proibição completa dos ensaios nucleares e contra a militarização do espaço cósmico. A União soviética não só prolongou a sua moratória, unilateral e sem precedentes, de suspensão dos ensaios nucleares, mas apresentou também um programa em três etapas para

a eliminação total das armas nucleares até ao ano 2000. O Grupo das Seis Nações — Índia, México, Argentina, Tanzânia, Grécia e Suécia — renovou e intensificou as suas iniciativas e apelos por uma moratória imediata e geral sobre os ensaios nucleares.

Os países socialistas, o Movimento dos Não-Alinhados e um amplo leque de forças sociais e políticas, do movimento operário, partidos comunistas, socialistas e sociais-democratas — incluindo a Internacional Socialista, enquanto tal — bem como partidos liberais e outros, tomaram públicas declarações e apelos importantes pelo desarmamento nuclear e convencional. Membros do Congresso dos EUA têm tomado iniciativas para limitar a corrida aos armamentos e os ensaios nucleares. As religiões mundiais, dirigentes das Igrejas e amplos círculos religiosos tomaram posições firmes pelo fim da corrida aos armamentos, em primeiro lugar no que diz respeito às armas de destruição massiva e pelo desarmamento e desenvolvimento. A

Declaração Conjunta Indo-Soviética de Nova Deli proclamou os princípios de um mundo livre de armas nucleares e não-violento.

Foi assinado um tratado de desnuclearização do Pacífico-Sul. Foi aprovada uma resolução das Nações Unidas sobre a criação de uma zona desnuclearizada no Médio Oriente, e simultaneamente foram apresentadas propostas e projectos semelhantes de zonas desnuclearizadas, pelos governos dos países nórdicos, dos Balcãs, da República Popular Democrática da Coreia, ou ainda por forças políticas — iniciativa conjunta do SPD (Alemanha Federal) e SED (República Democrática Alemã) — e por movimentos da paz, no caso da Península Ibérica. O Grupo de Contadora prosseguiu os seus esforços para encontrar uma solução para o conflito na América Central. A Conferência de Estocolmo sobre Medidas de Confiança, Segurança e Desarmamento na Europa terminou com resultados positivos. Muitas outras propostas e iniciativas de paz, governamentais ou não-governamentais, foram testemunho de que amplos e positivos passos foram dados.

O Conselho Mundial da Paz apoia todas as iniciativas e propostas de paz, desarmamento e segurança, julgando-as pelo seu mérito e independentemente da sua origem.

Não foi por acaso que, num ano de apelos insistentes e quase universais à

paz e ao desarmamento nuclear, o Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan e o Secretário-Geral do PCUS, Mikhail Gorbachov se encontraram na Islândia e estiveram à beira de um acordo, que nos teria feito avançar muito no caminho da paz.

## Reikiavik e a política de Reagan

Mesmo que a Cimeira de Reikiavik não tenha sido capaz de abrir o caminho para a paz, devido ao obstáculo «Guerra das Estrelas», ainda assim o encontro foi um passo significativo para a introdução do conceito de um mundo sem armas nucleares, na presente prática das negociações entre Estados. Este processo deve ser reforçado para alcançar resultados concretos.

Contudo, ainda há no mundo forças que pretendem que se pode alcançar a segurança mundial pela intensificação da corrida às armas nucleares.

A administração Reagan persiste em desenvolver o programa da «Guerra das Estrelas», violando o Tratado sobre Mísseis Anti-Balísticos, procurando revogar o Tratado SALT-II, visando a superioridade militar pelo desenvolvi-

mento de novas armas de destruição massiva.

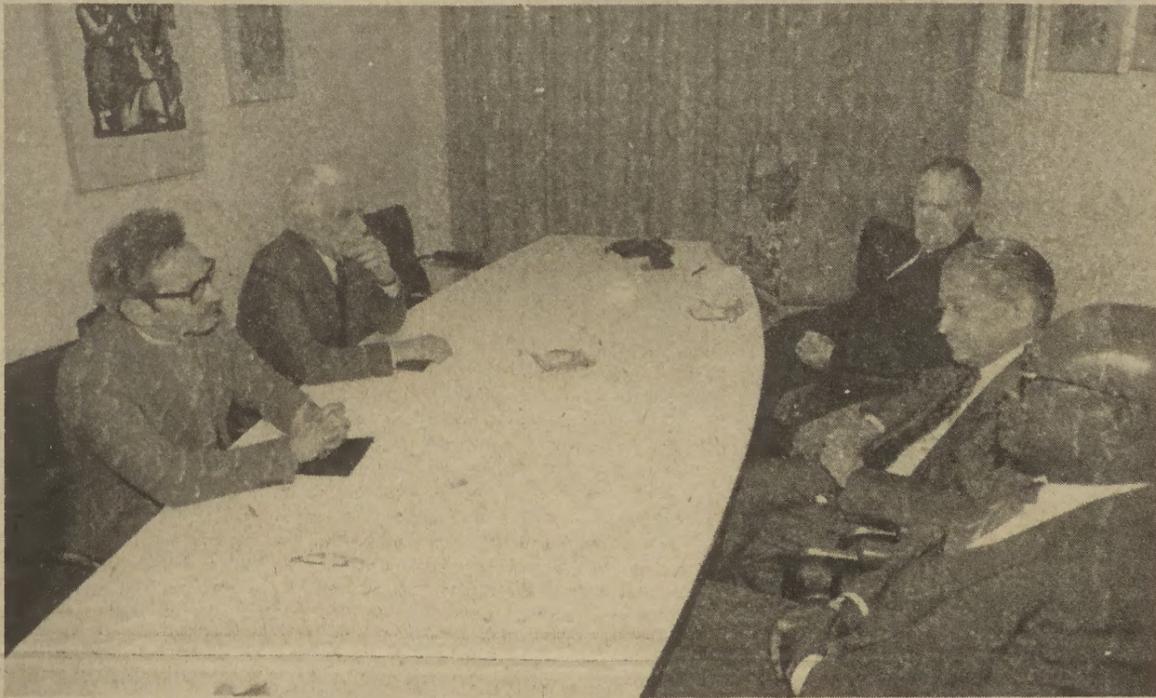
O mundo necessita de um mundo livre do perigo da guerra nuclear. Nenhum Estado se pode escusar à responsabilidade pela sobrevivência da humanidade. Dada a presente situação, reclamamos de todos os Estados que respondam à opinião pública mundial, ponham termo aos ensaios nucleares e não cooperem com o programa da «Guerra das Estrelas».

Este último ano testemunhou a crescente determinação e capacidade dos movimentos e organizações pela paz e o desarmamento de vários sectores da opinião pública de todo o mundo, em promover o diálogo — a exemplo do Congresso de Copenhague — a compreensão mútua e a cooperação prática, nos seus esforços para impedir a guerra nuclear e garantir a paz e a segurança de todas as nações.

Ao adoptar o Programa de Acção para 1987, o Bureau do Conselho Mundial da Paz convida todos os grupos, organizações e movimentos empenhados na luta pela paz, para um diálogo aberto e urgente. Para ser frutuoso, este diálogo conduzirá à acção pela paz. O que é decisivo agora é a acção pelo desarmamento nuclear — uma acção ampla, contínua e intensificada, de forma a que seja alcançado o nosso objectivo comum: a total eliminação das armas nucleares e uma segurança global igual para todos os países. ■

## Encontro com Álvaro Cunhal

No dia 22 de Janeiro, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, recebeu no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, uma delegação do Conselho Mundial da Paz, dirigida por Romesh Chandra, presidente do CMP, e integrado ainda por Pascoal Luvualu, membro do Bureau Político do MPLA-Partido do Trabalho e secretário-geral da UNTA, Vasco Cabral, ministro de Estado da Guiné-Bissau, membro do Bureau Político e secretário Permanente do PAIGC, e o reverendo John Morgan, presidente do Congresso Canadano da Paz, todos vice-presidentes do CMP. No encontro participou também Albano Nunes, membro do CC do PCP ■



**Despudor**

Diz o «Correio da Manhã», na sua edição de terça que «Portugal sai beneficiado da guerra comercial EUA/CEE».

Pulámos de contentes, o que se terá passado? Será que é desta que vamos desenvolver a nossa produção de cereais, dar condições aos produtores, em especial às UCP's/Cooperativas, responsáveis pela principal fatia da produção nacional?

As expectativas cedo se goraram. Afinal Portugal beneficia porque a CEE renunciou à exigência de que Portugal comprasse cerca de 15 por cento das suas necessidades, para que o nosso país continue a comprar os cereais aos Estados Unidos.

Diz aquela folha de desinformação que tal medida tem um sabor a desforra de Portugal já que, aquando da negociação do tratado de adesão, «Portugal foi obrigado a aceitar um compromisso de compra de pelo menos 15 por cento das suas necessidades internas de cereais em contrapartida de uma aceitação por parte da Comunidade Europeia de um desmantelamento, faseado no tempo, do monopólio da importação de cereais detido pela Empresa Pública de Abastecimento de Cereais».

Perdoem-nos esta longa citação, mas esta é das que «só lido».

Ficamos a saber que os governos de direita que negociaram o acordo de adesão hipotecaram a capacidade de produção nacional de cereais para que a CEE aceitasse o desmantelamento de uma

empresa como a EPAC. Onde chega o despudor...

**Incoerências**

Ainda segundo a mesma edição do «CM», «o Governo vai penalizar as empresas que aumentarem os preços e os salários em percentagens superiores à taxa de inflação prevista para 1987».

Sobre os preços, que diga o amigo leitor da sua experiência.

Da vida de todos os dias, não se notou ainda qualquer diferença.

O mesmo não se pode dizer dos salários. Ai, justiça lhe seja feita, o Governo bem se tem esforçado para que não aumentem. Pelos ajustes não têm estado os trabalhadores, que isto de trabalhar e receber cada vez menos não é coisa suportável.

Naturalmente que aqui, o Governo tem contado com a prestimosa ajuda ugeteira que mais o seu acordo sobre os rendimentos, muitas dificuldades tem tentado impôr ao avanço da luta e unidade dos trabalhadores. Mas as lutas aí estão, continuam a mostrar que o povo não aceita os tectos salariais.

Já agora, para quem se farta de afirmar que o que faz falta é o «livre jogo das forças de mercado», é no mínimo uma grave incoerência afirmar como o fez Miguel Cadilhe, que «o Governo vai ainda reforçar os instrumentos de fiscalização junto da produção e da comercialização». Mas pronto, como é para impedir o aumento «elevado» dos salários, pode compreender-se. Ou não...

**Pontos Cardeais**

**A lógica da batata**

A lógica não é uma batata, mas a súbita falta de batata registada nos mercados nacionais obedece manifestamente à lógica... da batata. Queixam-se os agricultores que aos preços actuais não há lógica nenhuma em ter uma trabalhadeira dos diabos para semear, recolher, distribuir e vender batatas; o Governo, que da batata quer tirar mais dividendos do que os especificamente alimentares, diz que não e vai de importar batata do estrangeiro. Acaba-se a dita e os nacionais aproveitam a deixa para vir a terreiro clamar que para haver batata há que pagar mais caro. Lógico.

Neste interim, enquanto cada qual puxa a brasa à sua batata, os consumidores consomem-se a dar voltas ao juízo sem saber que fazer com tanta lógica e tão pouca batata.

**CM de Faro e Negrão Belo incomodados com as 2.ª Jornadas Algarvias**

Não é certamente pelo seu cuidado aspecto gráfico ou porque o tema não seja do interesse de todos os que,

técnicos ou não, se interessam por debater os problemas e propôr soluções para a região algarvia, que os cartazes das 2.ª Jornadas promovidas pelo PCP têm vindo a suscitar o nervosismo e o pavor do presidente da Câmara Municipal de Faro, Negrão Belo. Seguindo pisadas abecasianas, o presidente da autarquia de Faro tem dado nos últimos dias mais um exemplo bem significativo de como entende a vida democrática e cívica e os direitos dos cidadãos e das suas organizações representativas.

Ainda no passado dia 24 de Janeiro, funcionários da Câmara retiraram do centro da cidade, na Rua de Santo António, diversos cartazes que anunciavam a realização nos próximos dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro das 2.ª Jornadas Algarvias, iniciativa responsável que pretende criar um amplo debate, aberto a todos, tendo em vista aprofundar o conhecimento da realidade social, económica e política da região, analisando principalmente as consequências da integração na CEE, um ano após a adesão, em 3 importantes sectores da economia e da vida algarvia: agricultura, pescas/conservas e turismo.

Negrão Belo, numa clara atitude contra a região algarvia, parece estar agarrado a posturas municipais do antigamente. Modernize-se, homem...

**Gazetilha**

por **Ignotus Sum**

**I**

O caso Irangate é um caso extra-ordinário. O Governo puxou pelo bestunto e mandou-nos um baixo funcionário a «esclarecer» o assunto. Eu cá não fiquei nada convencido. Nem eu... nem toda a gente. Até penso que alguém comprometido aquilo falaria exactamente...

Senhores, a verdade é como o azeite e sabendo o Governo de que trato é claro, é claro que no Irangate há mesmo gato...

**II**

Não sei números exactos mas sei que há com fartura candidatos ao Ministério da Agricultura. Com tantos ministérios hoje em dia eis me interrogo sobre a simpatia de tanta gente, a sério, por este Ministério.

Nisto um clarão, um súbito lampejo contra o fatal mistério me atravessou a pinha: é que estando naquele ministério sempre se pode arranjar no Alentejo uma reservazinha...

**III**

A RTP atacou a Intersindical. A Intersindical protestou. Entretanto, o tempo passou correu o processo judicial instância a instância, posta a posta, com a RTP a não querer como era seu dever, dar o simples direito de resposta obrigação que era moral, legal. Assim e três anos depois chegava ao fim esta acção, com razão para a Intersindical.

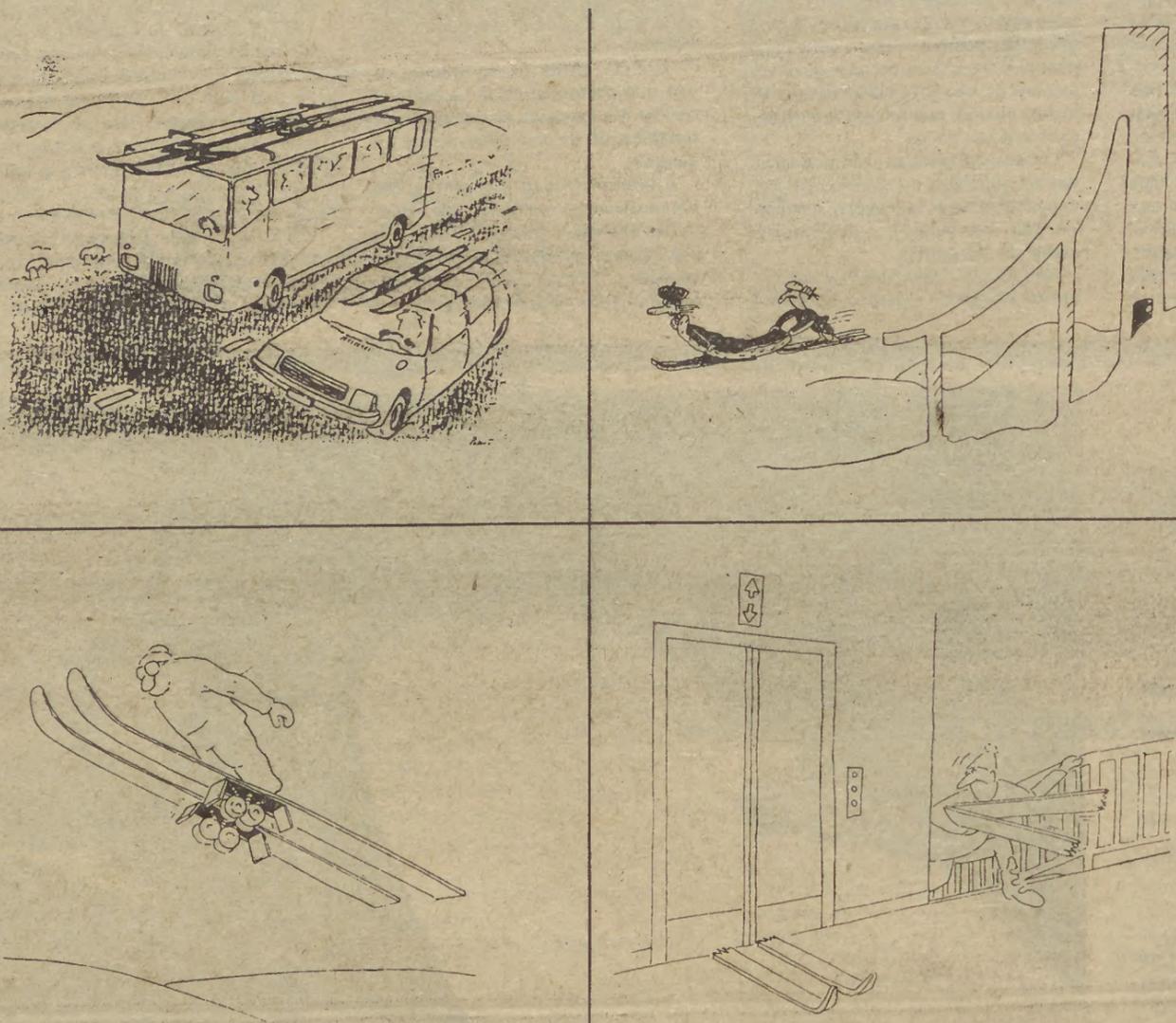
Uma pessoa honrada pode ser, como foi, caluniada. Agora como é? Não acontece nada? Deixa-se alguém, agindo de má-fé negar impunemente o uso de um direito? De tal jeito abre-se um perigoso precedente!

Hoje o poema não está de maré. Discursa em vez de usar a antiga léria e volta a perguntar: **Então como é?** sério, à espera de resposta séria...

**IV**

Ouve a gente dizer pela TV que o Governo governa muito bem. Ora quem o diz, quem é? A TV ouve? Sim. Mas onde? E a quem? Vai às fábricas, vai? A os hospitais? Vai aos supermercados? Ouve os desempregados? E os jovens, esses, andam joviais? Diz bem do caçador o tigre, o leão a quem o caçador persegue a pele? Claro, o Governo está no coração só do Cavaco ou da gente dele...

ski



# Agenda

**Avante!**

Ano 56 - Série VII  
N.º 683

29 de Janeiro de 1987  
4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

**2<sup>as</sup>**

## SÁBADO Jornada Nacional de Luta



convocada  
pela CGTP-IN

Distrito	Localidade	Ação	Local Concentração	Hora
Aveiro	Aveiro	Manifestação	Lg. Estação	15H00
Beja	Beja	Concent/Manif.	Lg Rainha D. Leonor	15H00
Braga	Braga	Concent/Manif.	Av. Central	16H30
C. Branco	Covilhã Tortosendo	Concentração Manifestação	Jardim Publico P. Liberdade	16H00 17H30
Coimbra	Coimbra Figueira Foz	Concent/Manif. Concent/Manif.	Praça 8 Maio Largo do Carvão	14H30 10H30
Évora	Évora	Concent/Manif.	Praça Giraldo	15H00
Leiria	Leiria	Comício/Manif.	Lg Republica	16H30
Lisboa/Setúbal	Lisboa	Manifestação	Marquês Pombal	15H00
Portalegre	Campo Maior Avis	Comício Manifestação	Lg. da Camara	21H00 15H00
Santarém	Coruche Tramagal	Concent/Manif. Concent/Manif.	Lg do Rossio Cruzamento Barca	11H00 15H00
V. Castelo	Viana Castelo	Jornada escisreccionamento e luta	P. República	10H00
Viseu	Viseu	Manifestação	Auditório Feira S. Mateus	15H00

### Quinta 29

• LISBOA  
Plenário do Sector da Função Pública da ORL, às 19.00 h, no Centro de Trabalho de Alfama, para conhecimento e discussão das conclusões da reunião do CC de 16/1/87. E ainda debate sobre a situação política e a campanha organizativa.



### Sexta 30

• ALVERCA  
Colóquio na Casa da Juventude e da Cultura de Alverca, às 21.30, subordinado ao tema «A Guerra Civil em Espanha». Com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política e do embaixador Mário Neves.

• OLHÃO  
Continuação das II Jornadas Algarvias, às 9.30, no sindicato das Pescas e Indústria Conserveira, para debater questões relacionadas com este sector de produção.

• FARO  
Continuação das II Jornadas Algarvias, às 9.30, no salão da Assembleia Distrital, para debater questões relacionadas com o turismo.

### Sábado 31

• PORTO  
Assembleia de Organização da Freguesia de Campanhã, na Escola Preparatória do Cerco do Porto, às 15 horas, com o camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política; às 20 h jantar de confraternização, no mesmo local. Plenário distrital de militantes da JCP, das 15 às 18.30, com o camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política.

• FARO  
II Jornadas Algarvias, às 15 h, no salão da Assembleia Distrital, promovidas pelo PCP para debater questões relacionadas com a agricultura resultante do impacto da adesão à CEE.

### Domingo

• FELGUEIRAS  
Assembleia da Organização Concelhia de Felgueiras, às 14 h, no Centro de Trabalho, com o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política.

• PORTO  
Continuação do Plenário Distrital de Militantes com o objectivo de analisar o trabalho regional e a situação da juventude. Participa o camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política.

• LISBOA  
Almoço-Convívio de comemoração do aniversário do «Avante!», às 13 h, no Centro de Trabalho das Galinheiras, com o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política e director do «Avante!». Será passado um filme em vídeo «Jogos de Guerra».

## JORNADAS ALGARVIAS promovidas pelo PCP

O impacto da adesão à CEE nas pescas e conservas agrícolas e turismo



FARO - OLHÃO - 31 JAN. - 1 FEV. 1987

**Sábado, 31 de Janeiro,** Assembleia Distrital de Faro — Agricultura.

**Domingo, 1 de Fevereiro,** salão do Sindicato das Conservas, Olhão — Pescas e Conservas

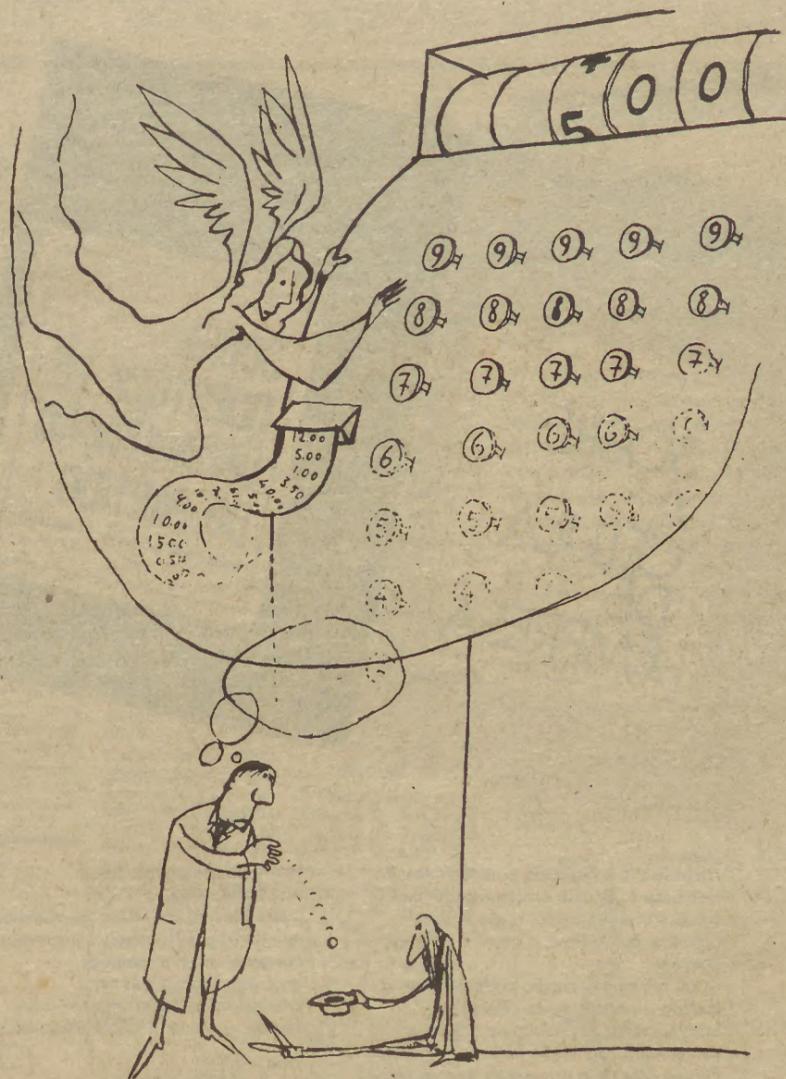
**Domingo, 1 de Fevereiro,** Assembleia Distrital de Faro — Turismo

3.ª

## Assembleia do PCP em Felgueiras (Porto)

Domingo, 1 de Fevereiro, às 14 horas no novo Centro de Trabalho (urbanização do Outeiro), sob o lema «Com o reforço do PCP, Abril vencerá».

Participação do camarada Blanqui Teixeira, da C. Política e do Secretariado do PCP

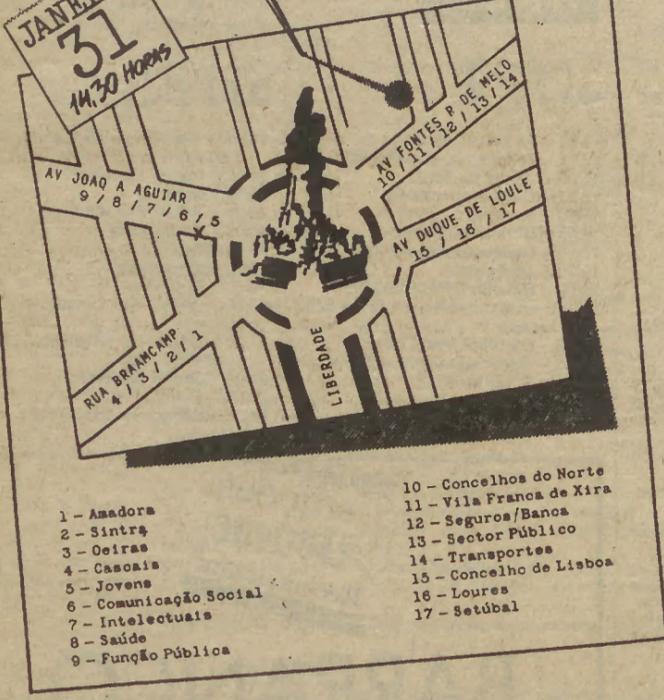


SOULAS — Francês — in «E Você: Quer Mais?» edições Sérgio Guimarães

— Coleção «Os Meus Clássicos do Humor»

## LISBOA LOCAIS DE CONCENTRAÇÃO

JANEIRO 31 14.30 Horas



Guarda	Guarda	Plenário de Activistas c/desloc. ao G. Civil	Dia 30
Vila Real		Plenário nas Minas da Borralha com desfile para Montalegre dia 29 - Acções diversas na TABOPAN, SOGRAPE, POLO, etc. dia 30	
Porto	Porto	Manifestação	Dia 21/2
Faro	Faro	Manifestação	Dia 21/2

# TV O Programa

## Quinta

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Ciclo Preparatório
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso - «Par ou Ímpar»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.05 - Telenovela - «Palavras Cruzadas»
- 20.35 - Europa
- 21.05 - Telemundo
- 21.35 - Série - «As Blue Bell» (1.º epis.)
- 22.30 - 24 Horas
- 23.00 - Remate.

### RTP2

- 14.15 - Série - «Recordações» (13.º epis.)
- 15.00 - Agora, escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Trinta minutos com...
- 17.05 - Countdown
- 18.00 - Estádio
- 19.00 - Nino Show
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série - «5.ª Dimensão» (78.º epis.)
- 20.30 - Série - «Uma Família às Direi-

- tas» (53.º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - A Quinta do Dois
- 23.30 - É de Ler.

## Sexta

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório
- 18.00 - Sumário
- 18.07 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso - «Par ou Ímpar»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.05 - Telenovela - «Palavras Cruzadas»
- 20.35 - Série - «Palácio dos Sonhos» (1.º epis.)
- 21.30 - Tudo é Espectáculo (transmissão de um espectáculo do grupo de rock «The Queen», realizado no passado mês de Julho, no estádio de Wembley)
- 22.30 - Série - «Hitchcock Apresenta» (16.º epis.)
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate.

### RTP2

- 14.15 - Série - «Recordações» (14.º epis.)

- 15.05 - Agora, escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Trinta minutos com...
- 17.05 - Countdown
- 18.30 - Estádio
- 19.00 - Nino Show
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série - «5.ª Dimensão» (79.º epis.)
- 20.30 - Série - «Uma Família às Direi-

## Sábado

### RTP1

- 09.00 - A Quinta do Dois
- 10.50 - Série - «Monchhi Chis» (3.º epis.)
- 11.15 - Juventude e Família
- 13.00 - Sumário
- 13.30 - Jornalinho
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - ABZ (inclui a telenovela «Tudo em Cima»)
- 19.00 - Super Trinta
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - 7 Folhas
- 20.55 - Concurso «Faz de Conta»

- 22.50 - Série - «Rebecca - Nome de Código» (3.º epis.)
- 23.50 - Cinema - «O Crime não Compensa» - Real. Nicholas Ray. Intérp. Humphrey Bogart, John Derek e George Macready (EUA/1949, 100 min.).

### RTP2

- 12.30 - Outros Mundos
- 13.00 - Os Anos não Contam
- 13.50 - Meu Bicho, Meu Amigo
- 14.05 - Série - «A Aposta» (4.º epis.)
- 14.30 - Novos Horizontes
- 15.00 - Raphael (I Parte)
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Eurocinema - «M», real. Fritz Lang (Alemanha/1931)
- 21.30 - 01 Magazine Informática
- 21.45 - Jazz
- 22.40 - Vídeo Clube
- 22.55 - Troféu.

## Domingo

### RTP1

- 09.00 - Série - «Vida Selvagem» (7.º epis.)
- 09.30 - Juventude e Família
- 10.45 - TV Rural
- 11.15 - Missa de Domingo
- 12.05 - 70 vezes 7
- 12.55 - Série - «O Almoço está na Mesa» (16.º epis.)
- 13.00 - Sumário
- 13.10 - Viva a Música
- 13.35 - Série - «Os Roberts»
- 14.00 - Concurso «Arco Iris»
- 15.35 - Série - «O Justicheiro»
- 17.30 - Clube Amigos Disney



«M», o penúltimo filme de Fritz Lang realizado na Alemanha, antes de se refugiar na França e depois nos EUA, foi estreado em Portugal, no cinema S. Luiz, a 10 de Novembro de 1931.

Este famosíssimo filme de Fritz Lang e que consagra o actor Peter Lorre, tinha como título original «Os Assassinos Estão Entre Nós», que não foi mantido com receio das reacções do partido nazi que, nessa época, era já uma força dominante apesar de só ter chegado ao poder dois anos depois. Justificava-se a decisão pelo receio de que os nazis lessem o título como uma alusão directa, que não o era, como explicou sempre Lang. Mas se não o era directamente, não há dúvidas de que era a premonição do que estava para vir. «M» é também o primeiro filme sonoro de Lang, sonoro que só há três anos começara a ser utilizado. O assobio, com o tema de «Peer Gynt», de Grieg, é importante para o desenrolar da acção.

- 18.50 - Concurso «Show Bis»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.05 - Telenovela «Palavras Cruzadas»
- 20.35 - Vamos ao Teatro «D. João»
- 23.45 - 24 Horas
- 00.15 - Remate

### RTP2

- 14.15 - Série «Recordações» (15.º epis.)
- 15.05 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.05 - Countdown
- 18.00 - Estádio
- 19.00 - Nino Show
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série «5.ª Dimensão» (80.º epis.)
- 20.30 - Série «Uma Família às Direi-

## Terça

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório
- 18.00 - Sumário
- 18.07 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso «Show Bis»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.05 - Telenovela «Palavras Cruzadas»
- 20.35 - Portugal Sem Fim
- 21.35 - Série «Dempsey e Makepeace» (13.º epis.)
- 22.25 - 24 Horas
- 23.25 - Remate

### RTP2

- 14.15 - Série «Recordações» (16.º epis.)
- 15.05 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.05 - Countdown
- 18.00 - Estádio
- 19.00 - Nino Show
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série «5.ª Dimensão» (56.º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - É de Ler
- 21.35 - Cinema «Crónica dos Bons Malandros»

## Quarta

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório
- 18.00 - Sumário
- 18.07 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso «Show Bis»
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.05 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.15 - Telenovela «Palavras Cruzadas»
- 21.00 - Cinema «O Cavalo Preto»
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate

### RTP2

- 14.15 - Série «Recordações» (17.º epis.)
- 15.05 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Trinta Minutos Com...
- 17.05 - Countdown
- 18.00 - Estádio
- 19.00 - Nino Show
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série «5.ª Dimensão» (82.º epis.)
- 20.30 - Série «Uma Família às Direi-

## Duas publicações que interessam a todos os membros do Partido

**SOBRE A CELULA DE EMPRESA**

**SOBRE QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO**

(selecção de artigos de «O Militante»)

A sua leitura e discussão poderão servir os membros do Partido a compreender melhor o que é a organização, o que é uma organização de base, o que é a acção do Partido. A sua leitura e discussão poderão servir à criação de muitas novas células, ao fortalecimento das células de empresa existentes, à construção de mais bastiões do Partido como são as grandes e fortes células que existem em algumas zonas industriais.

Preço 40\$00

Para esta compilação foram escolhidos, entre os artigos publicados em «O Militante», aqueles que pareceram formar um conjunto coerente sobre as questões orgânicas básicas que mais preocupam qualquer organismo do Partido, qualquer dos seus militantes.

Preço 100\$00  
Cerca de 200 páginas



- 19.00 - The Heart of Rock'n Roll
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Histórias de Cidades, de J. Hermano Saraiva
- 21.15 - Série - «Paraíso Adiado» (4.º epis.)
- 22.15 - Domingo Desportivo
- 23.20 - Dizem os Astros.

### RTP2

- 10.00 - Troféu
- 12.30 - Magazine
- 13.00 - Caminhos
- 13.15 - Música na América
- 13.40 - Série - «A Kagera» (2.º epis.)
- 15.00 - Troféu
- 17.00 - Fantasia e Realidade
- 17.30 - Série - Lovejoy» (5.º epis.)
- 18.30 - Série - «A Herança Científica do Mundo Árabe» (4.º epis.)
- 19.00 - Entrada Livre
- 19.20 - Ler Portugal: «Alves Redol e o Ribatejo»
- 19.50 - Série - «O Triunfo do Ocidente» (3.º epis.)
- 20.40 - Série - «O Diário Secreto de Adrian Mole» (3.º epis.)
- 21.05 - O Mundo é um Palco
- 22.00 - Cinema - Ciclo George Cukor - «Margarida Gauthier», real. George Cukor, intérp. Greta Garbo, Lionel Barrymore e Henry Daniell (EUA/1937, 106 min.).

## Segunda

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório
- 18.00 - Sumário
- 18.07 - Brinca Brincando

edições **Avante!** Recomendam

## BARRANCO DE CEGOS

### Alves Redol

# Cinema

A selecção

# Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Ana e as Suas Irmãs	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
<b>B</b>	Aliens-O Recontro Final	★★★	★★	★★	—	★★★★
<b>C</b>	Aventuras de Jack Burton	★	★★	★★	—	★★★
<b>D</b>	A Missão	★	★★	★★	★★	★★★★
<b>E</b>	Mona Lisa	—	★★★	★★★	★★★	—
<b>F</b>	Peggy Sue Casou-se	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>G</b>	Quarto com Vista sobre a Cidade	★★	★★★	★★★★	—	★★★
<b>H</b>	Ran	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>I</b>	À Volta da Meia-Noite	—	★★★★	★★★★	★★★★	—

• LISBOA

**António José Martins** - fotografias dos anos 30, (temas rurais e marítimos). Ether/Vale Tudo..., R. Rodrigo da Fonseca, 25. De 3.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 31/1).

**Colectiva** - «Retítulos», poesia-pintura. De Abílio José Santos, Alberto Pimenta, Ana Hatherly, Antero de Alda, E.N. Melo e Castro, Fernando Aguiar. Atelier 15, R. Freitas Gazu, 24-D. de 2.ª a 6.ª/18.00 às 22.00, sáb. 15.00 às 19.00 (até 31/1).

**Colectiva de pintura** - Hogan, António Carmo, Bual, Cargaleiro, Chichorro, Espiga Pinto, Gil Teixeira Lopes, entre outros. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 31/1).

**Colectiva** - João Vieira, Palolo Rocha Pinto, Sérgio Pombo, Arpad Szénes, Mário Cesariny, Douril e outros (pintura, escultura, serigrafia), «Atelier 2», Rua da Emenda, 66, 3.ª, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 14.30 às 18.00 (até 20/2).

**Conceição Pedro** - Galeria 601, Centro Comercial S. João de Deus, Av. António José de Almeida.

**Costa Pinheiro** - Pintura, galeria «111», Campo Grande, 113, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00.

**Didier Morin**, fotografia; **Brigitte e Marc Enguerand**, fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.00 (até 30/1).

**Hólder Batista**, escultura e medalhas. Livr. da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16-A.

**SETÚBAL**  
**TAS**, R. Baleario Dr. Paula Rego, 3.ª, 4.ª e 5.ª, 21.30. O Auto da Barca do Inferno, de Gil Vicente, enc. Carlos César.

**Para Crianças**  
**LISBOA**  
**ABC**, Parque Mayer, sáb. às 18.30. **Fecha os Olhos...** Entra Na História, de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.

**Comuna**, Praça de Espanha, sáb. e dom., às 15.00. **Nós de um Segredo**, texto e enc. João Brites, pelo grupo «O Bando».

**TIL - Teatro Infantil de Lisboa**, R. Leão de Oliveira, (ao Calvário): Sáb. dom. e feriados/16.00. **O Cantelão Valioso**, de Soledade Costa, enc. Rui Matos.

**ALMADA**  
**Companhia de Teatro de Almada**, no Auditório do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, R. Almirante Barroso, 3 (Estefânia) até 31/1, às 10.00 e 15.00. O Cavaleiro e o Dragão, de José Jorge Letria, enc. Joaquim Benite.

**ALMADA**  
**Auditorio do Tela**, 3.ª a sáb./21.45. **De qui para Ali e de Lá para Cá**, de Gil Vicente, enc. Carlos Fragateiro e José Gil - Teatro Experimental de Leiria.

**PÓVOA DE ST.º ADRIÃO**  
**Salão da Junta de Freguesia**, dom./16.00. **Onde Estamos?**, de Vítor Bilé - Teatro de Ensaio.

**OS INSTRUMENTOS MUSICAIS E AS VIAGENS DOS PORTUGUESES**, iconográfica e documental. Museu de Etnologia, Av. da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom./10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00.

**José Luís Tinoco** - Pintura, Gal. S. Bento, R. do Machadinho, 1, ao Quelhas, 3.ª a sáb. 11.00 às 13.00 e 15.00 às 20.00; dom. e 2.ª 15.00 às 20.00 (até 8/2).

**Direitos do Homem** - Exposição colectiva sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem, com a participação de 30 artistas portugueses, entre os quais Gil Teixeira Lopes, Júlio Resende, Douril Demê, na Fundação Gulbenkian, Av. Bema.

**Manuel Viana** - Desenhos, Gal. Barata, Av. de Roma, 11-A, 2.ª a sáb. 12.00 às 23.00 (até 15/2).

**Zewen Situ** - Pintura, Hotel Alfa, Av. Colúmbano Bordalo Pinheiro, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.30 e 15.30 às 19.30, sáb. e dom. 16.00 às 19.30 (até 9/2).

**Catarina Castel Branco** - Desenhos, no Clube-50, R. de S. Mamede, 3.ª a 6.ª, 17.30 às 20.30, sáb. 15.00 às 20.00 (até 11/2).

**Ana Silva e Sousa** - Escultura, exposição comemorativa do 5.º centenário da viagem de Bartolomeu Dias, Museu Nacional do Traje (até 15/3).

**«Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses»**, iconográfica e documental. Museu de Etnologia, Av. da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom./10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00.

**João Oom**, pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A. de 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 4/2).

**Júlio Pomar**, pintura - retrospectiva 1945-1986. Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 15/2).

**Lorca** - «Teatro, Vida e Morte», exposição documental evocativa do 50.º aniversário da morte de Garcia Lorca. Centro de Arte Moderna - Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 31/1).

**Nadir Afonso**, pintura (retrospectiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).

**Oiga Roriz** - «Corpos à Luz», fotografias de dança. Gal. Novo Século, R. Século, 23. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00 (até 3/2).

**«Índias da Amazônia»**, econográfica e documental. Museu de Etnologia, Av. da Madeira ao Restelo. De 3.ª a dom./10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00.

**Três Séculos de Ourivesaria Hispano-Americana** (séc. XVII a XIX). Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 31/1).

**Arshile Gorky** - Pintura, selecção de obras expostas em 1984, Museu do Centro de Arte Moderna, de 3.ª a dom. 10.00 às 17.00.

**Amâncio Guedes** - Pintura, Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 15.00 às 20.00.

**Costa Martins** - Pintura, Gal. Tempo, R. Nova de S. Mamede, 17-A, 3.ª a dom. 16.00 às 20.00 (até 4/2).

**dro Alcântara**, 63-1.º (até 31/1).

**Preben Boesen** - Óleos e aguarelas, na Sociedade de Língua Portuguesa, R. de S. José, 41-2.º, 2.ª a 6.ª, 13.00 às 19.30.

**«Paz para o Mundo»**, fotografia, promovida pela Embaixada da União Soviética, na Sociedade Nacional de Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36, das 14.00 às 21.00 (até 4/2).

**Rolf Lederbogen** - Fotografia, Instituto Alemão, Campo dos Mártires da Pátria, 37 (até 13/2).

**Teresa Pavão** - Tapeçarias, «O Clube-50», R. S. Mamede, 9-1.º, 3.ª a 6.ª, 17.00 às 20.30, sáb. 15.00 às 20.00 (até 11/2).

**Tapeçaria contemporânea**, do Grupo 3.4.5, por iniciativa do Movimento Democrático de Mulheres, no Espaço Maria Lamas, Av. Duque de Loulé, 111-4.º, 2.ª a sáb., 10.00 às 13.00 e 15.00 às 20.00 (até 7/2).

**Manuel Rosa**, escultura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 354. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 5/2).

**Xuxo Fernandes** - Fotografia, Associação de Jornalistas e Homens de Letras, 2.ª a 6.ª, 15.00 às 19.00, sáb. 15.00 às 18.00.

**Luis Canotilho**, pintura, Cooperativa «Árvore», R. Azevedo de Albuquerque, 1 (até 10/2).

**António Modesto** - pintura, Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33, 129-A, 3.ª a sáb., 15.00 às 20.00.

**Pedro Fazenda** - escultura, Galeria Roma e Pavia, R. D. Manuel II, 346-B, 2.ª a sáb., 14.30 às 20.00 (até 7/2).

**Paulo Gil** - Fotografia, na Abril, R. S. Pe-

**OUTRAS LOCALIDADES**

**Niizuma**, escultura em pedra. Até 30/1, Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

**Costa Brites**, pintura. Museu Machado Castro COIMBRA.

**Manuel Moldes** - Pintura, Gal. dos Milagres, Edifício Coimbra, 7.º Andar. COIMBRA.

**Manuel Ferrol** - fotografia, Centro de Estudos de Fotografia, 3.º-piso da Associação Académica - COIMBRA.

**Arte Indo-portuguesa**. Das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00 (até 2/2) Convento de Jesus. SETÚBAL.

**Ourivesaria** - Colecção do Palácio Nacional da Pena (até 31/1). Palácio da Pena. SINTRA.

**Colectiva** - escultura e pintura, Galeria de Exposições Temporárias do Museu Regional de Sintra, 2.ª a 6.ª, 9.00 às 12.00 e 14.00 às 18.00, sáb. e dom., 14.00 às 18.00 - SINTRA.

**Terence Tarsnane** Pintura, 3.ª a dom. 15.00 às 19.00 (até 20/2), Gilde, S. Torcato GUIMARÃES.

**Ana Branca** - Pintura, Claustros da Pousada - PALMELA.

**Colectiva dos artistas do Atelier 15** nas áreas da escultura, pintura, gravura e desenho. Obras de Maria Irene Ribeiro, Maria Soares, Maria Teresa Folha, Américo Silva, Luís Cruz, Vasco Folha, no Teatro Municipal Mirita Casimiro - CASCAIS.

**Moinhos e Azenhas** - exposição etnográfica, Museu Municipal de Loures, 3.ª a 6.ª, 9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.00, sáb. e dom., 10.00 às 17.00 (até 28/2) - Loures.

Classificação de \* a \*\*\*\*\*

- A - Real. Woody Allen - Hollywood/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45) - Lisboa.
- B - Real. James Cameron - Condes (14.00, 16.30, 19.15, 21.45), Hollywood/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Las Vegas/1 (15.15, 18.30, 21.30) - Lisboa.
- C - Real. John Carpenter - Fonte Nova/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Xenon (14.15, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.
- D - Real. Roland Joffé - Alfa/3 (14.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/6 (14.15, 16.45, 19.15, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), S. Jorge/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.45) - Lisboa.
- E - Real. Neil Jordan - Alfa/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 00.15), Amoreiras/4 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), S. Jorge/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.45) - Lisboa.
- F - Real. Francis Ford Coppola - Ávila (15.00, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45), Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45) - Lisboa.
- G - Real. James Ivory - Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) - Lisboa.
- H - Real. Akira Kurosawa - Alfa/Clube (15.00, 18.00, 21.00, 00.15), Amoreiras/3 (15.00, 18.00, 21.00, 24.00) - Lisboa.
- I - Real. Bertrand Tavernier Estúdio 444 (15.30, 18.30, 21.30), Quarteto/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30).

# Teatro

O Cartaz

• LISBOA

**A Barraca**, R. Alex. Herculano, 70. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **Os Polícias**, de Sławomir Mrozek, adapt. e enc. Hélder Costa.

**ABC** Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

**Centro de Arte Moderna** (Gulbenkian), Sala Polivalente - 3.ª e 4.ª/18.30; 5.ª, 6.ª e sáb./21.30; dom./15.00. **Amor de D. Perlimplim com Belsa em seu Jardim**, de Federico Garcia Lorca, enc. Nuno Carlinhas (até 31/1).

**Centro Cultural da Bica**, Lg. St.º Antoninho, 1. 6.ª/22.00, sáb. e dom./16.00. **O Subsídio**, de Nuno Artur Silva (até 1/2).

**Comuna**, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **Victor - ou as Crianças no Poder**, de Roger Vitrac, enc. João Mota; sáb. e dom./17.00 - **O Tesouro**, de Eça de Queirós.

**D. Maria II**, Rossio. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **Guerras do Alecrim e Mangerona**, de António José da Silva, o Judeu, enc. Carlos Avilez - Comp.ª. Teatro Nac./TEC.

**Instituto Franco-Português**, Av. Luís Bivar, 91. De 4.ª a sáb./21.30, dom./16.30. **Yes, Peut-Etre**, de Marguerite Duras, enc. Philippe Fridman (até 31/1).

**Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. **Isto é Maria Vitória**, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M.

Zambujal, enc. Ivone Silva.

**Teatro Aberto**, Praça de Espanha, 2.ª a 5.ª/21.30, dom./16.00 e 21.30. **Os Jardins das Cerejas**, de Anton Tchekov, enc. de João Lourenço.

**Teatro Estúdio de Lisboa**, Teatro Vasco Santana, Entrecampos, 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **Sylvia Plath - Quem a Matou?**, de Barry Kyle, enc. Luzia Maria Martins.

**Teatro Ibérico**, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **A Vida é Sonho**, de Calderón de la Barca, enc. Xosé Blanco Gil.

**Teatro do Século**, R. do Século, 41. **Drácula Júnior**, de Fernando Gomes, música de José Carrapa e Sérgio António (a partir de hoje).

**Teatro da Trindade**, R. Nova da Trindade. De 3.ª a sáb./21.00, dom./16.00. **A Mulher do Campo**, de W. Wicherley, enc. Luís Miguel Cintra - Comp. Teatro da Cornucópia.

**Variedades**, Parque Mayer. De 3.ª a dom. 21.30. **dom./16.00. Aquil Há Fantasmas**. Texto e enc. de Henrique Santana. Villaret, Av. Fontes

Pereira de Melo, 30. De 3.ª a dom./21.30, dom./16.00. **Sapateado**, de Richard Harris, enc. Varela Silva.

**ALMADA**  
**Companhia de Teatro de Almada**, no Auditório do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, R. Almirante Barroso, 3 (Estefânia), até 31/1, 21.30 e 1/2, 16.00. **George Dandin**, de Molière, enc. de Joaquim Benite. De 27 a 29 do corrente mês, no mesmo local, às 10.00 e às 15.00. **A Queda de Um Anjo**, adaptação do romance de Camilo Castelo Branco.

**ALMADA**  
**Teatro 1.º Acto**, R. Eduardo A. Pedrosa, 16-A, de 5.ª a sáb., 21.45, sáb. e dom., 17.00. **Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal**, de Marcos Rey, enc. de Águeda Sena - Grupo Teatro Espaço.

**ALMADA**  
**Teatro Mirita Casimiro**, Av. Fausto de Figueiredo, 4.ª e sáb., 21.30, dom./16.00. **Galileu Galilei**, de Bertholt Brecht, enc. Carlos Avilez - Teatro Experimental de Cascais.

**ALMADA**  
**Auditorio do Tela**, 3.ª a sáb./21.45. **De qui para Ali e de Lá para Cá**, de Gil Vicente, enc. Carlos Fragateiro e José Gil - Teatro Experimental de Leiria.

**ALMADA**  
**Companhia de Teatro de Almada**, no Auditório do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, R. Almirante Barroso, 3 (Estefânia) até 31/1, às 10.00 e 15.00. O Cavaleiro e o Dragão, de José Jorge Letria, enc. Joaquim Benite.

**PÓVOA DE ST.º ADRIÃO**  
**Salão da Junta de Freguesia**, dom./16.00. **Onde Estamos?**, de Vítor Bilé - Teatro de Ensaio.

**ALGÉS**  
**Teatro 1.º Acto**, R. Eduardo A. Pedrosa, 16-A, de 5.ª a sáb., 21.45, sáb. e dom., 17.00. **Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal**, de Marcos Rey, enc. de Águeda Sena - Grupo Teatro Espaço.

**ALMADA**  
**Teatro 1.º Acto**, R. Eduardo A. Pedrosa, 16-A, de 5.ª a sáb., 21.45, sáb. e dom., 17.00. **Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal**, de Marcos Rey, enc. de Águeda Sena - Grupo Teatro Espaço.

**ALMADA**  
**Teatro 1.º Acto**, R. Eduardo A. Pedrosa, 16-A, de 5.ª a sáb., 21.45, sáb. e dom., 17.00. **Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal**, de Marcos Rey, enc. de Águeda Sena - Grupo Teatro Espaço.

**ALMADA**  
**Teatro 1.º Acto**, R. Eduardo A. Pedrosa, 16-A, de 5.ª a sáb., 21.45, sáb. e dom., 17.00. **Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal**, de Marcos Rey, enc. de Águeda Sena - Grupo Teatro Espaço.

**ALMADA**  
**Teatro 1.º Acto**, R. Eduardo A. Pedrosa, 16-A, de 5.ª a sáb., 21.45, sáb. e dom., 17.00. **Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal**, de Marcos Rey, enc. de Águeda Sena - Grupo Teatro Espaço.

**ALMADA**  
**Teatro 1.º Acto**, R. Eduardo A. Pedrosa, 16-A, de 5.ª a sáb., 21.45, sáb. e dom., 17.00. **Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal**, de Marcos Rey, enc. de Águeda Sena - Grupo Teatro Espaço.

**ALMADA**  
**Teatro 1.º Acto**, R. Eduardo A. Pedrosa, 16-A, de 5.ª a sáb., 21.45, sáb. e dom., 17.00. **Faça uma Cara Inteligente e Depois Volte ao Normal**, de Marcos Rey, enc. de Águeda Sena - Grupo Teatro Espaço.

# Tempo Fim de Semana



Sábado - Céu geralmente pouco nublado, vento fraco e pequena descida de temperatura; domingo, tendência para céu muito nublado, nas regiões do Norte e Centro, onde poderão ocorrer aguaceiros, e pouco nublado, nas regiões do Sul.

# ...e ainda Amigos da Checoslováquia

Enquanto decorre, às sextas-feiras, o seu ciclo «Mestre do Riso» - amanhã, no Estúdio 444, às 22.00, «Pamplinas Marinheiro», real. Charles F. Reisner (1928), intérp. Buster Keaton, Ernst Torrence - o ABC Cine-Clube de Lisboa promove uma antestreia extraordinária, na próxima terça-feira, dia 3 de Fevereiro, pelas 18.45 e, como habitualmente, no Estúdio 444.

Trata-se de «O Raio Verde», a mais recente obra de Eric Rohmer, galardoado com o grande prémio do Festival de Veneza de 1986. Facto inédito, a sua estreia pública em França fez-se através do célebre «Canal Plus» (televi-

são codificada por assinatura), o que em nada limitou uma posterior e brilhante carreira no circuito comercial.

Também amanhã, a Associação Portuguesa de Caetano, 36, leva a efeito, pelas 21.30, a projecção do filme «Nós Somos do Jazz», real. Kerene Charkhnazarov, intérp. Igor Skliar, Aleksandr Pankratov-Tchernyi, comédia musical sobre o nascimento da música jazz na URSS, nos anos vinte.

Na Cinemateca Portuguesa, R. Barata Salgueiro, 39, continua o ciclo dedicado ao Centenário do realizador Raoul Walsh: dia 30, às 18.30, **A Fera** (1953), intérp. James Cagney e Anne Francis; às 21.30, **Antes do Furação** (1955), intérp. Van Heflin, Dorothy Malone, Anne Francis; dia 2/2, às 18.30, **Um Rei e Quatro Rainhas** (1956), intérp. Clark Gable e Eleonor Parker; às 21.30, **A Escrava** (1957), intérp. Clark Gable e Yvonne De Carlo.

cupada com o passado, para melhor encarar o presente e projectar o futuro - «Moinhos e Azenhas do Concelho». Como se diz no folheto divulgador da exposição, se esta «contribuir para a defesa do património, estimular o restauro e recuperação de engenhos de moer, terá cumprido o seu principal objectivo».

E mais se diz: das azenhas, numerosas outrora, restam apenas alguns vestígios... Os moinhos de vento ou os seus vestígios concentram-se em grande número, constituindo verdadeiros centros moageiros...

**Música**  
**Fado Abril**, amanhã, às 21 horas, no Centro de Trabalho Alberto Araújo, em Almada, o primeiro espectáculo para a angariação de fundos e lançamento da sua última gravação. O Grupo «Fado Abril» tem ao longo dos anos participado em grande parte das iniciativas do PCP, sendo bem conhecido no país. Recentemente gravaram mais uma cassete, com a qual pretendem realizar fundos para a Organização do Partido.

**Música, debates, etc.**

**DIA 29/1**  
QUINTA-FEIRA  
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
**21 horas**

**CENTRO DE TRABALHO VITÓRIA**  
Conversando sobre  
**BRUCE SPRINGSTEEN**  
com  
**RUT MORRISON**  
música videoclips  
espectáculos  
tecran gigante e vídeo

**DIVULGA! PARTICIPA!  
TRAZ UM AMIGO CONTIGO!**

# a TV

## O silêncio do veneno

Chama-se Habib e esteve há dias em Portugal. Quem é? Não puxem pela memória: é o encarregado das missões especiais do Reagan. O seu homem de confiança, his master's voice...

Que veio ele fazer cá? Só Cavaco o poderá dizer, mas, pelos vistos, não lhe apetece muito.

Curiosa foi aquela reacção do Habib quando a repórter da TV lhe perguntou das relações entre o governo português e o caso Irangate:

— Fale com a sua gente. Isso não me diz respeito...

Nem uma palavra mais. Ah, estes silêncios carregados de veneno...

## Cocaína, «Contras», CIA: Tudo droga

Nicarágua é outro atoleiro de Reagan e sua gente. Escândalo sobre escândalo. Agora foi o escândalo da cocaína.

A revista «Newsweek» entrevistou dois «contras», ou seja, dois somozistas, que puseram tudo em pratos limpos: os fascistas que lutam contra o governo legítimo da Nicarágua, mercadejavam cocaína, com a participação e colaboração activa da CIA. Pretexto: financiar a compra de armas...

... Aquelas mesmas armas, talvez, que cirandaram aí por esses aeroportos...

## Guerrilheiros... da Casa Branca!

Com frequência, para se referir aos fascistas que combatem o governo legítimo da Nicarágua, telexjornal (na linha dos telexes, admito) chama-lhes «guerrilheiros».

Nada mais falso. Guerrilheiros são combatentes que agem dentro do seu país e com o apoio do seu povo. Ora até agora ninguém conseguiu provar a mínima implantação dos somozistas entre o povo nicaraguense. São pura e simplesmente bandidos armados pelos Estados Unidos, conforme inclusivamente já foi demonstrado na própria televisão portuguesa, numa célebre reportagem da **Televisão Europa**, que Deus haja.

Repare-se: no tal negócio da cocaína, vimos também pela televisão, os «contras» e a CIA utilizavam pistas... da Costa Rica...

## Afinal de quem é a culpa, meus senhores?

Meus amigos, às vezes falamos, indignados, contra a televisão. Temos razões de sobra para isso. Mas a televisão também não pode subtrair-se, com absoluto êxito, às contradições do seu próprio meio. Então é preciso abrir bem os olhos e estar atento: a TV fornece-nos vários motivos para esclarecimento das pessoas...

Através da TV soubemos que, na Europa dos ricos, mais de 300 pessoas tinham morrido ao frio...

Através da TV soubemos igualmente que milhares e milhares de pessoas sem abrigo vagueiam por Paris...

Através da TV soubemos ainda que, se não fossem as entradas aquecidas do Metro, o número de vítimas teria aumentado...

Ao que se ouve por aí, a culpa não é da sociedade capitalista. Têm razão os senhores da «nova esquerda» e da «nova direita». Os culpados são as próprias pessoas, que sentem um prazer mórbido de morrer ao frio, sem um tecto, um refúgio, uma casa...

## Tradição de família

Jovens angolanos, em recente encontro com Cavaco Silva lamentavam a liberdade com que agem em Portugal os elementos da Unita.

E o Primeiro-Ministro? Que mais isto e mais aquilo que relações oficiais ou officinas só as mantinha com o governo de Angola (também era melhor que assim não fosse!) mas que, numa sociedade como a portuguesa, não era possível evitar que os órgãos da Comunicação Social publicassem certas notícias, até porque o governo não tinha interferência nesses órgãos...

Dados adquiridos: o governo não interfere nos órgãos de Comunicação; a TV é um órgão de Comunicação; logo, o governo não tem qualquer interferência na RTP...

Como anedota, não está mal. Uma anedota de mau gosto, pois não vale servir-se de uma anedota para «enfiar barretes»...

Apenas um exemplo para destruir as teses de que um governo, com o PSD em força, não interfere na TV. Trata-se daquilo a que se chama «exemplo insuspeito»:

Quando, há três anos, em finais de 83, disse neste mesmo écran o que reservava o ano de 1984, o governo da altura ofendeu-se e avisou-me de que me limitaria o acesso à televisão. E limitou.

Esta é a tradição da família, a qual, no que respeita a interferências na TV, tem sido escrupulosamente mantida.

Ah, esquecia-me de dizer que a queixa de discriminação acima transcrita, pertence a Ferraz da Costa, Presidente da CIP.

Quando isto é assim para os amigos...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Lei da rádio: teste para todos

Com o veto presidencial terminou o primeiro acto de um processo legislativo que se está a transformar num autêntico retrato das instituições democráticas e das forças sociais portuguesas neste início de 87.

## Soares: demasiados agudos

• «Em Belém, a semana que hoje termina terá sido, provavelmente, a mais intensa para Mário Soares, desde a sua eleição há quase um ano, dada a controvérsia dos problemas sobre os quais foi chamado a decidir: a Lei da Rádio, a questão da administração de Macau e a nomeação do general Soares Carneiro para vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Quanto à Lei da Rádio, tal como anunciámos há três semanas, Soares optou pelo veto político, sem suscitar a fiscalização preventiva da constitucionalidade do diploma, preferindo assim assumir integralmente as suas responsabilidades.»

(«Semanário», 24. Janeiro)

## PS: sintonias difíceis

• «Vitor Constâncio vai ouvir algumas entidades directamente envolvidas na questão da Lei da Rádio e consultará algumas das principais figuras do Partido Socialista, antes de tomar uma posição definitiva sobre a reacção do seu partido ao veto presidencial deste diploma quando este tiver de ser apreciado pelo plenário da Assembleia da República. O secretário-geral socialista receberá nomeadamente a Administração da Rádio Renascença e um dos administradores da RDP, e pediu já pareceres sobre a matéria a alguns juristas.

(...)

A questão do veto presidencial será um dos «pratos fortes» das jornadas parlamentares do PS, que ontem tiveram início. Não se espera, todavia, que desta reunião transpire alguma tomada de

posição pública, pois Vitor Constâncio exigiu dos deputados absoluta discrição sobre a matéria.

Há quem admita, todavia, que alguns deputados socialistas mais inclinados a respeitar o veto presidencial, nomeadamente no que respeita ao artigo 48.º que retira à RR e à RDP as frequências concedidas pelo anterior Executivo, possam pedir liberdade de voto quando o diploma regressar a plenário para ser confirmado (ou não) pela mesma maioria que o aprovou antes do veto de Mário Soares.

De qualquer modo, a opinião largamente predominante no grupo parlamentar socialista é a de que o PS tem de reaprovar a lei exactamente nos termos em que o fez quando da sua primeira aprovação em plenário da AR.»

(«Expresso», 24. Janeiro)

• «Ninguém espera obviamente que seja o grupo parlamentar do PCP a inverter o sentido do seu voto na matéria ou se disponha a rever o articulado da lei, de modo a eliminar as reservas que determinaram o veto presidencial. Está, portanto, nas mãos do PS decidir se o diploma volta a Belém tal como de lá saiu, para depois ser promulgado no prazo de oito dias, como manda a Constituição, ou se o Presidente verá satisfeito o seu desejo de que os deputados procedam à «prudente reponderação» de uma atitude que, segundo afirma na sua mensagem ao Parlamento, «veio ferir direitos e expectativas legítimas» à Renascença e à RDP.

A posição dos socialistas não é fácil, pois qualquer das alternativas que se lhes colocam prestar-se-á a aproveitamentos de terceiros, que não perderão a oportunidade de explorar a divergência relativamente a Soares, se o grupo parlamentar do PS optar pela confirmação do voto favorável, ou de lhe verberarem a incoerência, por darem o dito

por não dito, e o *seguidismo* perante o Presidente e ex-líder, se se der o caso de optarem por solução diferente da que assumiram há escassas semanas.»

(«Diário de Notícias», 27. Janeiro)

## PRD: emissão sem ruídos

• «O PRD confirmou ontem a sua posição face à Lei dos Licenciamentos da Rádio e anunciou para amanhã a apresentação no Parlamento de um requerimento solicitando urgência para o inquérito sobre a atribuição de frequências radiofónicas pelo secretário de Estado, Anselmo Rodrigues. (...) Os renovadores consideram que o recente veto presidencial «não trouxe qualquer elemento novo que só por si possa conduzir à mudança de posição do partido».

Na opinião do PRD, a mensagem de Mário Soares «não contém fundamentação bastante» que justifique a rejeição da decisão parlamentar, além de «nada adiantar no que toca à existência ou inexistência de um eventual compromisso de Estado, assumido pelo Governo de que o actual Presidente da República era primeiro-ministro».

«O PRD condicionou a possibilidade de alterar a sua posição à existência desse eventual compromisso de Estado», refere o comunicado, que acrescenta o facto de o então ministro da Tutela, Almeida Santos, ter já negado publicamente a existência de um tal compromisso.

Nesse sentido, e tendo já os renovadores apresentado na Assembleia da República um pedido de inquérito à atribuição de frequências radiofónicas à Emissora Católica por parte do secretário de Estado Anselmo Rodrigues, o PRD considera necessário assegurar a rapidez deste processo.»

(«Diário de Notícias», 26. Janeiro)

## PCP: banda do cidadão

• «O Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, criticou as decisões do Presidente da República de vetar a Lei da Rádio e concordar com a nomeação do general Soares Carneiro para vice-CEMGFA.

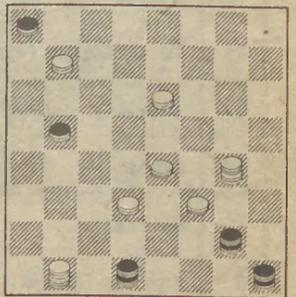
Álvaro Cunhal, que falava numa sessão de esclarecimento no decorrer da visita de dois dias que efectuou ao concelho da Covilhã, salientou que o veto presidencial à Lei da Rádio e a nomeação de Soares Carneiro «são duas decisões que não correspondem à defesa da democracia».

(«Diário de Notícias», 26. Janeiro)

## Damas

LXXXVII — 29 de Janeiro de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 87  
Por: Joaquim Eliseo dos S. Restivo  
«Cidade de Tomar»,  
1951/IV/22 (Prb. 119)  
3.º Prémio, Problema Clássico  
Pr.: (1)-(3)-(5)-20-32



Br.: (4)-10-11-(13)-14-22-28  
Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 87

I Campeonato Nacional «Oficioso»  
Br.: Adelino José Ribeiro  
Pr.: Dr. Orlando Augusto Lopes

5.º Jogo/1.ª Volta — 1957/VI/9  
Abertura Sorteadas/2 lances

1. 12-16, 23-19; 2. 9-13, 21-17; 3. 5-9, 25-21; 4. 11-14, 24-20; 5. 14-23, 28-19; 6. 16-23, 27-20; 7. 6-11, 31-28; 8. 8-12, 19-15; 9. 12-19, 22-6; 10. 2-11, 26-22; 11. 7-12, 22-19; 12. 4-8, 20-16; 13. 11-14, 16-7; 14. 3-12, 29-26; 15. 14-23, 23-19; 16. 13-18, 21-5; 17. 1-10, 26-21; 18. 12-15, 19-12; 19. 8-15, 21-18; 20. 15-20, 30-27 e ganham as pretas. 12. 1-5! Era o empate (Dr. OAL).

AMOLPE N.º 87

Por: Amadeu Martins Coelho  
— Boliqueime, 1952?

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 1-5, 28-23; 4. 12-15, 20-16; 5. 15-19, 32-28; 6. 10-13, 24-20; 7. 13-22, 27-18; 8. 6-10, 26-22; 9. 19-26, 29-22; 10. 8-12, 22-19; 11. 3-6, 30-27; 12. 9-13, 18-9; 13. 14-18, 21-14; 14. 11-18, 19-14; 15. 10-19, 23-14; 16. 6-10? Perdena. (Br.: 2-4-5-7-10-12-18 Pr.: 9-14-16-20-25-27-28-30) J. Pr. G.

SOLUÇÕES DO LXXXVII

N.º 87 (JE dos SR): 22-26 e 13-

-31 e 31-24 e 24-26 e 4-32!+

Golpe N.º 87 (AMC): 16. ... 14-

-11; 17. 7-14, 16-7; 18. 4-11, 20-15;

19. 11-20, 27-23; 20. 20-27, 31-6; 21.

2-11, 9-2+

A. de M. M.

## Xadrez

LXXXVII — 29 de Janeiro de 1987

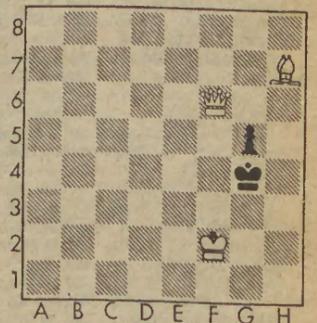
PROPOSIÇÃO N.º 87

Por: J.G. Campbell

«Chess Player's Chronical», 1861

Pr.: (2): Pg5-Rg4

Br.: (3): Bh7-Df6-Rf2



Mate em 2 lances

JOGO N.º 87

Bruxelas, 1986

Br.: G. Kasparov

Pr.: N. Short

1. d4,e6; 2. Cf3, Cf6; 3. c4,d5; 4. Cc3,Bc7; 5. Bg5,h6; 6. B:f6,B:f6; 7. é3,0-0; 8. Tc1,c6; 9. Bd3,Cd7; 10. 0-0,d:c4; 11. B:c4,e5; 12. h3,e:d4; 13. é:d4,Cb6; 14. Bb3,Bf5; 15. Tc1,Bg5; 16. Ta1,Cd7; 17. d5,Tc8; 18. Cd4,Bg6; 19. Cc6,f:e6; 20. d:e6,Rh7; 21. D:d7,Db6; 22. é7,Tf6; 23. Dg4,Dc5; 24. Cc4,D:e7; 25. Bc2,Tf8; 26. g3,Dd8; 27. Tad1,Da5; 28. h4,Bé7; 29. Cc3,B:c2; 30. T:é7,Tg8; 31. Tdd7,Bf5; 32. T:g7+,Rh8; 33. Dd4 e as Pretas abandonam!

SOLUÇÃO DO N.º 87

Chave: 1. Dh8!

1. ...Rf4; 2. Dd4+

1. ...Rh5; 2. Bf5+

1. ...Rh3 ou h4; 2. Bf5+

A. de M. M.

## AS LUTAS de classes EM FRANÇA

Karl Marx



E a elaboração, com base na experiência prática da luta de massas, das teses mais importantes da tática revolucionária do proletariado.

Pela primeira vez a explicação de todo um período da história Francesa do ponto de vista materialista.

edições **Avante!**  
BIBLIOTECA DO MARXISMO LENINISMO